



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO

Robson Oliveira Lins

**A REGIÃO DE AMARGOSA: TRANSFORMAÇÕES E
DINÂMICA ATUAL**
(Recuperando uma contribuição de Milton Santos)

Salvador
2007

Robson Oliveira Lins

**A REGIÃO DE AMARGOSA: TRANSFORMAÇÕES E
DINÂMICA ATUAL
(Recuperando uma contribuição de Milton Santos)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio
Bandeira de Mello e Silva

Salvador
2007

L759 Lins, Robson Oliveira,
**A região de Amargosa : transformações e dinâmica atual
(recuperando uma contribuição de Milton Santos) / Robson
Oliveira. - Salvador, 2008.**

173f.: il. , mapas.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva.
**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Geociências, 2008.**

1. Geografia regional – Amargosa (BA). 2. Economia regional –
Amargosa (BA). I. Silva, Sylvio Bandeira de Mello. II. Universidade
Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU 913 (813.8) (043)

Termo de Aprovação

**A REGIÃO DE AMARGOSA: TRANSFORMAÇÕES E
DINÂMICA ATUAL
(Recuperando uma contribuição de Milton Santos)**

Robson Oliveira Lins

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva - Orientador
Doutor em Geografia pela Université de Toulouse, UT, França

Prof. Dr. Antonio Ângelo Martins da Fonseca
Doutor em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Prof. Dr. Cristóvão Cássio da Trindade de Brito
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil

Dissertação defendida:
____/____/____

Aprovada: ____/____/____

O domínio de uma profissão não
exclui o seu aperfeiçoamento. Ao
contrário, será mestre quem
continuar aprendendo.

Pierre Furter

AGRADECIMENTOS

A meus pais **D. Nilza e Edinho**, pela vida e pelo carinho.

A minha namorada **Joelma**, pelo carinho, paciência, apoio, amizade e amor.

Estando sempre do meu lado em todos os momentos. Te amo!!!

A meus irmãos, **Beto, Tânia, Junior e Sueli** por sempre acreditarem em mim.

Aos **Prof. Sylvio Bandeira, Profª. Barbara-Christine e Profª Dária** por terem me apresentado ao mundo da pesquisa em Geografia e, principalmente, pela paciência e dedicação que vocês têm comigo desde tempo da graduação.

A todos os **Professores do curso de Geografia da UFBA**, que são parte ativa deste trabalho.

A **Prefeitura Municipal de Amargosa** na pessoa do **Sr. Raul Lomanto**, que cedeu parte do acervo fotográfico e documentos que ajudaram a compor este trabalho

Aos meus velhos amigos-irmãos **Joe, Robinho, Tonho, Delcino e Bodão**, saibam que a amizade de vocês contribui muito para formação como ser humano.

As Gauchas **Camila e Carol**, pela força e incentivo, principalmente na reta final deste trabalho. Camila nós conseguimos!!!

E por último, mas não menos importante, aos “Delões”, **Paulo, Gilberto, Jaime, Tiago, Bahia, Ueldnei (Net) e Araori** os irmãos que a Geografia me concedeu. Estiveram comigo me auxiliando nos momentos incertos e contribuindo para a minha formação pessoal e profissional.

Araori, Tiago e Net, valeu pela força que vocês me deram na confecção deste trabalho!!!

RESUMO

A região de Amargosa no Estado da Bahia, outrora de grande importância e dinamismo, vem sofrendo transformações econômicas, sociais e políticas ao longo do século XX. A finalidade deste estudo consiste no entendimento das questões atuais e pretéritas que permeiam a região de Amargosa e como esta se enquadra diante de uma nova realidade nas mudanças estruturais na forma de produzir principalmente, e nas relações no território baiano e brasileiro. Para tanto, o presente estudo toma como base o trabalho realizado pela equipe do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, coordenado pelo professor Milton Santos, no ano de 1963, neste mesmo estudo o referido professor classificou a região de Amargosa como uma “ilha de inércia”. Portanto, este estudo não procura somente fazer um resgate histórico-bibliográfico, mas também consiste em uma nova análise de uma importante porção do território baiano, até então pouco estudada, através de um estudo regional integrado, aliado a um conjunto de informações relacionado à estrutura organizacional e funcional do espaço geográfico, buscando particularizar a dinâmica inovativa que permeia esta região.

Palavras-chave:

Região; Desequilíbrios regionais; Produção do Espaço regional; Cartografia.

ABSTRACT

The Amargosa Region: Current Dynamic Transformation (Retrieving one contribution by Milton Santos).

The Amargosa region in the State of Bahia, once a place of great importance and dynamism, is now afflicted by the economic, social, and political transformations that took place over the course of the 20th Century. In this study, the objective is to understand the historical changes that have penetrated the Amargosa region and how these changes may be acclimatized in the presence of a new reality. This is principally with respect to structural production changes in the Baiano and Brazilian territory. This modern-day study is an extension of the 1963 research project conducted by the Geomorphology Laboratory and Regional Studies team, coordinated by Professor Milton Santos. In this study, the Professor classified the Amargosa region as an “Inertia Island”. Thus, this contemporary regional study has no claim for construct other than as a historical and bibliographical research, and as an analysis of an important and under-examined component of Bahia’s territory. This study, combined with information related to the organizational and functional structure of geographical space, focuses on the innovative dynamic that permeates this region.

Key-words:

Region; Regional imbalances; Regional space production; Cartography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ACISAJ	Associação Comercial e Industrial de Santo Antonio de Jesus
CIJ	Consórcio Intermunicipal da Bacia do Jiquiriçá
CNC	Conselho Nacional do Café
DERBA	Departamento de Infra-Estrutura de Transporte na Bahia
DIREC	Diretorias Regionais de Educação
DIRES	Diretorias Regionais de Saúde
DNC	Departamento Nacional de Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
INF	Índice de Infra-estrutura
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Índice do Produto Municipal
IQM	Índice de Qualificação da Mão-de-obra
LAC	Laboratório de Cartografia
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
PDRH	Plano Diretor de Recursos Hídricos
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIDRA	Sistema de recuperação de dados
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SINTRACAM	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Amargosa
SUDENE	Superintendência de desenvolvimento do Nordeste
TA	Tabuleiros de Amargosa
TRN	Tram Road Nazareth
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Contribuição de algumas ciências humanas para a análise das regiões.....	25
Quadro 2: Localização dos Pontos de Paradas da Ferrovia – 1946.	84
Quadro 3: Calendário de Festa populares do Município de Amargosa.	160
Quadro 4: Distância entre o campus de Amargosa e Cidades circunvizinhas.....	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Estado da Bahia - Região de Amargosa – 1963	32
Figura 02: Estado da Bahia - Região de Amargosa – Isócronas.....	33
Figura 03: Estado da Bahia - Região de Amargosa – 2005	34
Figura 04: Brasil Fluxograma Metodológico 17	38
Figura 05: Brasil - PIB <i>per capita</i> por Estado – 2000 (R\$).....	42
Figura 06: Brasil - PIB <i>per capita</i> por Mesorregião – 2000 (R\$)	42
Figura 07: Estado da Bahia – Municípios PIB (em milhões de reais) – 2000	45
Figura 08: Estado da Bahia - Índice de desenvolvimento Econômico segundo as Regiões econômicas	46
Figura 09: Estado da Bahia Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.....	48
Figura 10: Estado da Bahia Regiões Econômicas – SEI.....	49
Figura 11: Estado da Bahia Região Administrativa do Recôncavo Sul.....	50
Figura 12: Estado da Bahia - Região Recôncavo Sul População Urbana 2000.....	53
Figura 13: Estado da Bahia - Amargosa e o Sistema Rodoviário Regional.....	54
Figura 14: Estado da Bahia - Região de Amargosa – hipsometria.....	56
Figura 15: Estado da Bahia Região de Amargosa – Solos.....	58
Figura 16: Estado da Bahia Região de Amargosa – Uso do Solos.....	59
Figura 17: Imagem de satélite próximo ao sítio urbano de Amargosa.....	60
Figura 18: Estado da Bahia Região de Amargosa – Clima.....	61
Figura 19: Riacho da Cachoeira do Boqueirão – Amargosa.....	62
Figura 20: Vale do Jiquiriçá – Amargosa.....	62
Figura 21: Municípios desmembrados a partir da Vila de Nossa Senhora da Pedra Branca.....	69
Figura 22: Municípios desmembrados a partir da Vila de Nossa Senhora de Nazaré.....	70
Figura 23: Região de Amargosa – Municípios Evolução político- administrativa.....	71

Figura 24: Participação (em %) de produtos na receita das exportações do Brasil – 1891/1929.....	74
Figura 25: Brasil – Evolução da malha ferroviária entre 1910 e 1960	75
Figura 26: Plantação de café da Fazenda Cabana Branca em Amargosa, 1930.....	76
Figura 27: Cartão postal comemorativo ao réveillon de 1954.....	77
Figura 28: Área urbana de Amargosa vista do alto.	77
Figura 29: Praça Lourival Monte (década de 30 do séc. XX).	78
Figura 30: Praça Lourival Monte (atualmente).	79
Figura 31: Rua Conselheiro Dantas.....	79
Figura 32: Rua Dr. José Gonsalves.....	80
Figura 33: Estação Férrea de Amargosa.....	81
Figura 34: Estrada de Ferro Nazaré Localização das Estações da Ferrovia – 1946.....	83
Figura 35: Estação Férrea do Ramal de Santo Antônio de Jesus (dec. 50 séc. XX).....	83
Figura 36: Pavimentação da rua próxima a estação férrea	85
Figura 37: Estado da Bahia - Regiões Fumageira, Cacaueira, Açucareira e do Semi-Árido.....	86
Figura 38: Feira Livre de Amargosa (década de 30).....	88
Figura 39 Antigo prédio da Agencia do Banco do Brasil de Amargosa.....	89
Figura 40: O ex Ministro Waldir Pires (dec. de 50séc. XX).....	90
Figura 41: Personalidades políticas reunidas em Amargosa	90
Figura 42: Charge sobre a crise do café em 1929.....	93
Figura 43: Município de Amargosa - Produção de café por saco – 1890 a 1962.....	97
Figura 44: Financiamentos do Banco do Brasil Agencia de Amargosa em 1962.....	98
Figura 45. Estrutura Viária da Região de Amargosa Bahia – 1960.....	102
Figura 46: Centro comercial de Santo Antonio de Jesus, 1960.....	103
Figura 47: Estado da Bahia - Sistema Urbano Regional.....	107
Figura 48: Região de Amargosa - Marcos Espaciais na Produção do Espaço Regional.....	110

Figura 49: Região de Amargosa - Crescimento populacional absoluto do município de Santo Antônio de Jesus e dos outros municípios da região – 1960-2000.....	112
Figura 50: Municípios de Amargosa e de Santo Antônio de Jesus Taxa de crescimento geométrico anual (%) da população – 1960/2000.....	113
Figura 51: Região de Amargosa – Participação de Santo Antônio de Jesus e Amargosa na população regional (%) – 1970/2000.....	114/115
Figura 52: Região de Amargosa – Municípios – População por gênero e idade – 2000.....	115/116
Figura 53: Região de Amargosa - População por gênero e idade – 2000.....	117
Figura 54: Região de Amargosa Taxa de urbanização – 1970 e 2000.....	119
Figura 55: Região de Amargosa – Municípios Distribuição do povoamento – 2000.....	120
Figura 56: Região de Amargosa Participação regional no PIB do Estado da Bahia (%) – 1939/2004.....	120
Figura 57. Região de Amargosa - Os cinco principais produtos agrícolas – 2005.....	125
Figura 58: Região de Amargosa – Municípios Crédito Rural – 2005.....	128
Figura 59: Região de Amargosa – Municípios Produção da pecuária leiteira e rebanho bovino – 2005.....	129
Figura 60: Região de Amargosa – Municípios PIB por setor da economia e renda <i>per capita</i> municipal em relação à renda regional – 2004.....	130
Figura 61. Região de Amargosa – Municípios Percentual de dependência da economia municipal à administração pública – 2004.....	131
Figura 62: Região de Amargosa - Evolução da população das cidades, com referência em 1940/2000.....	134/135/136
Figura 63: Região de Amargosa Tamanho das Cidades e Densidade Rural – 2000.....	137
Figura 64: área comercial de Amargosa.....	138
Figura 65: centro comercial de Santo Antonio de Jesus	139
Figura 66: Shopping Itaguari, Santo Antônio de Jesus.....	140

Figura 67: Região de Amargosa Hierarquia Urbana.	142
Figura 68: Região de Amargosa Estabelecimentos bancários.	143
Figura 69: Estado da Bahia – 4ª e 29ª Diretoria Regional de Saúde.	144
Figura 70: Estado da Bahia – 4ª e 29ª Diretoria Regional de Educação.	145
Figura 71 :Área de Abrangência da Diocese de Amargosa.	146
Figura 72: Fazenda da região de Amargosa.	149
Figura 73: Panfleto do São João 2007.	152
Figura 74: Área DAE influência da festa do São João de Amargosa.	154
Figura 75: Hospedagem utilizada em Amargosa São João – 2006.	155
Figura 76. Organização da Praça do Bosque Amargosa.	156
Figura 77: Festa na Praça do Bosque 2005.	156
Figura 78: Movimentação do comercio da cidade 2005.	156
Figura 79: Hotel Fazenda Colibri.	158
Figura 80: Fazenda Colibri Forró do Piu-Piu 2006.	158
Figura 81: Riacho da Cachoeira da Pancada – Amargosa.	160
Figura 82: Carnaval de rua em Amargosa (carnavale).	160
Figura 83: Região de Amargosa- potencialidades econômicas.	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil Participação percentual de cada Estado no Produto Interno Bruto – 1970, 1985, 2000.....	43
Tabela 2 : Estado da Bahia Composição setorial da economia – 1960/2001.....	44
Tabela 3: Estrada De Ferro Nazaré Localização dos Pontos de Paradas da Ferrovia – 1946.....	89
Tabela 4: Café e fumo exportado por Nazaré 1930 – 1939.....	87
Tabela 5: Movimentação financeira da empresa Estrada de Ferro de Nazaré/1931-1969 (em réis entre 1931 e 1945, em cruzeiros e correlatos).....	100
Tabela 6: Região de Amargosa – Municípios Distribuição da população por grandes grupos etários, índice de envelhecimento e razão de dependência – 2000.....	118
Tabela 7: Região de Amargosa – Municípios População por situação de domicílio e taxa de urbanização – 1970 e 2000.....	119
Tabela 8: Região de Amargosa – Municípios Participação no Produto Interno Bruto do Estado da Bahia – 1939/2004.....	123
Tabela 9: Região de Amargosa – Culturas Produção agrícola – 2005.....	124
Tabela 10: Região de Amargosa – Municípios Produção agrícola – 2005.....	127
Tabela 11: Região de Amargosa – Municípios Participação do PIB por setor da economia – 2005.....	130
Tabela 12: Região de Amargosa população das cidades entre 1940 e 2000	133
Tabela 13: Região de Amargosa Tempo em anos necessário para multiplicar a população de 1940	133
Tabela 14: Região de Amargosa Número de ocorrências serviços ligados ao setor terciário.....	141
Tabela 15: Origem e idade dos visitantes em Amargosa São João – 2006.....	153

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Apresentação.....	17
1.2. Fatores Motivadores da Pesquisa.....	18
1.3. Objetivos da Pesquisa.....	19
1.4. Marco Teórico Conceitual.....	21
1.4.1. Os novos paradigmas na análise geográfica do espaço regional.....	27
1.5. Procedimentos metodológicos.....	30
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	40
2.1. A Questão Regional no Brasil e na Bahia.....	40
2.2. A Caracterização da Região de Amargosa no espaço baiano.....	47
2.2.1. Características Ambientais da região de Amargosa.....	55
3. GÊNESE E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DE AMARGOSA	62
3.1. Periodização do espaço Regional.....	62
3.1.1. Identificação das fases regionais de Amargosa.....	64
3.1.2. Gênese Regional (1840 a 1889).....	66
3.1.3. Consolidação Regional (1890 a 1940).....	71
3.1.4. A “Ilha de Inércia” (1941 a 1970).....	88
3.1.5. Reestruturação Regional (1971 a 2005).....	99
3.2. Os Marcos Espaciais na Produção do Espaço Regional.....	103
4. A ESTRUTURA DO ESPAÇO REGIONAL	107
4.1. Estrutura da População.....	107
4.2. Economia Regional.....	117
4.3. Equipamento funcional e hierarquia dos centros.....	128
4.3.1 Tamanho da População das cidades.....	128
4.3.2 Equipamento Funcional do setor terciário.....	134
4.3.3 Funções Administrativas.....	140

5. NOVOS VETORES DE CRESCIMENTO	144
5.1. O setor turístico na região de Amargosa.....	146
5.1.1 Setor turístico no município de Amargosa	146
5.2. Projetos de Infraestrutura.....	157
5.3. Projetos na Economia	157
5.4. Universidade e Desenvolvimento.....	160
5.4.1. Campus Universitário de Amargosa	161
6. CONCLUSÃO: UMA NOVA DEFINIÇÃO DE AMARGOSA.....	164
REFERÊNCIAS	167

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Nos últimos anos, o mundo tem passado por rápidas transformações. O acirramento da competição produtiva, comercial e financeira em escala internacional cria dificuldades para algumas regiões se adequarem aos novos processos econômicos, fazendo com que estas se reestrutrem, promovendo profundas mudanças no perfil organizacional e produtivo do seu espaço.

A Geografia enquanto ciência que estuda a organização e as interações existentes no espaço geográfico, passa a desempenhar um importante papel neste cenário atual, sobretudo, na busca da compreensão das relações existentes entre o desenvolvimento regional e o desenvolvimento local.

Neste contexto, a Região de Amargosa, que no início do século XX se conformava numa importante região agroexportadora baseada na cafeicultura, é o objeto de estudo deste trabalho. A pesquisa tem como base o estudo coordenado pelo professor Milton Santos, em conjunto com o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, no ano de 1963, intitulado: *A Região de Amargosa*. A referida obra consta de 5 (cinco) capítulos, no total de 40 páginas em que são analisados diversos aspectos da região em questão (população, educação, saúde, economia).

Este estudo empreendido pelo professor Milton Santos e sua equipe é resultado de 08 dias de pesquisa de campo e de análise em laboratório. O trabalho é bastante relevante para o entendimento da região no início da década de 60 do século XX. Segundo Santos (1963), em síntese, a definição da região na época seria a seguinte:

[...] a região de Amargosa é uma área de inércia ou uma área de arcaísmo, mais grave porque cercada de outras áreas onde as pulsações do mundo moderno repercutem sobre a atividade dos moradores. Trata-se de fato de uma ilha de inércia. [...] (SANTOS, 1963 p. 40)

Para chegar a essa definição - ilha de inércia - Milton Santos e equipe tomaram como ponto de partida para sua análise, o município de Amargosa, pois, em uma primeira fase desta região, este município aparece como núcleo de polarização política e mercantil. A função de centro regional lhe foi

conferida, entre outros fatores, pela posição de entroncamento ferroviário, ligando a região do semi-árido com o litoral.

No entanto, o referido município encontrava-se na época da realização da pesquisa (1963) em processo de estagnação econômica, devido à decadência da cafeicultura, que veio a desencadear uma série de eventos que levaram a região a uma crise, econômica, política e social. A historicidade da região que tinha como tradição o dinamismo econômico e social surpreende o professor Milton Santos que afirma:

Uma excursão de estudos à região de Amargosa permitiu ao pessoal do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais a surpresa de encontrar, rodeada por áreas mais dinâmicas, contagiadas pelo ritmo de vida da sociedade industrial contemporânea, uma região que tentamos crismar como sendo uma ilha de inércia ou uma ilha de arcaísmo. A surpresa se explica tanto de um ponto de vista empírico, como científico. O que até então tínhamos ouvido falar é de riqueza regional que contribuiu para criar uma sociedade local importante, cujos ecos perduram até hoje [...] (SANTOS, 1963, p. 01).

O que se propõe ao longo desta dissertação é explicar a atual dinâmica regional de um pequeno pedaço do Recôncavo baiano que aqui chamaremos de Região de Amargosa, seguindo os passos do grande Mestre Milton Santos e desta forma, analisar as suas mudanças recentes, tendências e, por fim, tentar dar uma nova definição a região.

1.2 Fatores motivadores da pesquisa.

A idéia de se estudar a região de Amargosa surgiu ainda na graduação em Geografia, no período em que estudava como bolsista de iniciação científica do CNPQ, no Laboratório de Cartografia (LAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nesta mesma época já fazia parte do grupo de pesquisa GLOCAL - Globalização e Localização – orientado pelos professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Barbara-Christine Marie Nentwig Silva. O objetivo do GLOCAL consiste em discutir problemas de desenvolvimento local e/ou regional no contexto dos processos de globalização.

Naquela ocasião, tomei contato com a referida obra do professor Milton Santos, que despertou em mim a curiosidade científica sobre a região e

alguns questionamentos começaram a surgir: qual teria sido a evolução recente (1960-2005) da região de Amargosa? As estruturas organizacionais e funcionais (base econômica, estrutura produtiva, rede urbana etc) da região de Amargosa, e seus agentes envolvidos, possuem flexibilidade para acompanhar as novas tendências de produção do espaço, sem afetar negativamente o meio-ambiente e sua historicidade regional? Quais as potencialidades e restrições existentes hoje naquela região? Para responder estes questionamentos se fez necessário um estudo microrregional sistematizado e abrangente, a fim de investigar os principais aspectos da organização espacial e vetores de transformações, no qual o resultado é a presente dissertação intitulada “A REGIÃO DE AMARGOSA: TRANSFORMAÇÕES E DINÂMICA ATUAL (Recuperando uma contribuição de Milton Santos)”.

1.3 Objetivos da pesquisa

A região de Amargosa no estado da Bahia, outrora de grande importância e dinamismo, é o foco central das nossas discussões, esta que vem passando transformações econômicas, sociais e políticas que devem-se, em grande parte, à crise cafeeira que ocorre desde o início do século XX.

Tendo como alicerce o trabalho desenvolvido pelo professor Milton Santos e equipe, o presente estudo toma como ponto de partida o município de Amargosa, principal pólo regional da economia cafeeira na época e, a partir deste, se aprofundar sobre as principais questões que permeiam a região e como esta se enquadra diante de uma nova realidade nas mudanças estruturais na forma de produzir, no tocante das relações no território baiano e brasileiro.

Desta forma, torna-se necessário considerar uma gama de conhecimentos que perpassa por uma análise dentro de uma perspectiva dos lugares e da região com todas as suas nuances e particularidades, compartilhando tudo isso com os processos de desenvolvimento em escala global. É preciso priorizar cada vez mais a análise da perspectiva do comportamento dos lugares e regiões, tomados no âmbito da territorialização, ou seja, de unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processos de desenvolvimento em escala global (SILVA; SILVA, 2003).

No caso específico da região de Amargosa, as mudanças que ocorreu devido a crise do café no início do século XX culminaram em novas formas de organização do espaço, atuando e se articulando entre os agentes transformadores, induziram-na a um redirecionamento econômico, antes baseado na cultura cafeeira e atualmente na pecuária leiteira. Portanto, o maior desafio desta pesquisa consiste em explicar como uma região que fôra classificada como uma “ilha de arcaísmo” pelo professor Milton Santos (1963) poderá tornar-se numa região mais competitiva e dinâmica dentro da lógica da chamada globalização.

O presente estudo ambiciona contribuir para o debate em torno do dinamismo regional - ou da falta dele - que permeia o território baiano no âmbito da Ciência Geográfica, através das novas relações sociais de produção que imprimem as marcas essenciais deste novo (re)arranjo do homem com o seu meio (técnico-científico-informacional) pois, não é nova a idéia de que a Geografia estuda da individualidade dos lugares e regiões. Segundo Serpa (2001), o estudo geográfico deveria abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta, compreender o caráter singular de cada porção do planeta, tal como proposto por Alfred Hettner (1927) e por Richard Hartshorne (1969) na contribuição do geógrafo.

Sendo assim, a pertinência científica deste estudo reside dentro da Geografia Regional, propondo fazer um estudo microrregional, aguçando, assim, o debate relacionado às desigualdades regionais existentes no Estado da Bahia, em uma perspectiva heterogênea que é inerente ao território baiano, assim sintetizado por Silva; Silva (2003).

O território baiano é complexo, considerando sua grande extensão e diversidade. A Bahia, só como exemplo, com 564.692 km², é um pouco maior que a França e 25 vezes maior que seu vizinho Sergipe e com a população 7,32 vezes maior que a desse Estado. A Bahia apresenta, por conseguinte, um número expressivo de diversificadas regiões naturais e de regiões de caráter histórico, sócio-econômico, social e política (SILVA; SILVA 2003, p. 65).

Inserida nesta lógica de heterogeneidade existente no estado da Bahia, aqui também, propõe-se individualizar, dentro dos parâmetros de análise geográfica, a região de Amargosa. Para Broek (1967, p.22), “uma região é uma área homogênea em termos de critérios específicos escolhidos para delimitá-la das outras regiões”; com essa individualidade, a região passa a exercer determinadas

funções no contexto nacional e global, asseguradas sobretudo, pelas relações que se processam no sistema de cidades. A região pode ser também vista como uma área sujeita a um determinado plano, ou seja, é a região de planejamento.

Neste contexto, captar as especificidades na dinâmica do objeto de estudo, constitui um dos aspectos essenciais e mais perseguidos da presente pesquisa. Esta se prende à necessidade de apreender o máximo sobre a realidade atual nos âmbitos social, econômico e político em uma perspectiva regional. Neste sentido, captar a dinâmica sócio-espacial do município de Amargosa torna-se importante, pois resultados deverão compor um acervo de pesquisas regionais produzidos no Estado da Bahia e servirão de importante contribuição ao desenvolvimento regional.

Deste modo, esta pesquisa justifica-se num primeiro momento, em razão da carência de trabalhos científicos atualizados, desta natureza, sobre o referido município, enquadrando-a na modalidade de pesquisa aplicada, cujo enfoque é a organização de dados atualizados e organizados cientificamente sobre a dinâmica sócio-espacial e espaço-temporal. Num segundo momento, este trabalho ajudará a entender a dinâmica existente na região, podendo servir como fonte de informações ao planejamento municipal.

1.4 Marco teórico conceitual

O objeto de estudo da Geografia é a sociedade e a sua objetivação a organização espacial, como dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer sua própria história (SILVA, A.C. 1986). Sendo assim, fazer ciência geográfica é, antes de tudo, analisar a interdependência dos elementos que compõem o espaço geográfico.

Na história do desenvolvimento do pensamento geográfico, a partir do século XIX, deparamos com a dicotomia da Geografia Geral e Geografia Regional, sendo que esta última, segundo Lencioni (1999), contém em si uma questão de escala. No limite inferior, a região pode se reduzir a uma mancha; no limite superior às particularidades podem ficar obscurecidas; existe assim, uma escala de divisão regional que deve ser considerada na análise regional.

Conseqüentemente, para a análise regional pretendida neste trabalho, é preciso rigor conceitual na caracterização de “*região*” para que nos forneça uma compreensão da realidade. Para Hartshorne (1969), a região é uma área que apresenta individualidades resultantes da integração, de natureza única, entre fenômenos heterogêneos, ou seja, para existir a noção de região tem que haver integração de elementos, sendo estes visualizados ou identificados ao longo de um processo de investigação através de critérios definidos pelo pesquisador. Mas a valorização da identidade não elimina a busca da interdependência da região com outras áreas, buscando entender dinâmicas diferenciadas que se rebatem, inclusive, sobre questões ligadas aos próprios particularismos regionais. Sendo assim, existe ambiente de individualidade e de coesão regional.

A pesquisa volta-se, então, para a necessidade premente de fortalecimento de uma problematização atual acerca do debate sobre região e regionalização. Como ponto de partida - para a sua compreensão, comprovação e/ou reformulação - escolhemos aquilo que é denominado como a “*região*” de Amargosa, objetivando uma conceitualização que nos forneça uma compreensão ao mesmo tempo regional e global da realidade, dentro dos parâmetros políticos e econômicos e delineando o quê (ou quem) torna essa pequena porção territorial uma *região*.

A região constitui fundamentalmente um fenômeno geográfico. O geógrafo pode defini-la, explicá-la e mesmo querer delimitá-la, no entanto, o conceito de região e os limites regionais são dinâmicos, já que devem levar em consideração os diferentes estágios de desenvolvimento. Mas há alguns elementos que se sobressaem nas tentativas de encontrar uma medida comum capaz de abranger os aspectos essenciais da realidade regional. Assim, de acordo com Kayser (1980),

Uma região se define pelos laços existentes entre seus habitantes. Os caracteres comuns e as relações entre os habitantes de um território constituem a base de importantes coesões espaciais: minorias étnicas estreitamente localizadas no seio de comunidades nacionais, sistema de produção especializada de que participam todos os trabalhadores residentes num dado território, estruturas sociais particulares que definem determinados tipos de relação entre os habitantes de uma área etc.

Uma região se organiza em torno de um centro. Não existe uma verdadeira região sem um centro, sem um núcleo que exerça uma posição dominante. Tradicionalmente, o núcleo da região é a cidade, que se baseia em atividades da população em estabelecimentos que só

existem nelas, tais como: casas comerciais, bancos, hotéis, companhias de seguros etc.

Uma região só existe como parte integrante de um conjunto. Uma região só se define a partir de seus laços com o exterior. Existe sempre uma relação de dependência de um conjunto nacional, internacional ou mesmo global. Essa relação, por sua vez, desempenha um papel fundamental, pois o poder financeiro, político e administrativo geralmente escapam à região; esta é sempre dependente de algum tipo de dominação (KAYSER, 1980, p. 68).

As regiões, segundo Lencioni (1999), possuem uma noção ambígua e envolvida por uma multiplicidade de significados, muitas vezes, contraditórios e em constante transformação. Estas tendem a estruturar-se de uma maneira cada vez mais firme e ganhar coesão; também podem desaparecer, por lenta desintegração, ou bruscamente, devido à intervenção de um agente externo ou pela falta dele. Não existem leis rígidas para definir esse processo, mas podem ser identificados fatores que, de modo geral, podem definir o estágio de evolução das regiões. Kayser (1980 p, 74) identifica os seguintes fatores de formação das regiões nos países de economia liberal.

Fatores naturais e históricos. Muitos limites regionais são naturais, tais como: montanhas, florestas, desertos etc. Fatores de natureza histórica, no entanto, também são muito importantes. É verdade que o conceito de regiões históricas já não goza do mesmo prestígio de algumas décadas atrás, mas não pode ser negligenciado.

Polarização. O processo de formação de uma região consiste na polarização progressiva de suas atividades em torno de seu centro. Assim, quanto maior for a influência que o centro exercer sobre um território, mais bem formada e madura será a região. Tanto é que se pode dizer que na época contemporânea não é a região que cria sua capital, mas a capital que forja sua região.

Comunicações. Não se pode falar de região num território que não disponha de infra-estrutura viária. Sua função é tão decisiva que fica mais fácil salientar a influência negativa de sua ausência do que sua ação diretamente construtiva.

Administração. Os fatores administrativos no mundo contemporâneo são os mais importantes para a coesão e concentração regional, pois a administração toma um lugar cada vez maior na vida econômica. A administração reforça a região e, além disso, contribui para criar solidariedades e polarizações no interior de seus limites.

A concepção da geografia crítica possui como paradigma a percepção da região como instrumento de dominação da burguesia. Assim, para Lipietz (1977), a região pode ser considerada como uma zona concreta ao nível da qual se regulam as contradições secundárias entre as classes dominantes, sobre a base da fase atingida pela articulação dos modos de produção e do estágio atingido pelo capital local. Para Leite (1994, p.74), a definição de “região” está

intimamente ligada às formas de produção que vigoram num determinado momento histórico; o processo de diferenciação de áreas, ou regionalização, inicia-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas e assume ritmos distintos, isto é, duração e intensidades variadas. Para Oliveira (1977), uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fundem e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.

No entanto, Castro (1994), afirma que o final do século XX foi marcado pelo retorno ao individualismo; pelo aparecimento de novas estratégias de relações centro-periferia; por novos arranjos espaciais e de solidariedade propiciados por mudanças tecnológicas; pelo fortalecimento dos poderes locais e regionais como novos interlocutores nas relações supranacionais e pela valorização do ambiente em escala planetária. Tudo isso vem reclamando um novo olhar para o território regional, não apenas como uma engrenagem de totalidade positiva, mas como um continente de conteúdo significante.

Fica evidente então, que o dinamismo que envolve a formação regional é bastante complexo. A maneira como se enfoca a região, por sua vez, fará variar tanto sua delimitação como suas perspectivas. Sendo assim, este estudo requer a definição de elementos conceituais capazes de proceder à sua análise, elementos esses que ultrapassam os tradicionais definidos pela análise geográfica.

Para que os estudos regionais se tornem significativos para a realidade contemporânea, é necessário que envolva elementos de análise de cunho geográfico, demográfico, econômico, administrativo e político, pois objetivamente, as interações dessas áreas estruturantes da dinâmica de um sistema regional são, cada vez mais, de tipo *conectivo*: redes de toda ordem podem articular, verticalmente, lugares, indivíduos, organizações, situados em níveis escalares distintos, e, horizontalmente, pontos do território, sem que seja obedecida a restrição de contigüidade (SANTOS, 1994).

Considerando-se as principais dimensões de cada um desses itens e a contribuição das várias ciências humanas, pode-se elaborar o seguinte quadro para a definição dos elementos de análise dos estudos regionais (Quadro 1):

Quadro 1: Contribuição de algumas Ciências Humanas para a análise das regiões

Itens\Ciência Social	Geografia	Demografia	Sociologia	Economia
Estrutura espacial	Produção Rede urbana Vias de comunicação	Demografia População total, rural e urbana	Nível de interdependência das relações sociais	Estruturas produtivas, circulação de riquezas
População	Localização, distribuição, densidade	Estrutura demográfica, fecundidade, crescimento	Classes e estratificação social	População economicamente Ativa, renda
Recursos	Disponibilidade de recursos naturais	Disponibilidade de mão-de-obra	Qualificação de mão-de-obra, qualificação	Produção Capitais Tecnologia
Consumo	Repartição	Renda per capita	Poder aquisitivo, Usos e costumes	PIB regional, PIB per capita.
Trocas exteriores	Fluidez e viscosidade	Migrações	Relações de poder	Transportes, comércio

Fonte: Robson Oliveira Lins.

Machado (1995) propõe que mais próxima das realidades regionais é a concepção do espaço regional como um "sistema aberto", ou como um conjunto de "n" sistemas abertos, na medida que são sistemas que trocam energia (trabalho), matéria (bens) e informação, com o "ambiente" em que se situam, ao mesmo tempo em que o grau de coesão interna depende da intensidade de relações que neles se dão. "Ambiente", nesse caso, pode ser um conjunto de variáveis que atuam em diversos níveis escalares: características geográficas, o preço de mercadorias, normas sociais, características culturais etc. O sistema urbano, em si mesmo composto por múltiplos subsistemas, ou mesmo a cidade, constitui um exemplo expressivo do que é um "sistema aberto". Assim,

[...] o espaço contém e representa uma visão complexa da realidade nos seus variados aspectos, nos seus diversos elementos constituintes, e nessa representação se inclui o complexo de relações que se estabelecem entre esses mesmos elementos. Nesta acepção tem cabimento a identificação [do espaço] com o conceito de sistema [...] (LOPES, 2002, p. 45).

Sendo assim, as implicações que envolvem as questões regionais recaem também sobre o conceito de Redes Geográficas, estas segundo Corrêa (2001), se apresentam como um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações.

É crescente a utilização do conceito de redes nas diversas áreas da ciência, sendo utilizado para designar diferentes fenômenos, recebendo

freqüentemente sentidos diferentes e até antagônicos, perdendo em precisão e comprometendo a contribuição analítica que pode oferecer. No entanto, as Redes Geográficas se diferem das demais, pois têm a espacialidade como característica chave que as distingue das redes em geral e necessita ser explicitada, não sendo suficiente afirmar que os objetos e processos têm necessariamente uma localização (CORRÊA, 2001). A rede geográfica é também um produto e uma condição social, sendo historicamente construída, fruto da ação humana e uma obra consciente dotada de intencionalidade, por isso, torna-se necessário esclarecer alguns desses sentidos. Tal conceito aparece mais regularmente no campo de estudo das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado e suas políticas e da produção/circulação de mercadorias e serviços.

O uso corrente do conceito de redes se justifica devido ao desenvolvimento na atualidade de um novo padrão de configuração de articulações entre organizações. Entre as razões para o surgimento deste novo padrão, pode-se destacar: a tentativa de enfrentar ambientes de incerteza e turbulência imposta pela globalização; o crescente movimento no sentido de uma maior democratização e participação; a tendência de se realizar parcerias no século XXI e a inviabilidade dos padrões burocratizados para responder às novas demandas deste novo período histórico.

Partindo destes pressupostos, o trabalho utiliza também as categorias de análise propostas por Santos (1994), pois estas levam em consideração as mudanças que o território vem conhecendo nas formas de sua organização. Segundo o mesmo, circuito de produção, fixos, fluxos, processo, estrutura, forma e função são outras tantas categorias de análise da produção do espaço.

Ainda segundo Santos (1994), estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, processos, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de interação e contradição. Diz ele:

A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que possa captar como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições pré-existentes (SANTOS, 1994).

Este trabalho leva em consideração a especialização entre regiões, gerando concorrência entre as mesmas, que segundo Santos (1994), isto se deve ao fato destas não precisarem mais produzir tudo para sua subsistência, pois com os meios rápidos e eficientes de transportes e comunicações podem buscar em qualquer ponto do país e mesmo do planeta aquilo que necessitam.

Enfim, a concepção e aplicação dos conceitos levarão ao entendimento da questão central que norteia este trabalho, que consiste explicar o complexo processo da evolução nos níveis organizacionais do espaço geográfico da Região de Amargosa, refletindo sobre suas novas conexões e funcionalidades.

1.4.1 Os novos paradigmas na análise geográfica do espaço regional

O processo de mundialização da economia e a eclosão de uma nova revolução tecnológica, classificada por Santos (1994) como período técnico-científico-informacional, têm estimulado novas formas de organização da produção, dando origem a uma nova divisão internacional do trabalho, tendo como característica a abertura das fronteiras nacionais para a livre circulação de mercadorias e investimentos em torno da lógica dos espaços de fluxos. Seus reflexos diretos recaem sobre a dinâmica dos espaços regionais, reestruturando a sua organização produtiva.

A reestruturação produtiva, segundo Oliveira (2003), é resultado de um conjunto de mudanças que flexibilizam as relações e estruturas produtivas, complementadas pelo aprimoramento dos sistemas de comunicação e informação. Esta, no entanto, não prescinde de uma maior aproximação com as organizações e instituições locais, e sim, com a sua forma de construir as relações necessárias para se instalar e usar os territórios.

Neste sentido, existe um enfraquecimento dos territórios nacionais em pró de uma regionalização em escala mundial. Significa dizer que as fronteiras nacionais tornam-se mais amenas com o surgimento de blocos de países nos vários continentes. O que assistimos hoje não é mais aquela regionalização característica da geografia tradicional, que teve tanta importância no início do século XX, baseada, sobretudo, nas condições naturais, mas uma regionalização geopolítica.

Atualmente, existe uma relação de dependência de um conjunto nacional, internacional ou mesmo global. Essa relação, por sua vez, desempenha um papel fundamental, pois o poder financeiro, político e administrativo geralmente escapa às regiões; estas são sempre dependentes de algum tipo de dominação vinculada à difusão de idéias neoliberais - valorizadas desde 1979 no Reino Unido e nos EUA - que pregam o chamado - Estado mínimo - com a redução da participação do Estado na economia e a abertura da economia para o exterior, facilitando a circulação de investimentos e de produtos. Portanto, vivencia-se atualmente a desterritorialização – ou seja, a universalização dos estilos de vida, do comportamento e do consumo acima dos grupos sociais, das etnias, crenças, idiomas e ideologias – passa a ser a norma e evidencia um esgotamento da idéia de Estado-nação. Dentro deste paradigma, Santos (2000) afirma que o território fica ainda mais importante, ainda que uma propaganda insidiosa teime em declarar que as fronteiras entre Estados já não funcionam e que tudo, ou quase, se desterritorializa.

Neste contexto, a Geografia Regional tem um novo e importante papel: delinear novas concepções na análise do espaço, desempenhando a integração com as demais ciências humanas e, principalmente, com a escala global e a local. A esse respeito assim Silva; Silva (2003) afirmam que:

É fundamental valorizar a integração da Geografia Global com a Geografia Regional e com a Geografia Local e vice-versa. Com o efeito, tem crescido vertiginosamente nas últimas décadas as interações entre todas as escalas do espaço geográfico abrangendo diferentes setores e meios. Com isto, amplia-se as perspectivas das relações de concorrência entre lugares e regiões, saindo, em geral, de contextos mais restritos, sobretudo ligados aos aspectos político-territoriais (nações e Estados/províncias) para o contexto da globalização (SILVA; SILVA, 2003, p. 09).

A questão regional retoma com força em função de vários debates acadêmicos, como também pela proliferação de regionalismos e pelos desníveis de âmbito global como também intrarregional. Apesar da propalada globalização homogeneizadora, o que vemos concomitantemente, é uma permanente reconstrução da diversidade e da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença em todos os cantos do planeta. Para Santos (2000)

[...] para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade da homogeneização. Os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural.” (SANTOS, 2000 p. 142-3).

Sendo assim, uma análise regional necessita hoje avaliar um conjunto de fatores inter-locais e inter-regionais de forma integrada e sistematizada, pois só assim pode-se obter uma consonância entre diversas tendências territoriais dentro do processo de globalização, que tenta cada vez mais a padronização dos lugares, tirando suas particularidades, mas que, no entanto, acentua ainda mais as diferenças e desigualdades.

A relevância das questões regionais, na atualidade, necessita de uma ressignificação conceitual de alguns dos fundamentos pelos quais se produz a complexidade territorial, base para qualquer proposta de regionalização. Para Santos (1994), nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização.

Ainda seguindo essa mesma linha de raciocínio, Santos (1994), nos chama atenção para o novo desafio metodológico e conceitual na delimitação regional. Segundo o autor:

Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos. (SANTOS, 2000, p.102)

Portanto, as mudanças advindas deste período não são apenas técnicas, organizacionais e mercadológicas, mas também mudanças na esfera espacial. Isto significa dizer que, apesar de o mundo se tornar cada vez mais global, as regiões também ganham importância neste contexto; uma vez que novas regiões se formam e desaparecem com maior rapidez do em reação à internacionalização ou à globalização.

Haesbaert (1998), afirma que mesmo com mudanças muito rápidas, constantemente retrabalhadas pelos intercâmbios acelerados da globalização, os recortes regionais sempre são passíveis de identificação. Segundo o mesmo autor,

a relevância da questão regional não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais.

Para Lencioni (1999), uma análise regional necessita ser voltada para as particularidades, para poder revelar os aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos se considerarmos apenas o ponto de vista global.

Diante deste cenário é importante apontar a relevância do trabalho do geógrafo, pois o processo de regionalização é um dos seus instrumentos de análise. A região, como conceito geográfico, envolve um rigor teórico e sua delimitação deve considerar problemáticas como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo.

1.5 Procedimentos metodológicos

Na tentativa de delimitar o recorte espacial deste trabalho, se fez necessário operacionalizar algumas definições de autores citados anteriormente para assim, fornecer subsídios ou critérios voltados para o conceito de região e da metodologia da regionalização como formas de análise do espaço geográfico.

Com esse intuito voltou-se os olhos para Kaiser (1980), que define região como um espaço conciso sobre a terra, porém não imutável, correspondendo a três características essenciais: os vínculos existentes entre seus habitantes, sua coordenação em torno de um núcleo dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global. É importante salientar que os vínculos devem ser entendidos em termos mais amplos, abarcando as relações e características comuns de uma determinada área. O autor ressalta que o terceiro grande elemento da definição de região decorre dos seus laços com o exterior, ou seja, uma região não é um mundo em si mesmo, esta depende de elementos exógenos para o seu funcionamento e que na ausência de uma destas três características essenciais, não há “Região”, mas somente “meios geográficos”.

Em relação aos critérios de delimitação do espaço regional, Silva (1990) enfatiza que a região só pode ser vista no âmbito do enfoque sistêmico, ou

seja, a região apresenta-se como uma engrenagem de um todo com o qual mantém inter-relações. Segundo a mesma autora, os limites regionais podem ou não concordar com as divisões juridicamente instituídas, pois se ampliam ou diminuem, no transcorrer do tempo, em função de adaptações de natureza política. Desta forma, para se delimitar uma região, não se deve levar em conta apenas os aspectos jurídico-administrativos, nem somente aspectos exclusivamente econômicos, mas os de ordem social e, sobretudo, política.

Santos (1963), ao delimitar a Região de Amargosa, levou em consideração a historicidade econômica da região, baseada numa economia agroexportadora que tinha no café o seu “combustível” de desenvolvimento regional, gerando uma gravitação econômica, política e social em torno do município de Amargosa, que tinha a função de importante entreposto comercial de uma vasta área do Vale do Jiquiriçá e também com o sertão baiano. O recorte regional trabalhado por Santos e equipe em 1963 abrangia os municípios de Amargosa, Brejões, Santa Terezinha, São Miguel das Matas e Lajes (ver figura 01).

Ao considerar a região como uma entidade mutável, como propõe Kaiser (1980), então é certo que ao longo dos 40 anos decorridos após a pesquisa de Milton Santos e equipe, a Região de Amargosa passou modificações significativas na sua estrutura espacial. Com a decadência do café e conseqüente declínio funcional de Amargosa, a região muda o foco de sua atividade econômica. Desta forma, o espaço regional ganha uma nova dinâmica, um novo significado condicionado pela nova forma de produzir inerente a cada momento histórico.

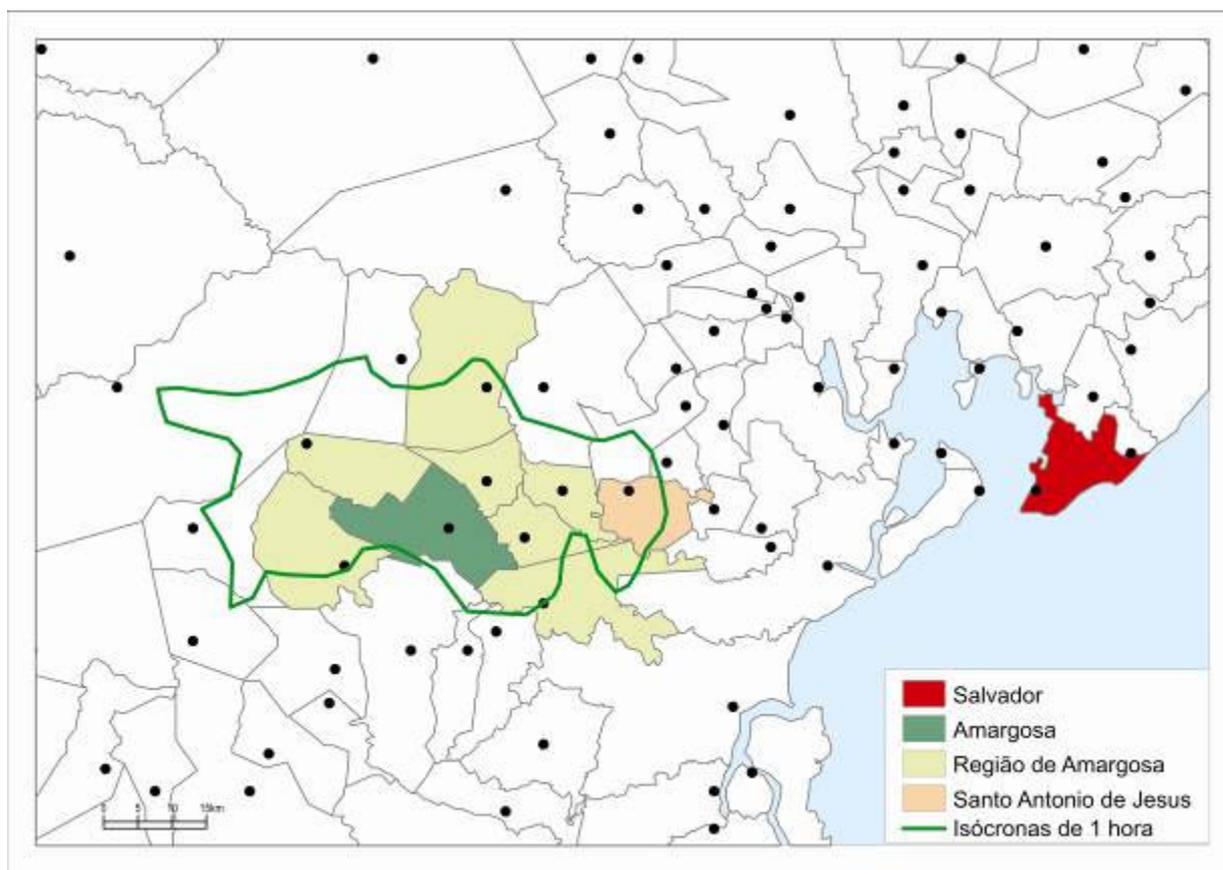
Figura 01 Estado da Bahia Região de Amargosa – 1963

Fonte: Adaptado da malha digital do IBGE. Concepção cartográfica: Robson Lins

Portanto, para delimitar a nova Região de Amargosa, toma-se como base a área delimitada por Santos em 1963, que constituiu a antiga região cafeeicultora, acrescentando aqui, o critério da acessibilidade que permite mensurar, em parte, os vínculos entre seus habitantes e a integração com os demais municípios vizinhos.

Para medir acessibilidade se fez necessário a elaboração do mapa de isócronas de uma hora, com base na malha rodoviária do DNIT 2002 (Ver figura 02). Estabelecendo a velocidade média de 60 Km/h e tomando o município de Amargosa como área central, foi possível dimensionar sua área de alcance, delimitando um perímetro de contorno de 1 hora.

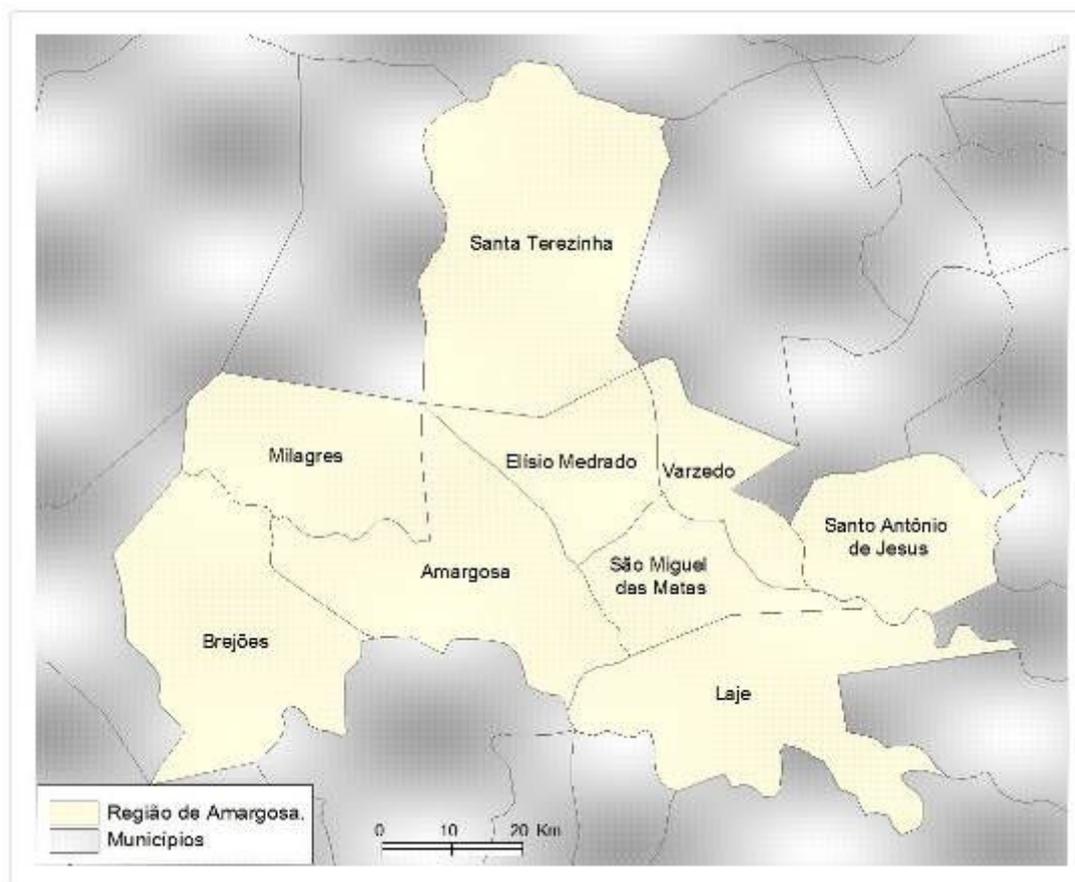
Figura 02 Estado da Bahia Mapa de Isócronas



Fonte: DNIT 2002 Concepção cartográfica: Robson Lins

Como resultado, foram incorporados a região mais três municípios: Elísio Medrado, Santo Antonio de Jesus e Lages, por estarem dentro do perímetro estabelecido. Sendo assim, nosso recorte espacial possui nove municípios: Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Milagres, Santa Terezinha, Santo Antonio de Jesus, São Miguel das Matas e Lages (Ver figura 03).

Em relação ao limite temporal, o trabalho focaliza principalmente as relações espaciais estabelecidas durante as quatro últimas décadas de 1970 a 2000 em Amargosa, cujas repercussões são apreendidas na projeção das atividades espaciais apresentadas por este município. Portanto, através desta reconstrução temporal poderemos fazer considerações acerca da evolução regional das novas relações espaciais (econômicas, sociais, políticas etc) existentes no que chamaremos aqui de Região de Amargosa.

Figura 03 Estado da Bahia Região de Amargosa – 2005

Fonte: Adaptado da malha digital do IBGE. Concepção cartográfica: Robson Lins

Desta forma, a espacialidade aliada à temporalidade é a pedra fundamental para as pretensões deste trabalho, pois, em uma perspectiva regional é necessário uma reconstrução histórica para entender traços do momento atual.

Após delimitar o recorte espacial a etapa metodológica seguinte foi dividida em quatro partes: levantamento de bases teóricas, levantamento de dados primários e secundários, a produção cartográfica com base nas informações coletadas e a pesquisa de campo. A primeira parte consiste numa pesquisa bibliográfica que, por um lado, resgata a historicidade da região e, por outro, incide na busca das bases teórico-conceituais que servem de instrumentos fundamentais para análise do objeto de pesquisa.

Neste sentido, a preocupação metodológica implicou em contextualizar espacialmente os fenômenos referentes à área de estudo na perspectiva de que esta, embora constituída enquanto singularidade, não reúna características autônomas em relação ao sistema de objetos e ações que compõe o espaço. Para

Santos (1996), o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida.

Portanto, na concepção desta pesquisa, foi realizado um esboço analítico acerca dos processos evolutivos dos fenômenos geográficos presentes na região Amargosa. Entre estes aspectos, pretendeu-se analisar a dinâmica espaço-temporal, tendo como parâmetro os dados censitários da demografia e produção agropecuária e da arrecadação de impostos. Estes elementos foram considerados por conferirem importante substrato desta análise.

A segunda parte da pesquisa consistiu no levantamento de dados estatísticos, estes, em sua maioria, foram adquiridos via Internet, acessando os bancos de dados on-line de órgãos oficiais de geografia nas esferas nacional e estadual. O IBGE, por exemplo, possui um acervo de geoinformações bastante diversificado disponível no seu portal do SIDRA, que funciona como um sistema simplificado de consulta que viabiliza o acesso de dados produzidos pela instituição ao usuário comum da rede mundial de computadores.

O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) tem 15 seções temáticas principais: 1) Agricultura; 2) Comércio; 3) Construção civil; 4) Contas Nacionais; 5) Emprego; 6) Extração vegetal; 7) Horticultura; 8) Índices de preços; 9) Indústria; 10) Orçamento familiar; 11) Pecuária; 12) População; 13) Previsão de safra; 14) Registro civil; 15) Silvicultura. Para esta pesquisa em específico, é de grande relevância o sistema de geração de tabelas, que possui um dispositivo de integração de dados compatíveis com as malhas digitais fornecidas pelos IBGE, permitindo o mapeamento de fenômenos que obedecem à divisão político-administrativa nacional, em seus mais diversos escalas espaciais. Esta integração entre sistemas/produtos se dá através de uma coluna, na base de dados, que possui o código oficial das unidades territoriais representadas nas malhas municipais digitais.

Com essa gama de disponibilidade de dados oficiais, o passo seguinte consistiu na triagem das informações relevantes a nossa pesquisa. Segundo Ramirez (1994), o tratamento de dados é a etapa mais longa e onerosa na estruturação de um banco de dados geográficos. A avaliação para obtenção de dados deve então ser feita de forma cuidadosa, evitando a inclusão de dados redundantes ou desnecessários à aplicação a que o banco de dados se destina. Desta forma, primeiramente, selecionamos dados sobre a população e através

desta avaliamos os aspectos proeminentes sobre evolução populacional da região. A partir dessas informações, calculamos a densidade demográfica urbana e rural, a taxa de urbanização, percentual de crescimento, perfil etário e tendência de crescimento, que nos permitiu fazer uma análise concisa sobre a evolução em termos demográficos da região no período entre 1970 a 2005.

Outras séries de informações muito importantes para a nossa pesquisa dizem respeito aos dados sobre o comércio, produtos e serviços prestados na região, por se tratar de importantes indicadores de centralidade. A mensuração destes dados possibilitou a produção de cartogramas em que espacializamos a área de influência do município de Amargosa, em seguida fazer um contraponto com o município de Santo Antonio de Jesus, para demonstrar o grau de subordinação urbana/regional que esse exerce sobre Amargosa, ou seja, procuramos medir o nível de centralidade regional entre esses dois municípios

Portanto, o banco de dados teve como fonte principal órgãos oficiais (SEI, IBGE, etc.), mas, é importante salientar, da existencia do levantamento de informações de fontes primárias oriundas de pesquisa de campo. O presente estudo obteve informações complementares através de entrevistas realizadas em estabelecimentos rurais e na sede municipal, com pessoas ligadas a administração, a sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, firmas comerciais, instituições. A preocupação na abrangência dessas informações era a de obter dados não disponíveis em fontes estatísticas oficiais, com a finalidade de assegurar um produto final consistente e estreitado com a realidade.

As pesquisas de campo realizadas tiveram como objetivo coletar informações relevantes através dos órgãos administrativos da prefeitura – Secretarias de Administração, Saúde, Educação, Turismo -, e de moradores da região. As entrevistas junto a esses órgãos municipais proporcionaram informações de alguns projetos oficiais; como, por exemplo, a implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo, projeto este que visa tornar o município uma cidade universitária e o projeto “Pegadas”, que visa implantar o turismo ecológico no município de Amargosa.

A atividade do turismo que é uma realidade em Amargosa, especialmente no período junino, também teve uma atenção especial. Nesta etapa de pesquisa de campo, visitamos a prefeitura em busca dos números oficiais da festa (investimento, arrecadação e número de visitantes). Paralelamente, foram

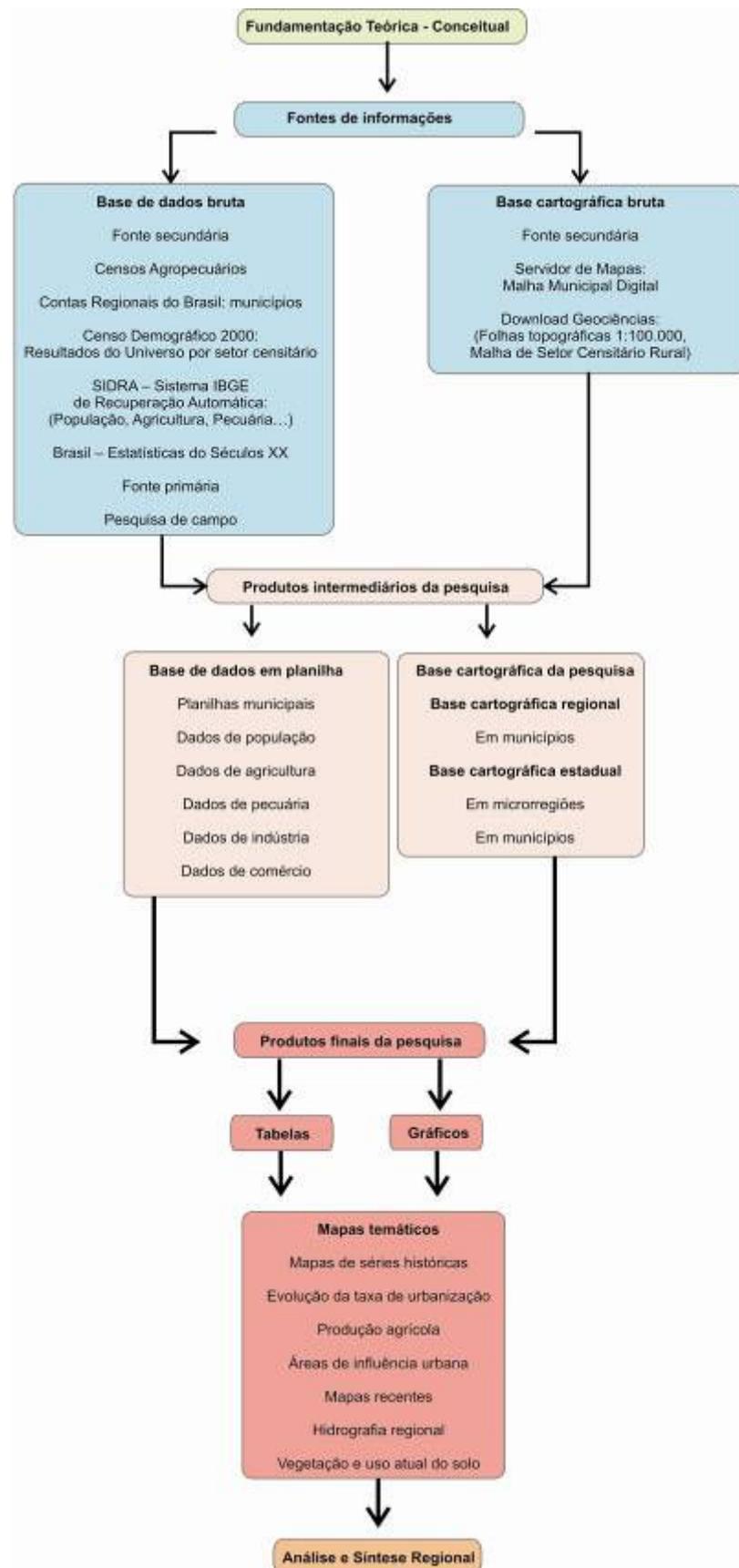
entrevistados moradores, com o intuito de saber quais os benefícios que estes obtêm com a realização da festa, principalmente, com o aluguel das casas e com o comércio de comidas e bebidas típicas em barracas montadas ao longo do circuito. Os visitantes também foram foco de entrevistas buscando saber seus locais de origem e quanto gastam durante a festa, desta maneira, medimos o alcance da festa de São João de Amargosa.

Completa-se a análise com a investigação de outros elementos que possibilitaram a formação da região: os recursos naturais apropriados pela sociedade, a população em diferentes aspectos, os centros de consumo e de distribuição de bens e serviços, que completam esse conjunto de características. Com esses elementos, pode-se entender a estrutura atual do espaço regional, cuja produção é um processo contínuo.

Uma demarcação regional, no entanto, não se restringe apenas à aplicação de uma simples fórmula matemática criadora de índices numéricos, ou quiçá de uma síntese de variáveis que redundam por mecanizar os fenômenos sociais, reduzindo-os a simples fenômenos quantitativos. O tratamento e análise de dados é uma etapa importante para trabalhos geográficos, porém, o mesmo inclui uma análise lógica, dialética, de fenômenos implícitos, quase invisíveis, que são as relações sociais (políticas, comerciais, de mão-de-obra). Tais indicadores demonstram os níveis de acessibilidade ou de comunicação, grau de polarização, níveis de solidariedade e influências administrativas, centros de consumo e de distribuição de bens e serviços, existentes numa determinada região. A Figura 4 demonstra de forma sistemática as etapas para construção deste trabalho e como foram operacionalizados e os dados oficiais coletados.

Deste modo, para se atingir os objetivos propostos neste trabalho, deve-se examinar diferentes estruturas que constituem a organização do espaço regional. Partindo-se dos processos sociais, reconstitui-se a produção do espaço regional até o momento presente, pois, dentro em um mesmo espaço, existe a sobreposição de processos desencadeados pelos mais diversos agentes. Sendo assim, uma demarcação regional perpassa pela análise do conjunto de informações e relações, que se refletem na espacialização da geoinformação em meio cartográfico.

Figura 4 Fluxograma metodológico



Conseqüentemente, podemos afirmar que a Geografia, no âmbito das Ciências Humanas, destaca-se pelo seu potencial de análise corológica dos mais diversos fenômenos, através da espacialização das informações que se dão com o uso da Cartografia Temática. Com o apoio técnico desta ciência-arte que faz a representação de fenômenos espaciais e/ou geográficos através de mapas, é possível visualizar as nuances que envolvem o município de Amargosa e seu entorno, no período proposto neste trabalho, 1960 a 2000, nos seus mais diversos aspectos.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Este capítulo busca caracterizar espaço regional de Amargosa dentro do estado da Bahia. Para tanto, em uma primeira abordagem se fez necessário entender as disparidades regionais no âmbito brasileiro e baiano comprovando que ambas as realidades são bastante semelhantes. Em segundo momento, buscou-se compreender a dinâmica atual da região econômica Recôncavo Sul, onde se localiza o recorte espacial estudado, com objetivo de contextualizar a região de Amargosa dentro cenário baiano.

2.1 A questão regional no Brasil e na Bahia

No Brasil, a questão regional é caracterizada pelos desequilíbrios nas mais diversas esferas (econômica, social, ambiental, etc.), pois, a política desigual de distribuição de renda, tem favorecido o aumento das diferenças nas mais diferentes regiões do país. Neste sentido Silva; Silva, (2003) destacou que:

A mais importante constatação que deve ser feita é que os desequilíbrios regionais brasileiros ainda são muito expressivos, e cada vez mais associadas em diferentes escalas e intensidade, aos desequilíbrios sociais e ambientais e não mais somente aos desequilíbrios econômicos. Esses desequilíbrios afetam fortemente a dinâmica dos indicadores sociais e ambientais do país como um todo, especialmente quando colocados no contexto internacional (SILVA; SILVA, 2003, p. 50).

A literatura sobre o assunto atribui tal fato a uma questão distributiva de grande escala, isto é, à adoção de um modelo de desenvolvimento que não foi capaz, nas últimas quatro décadas, de eliminar as desigualdades entre regiões.

A economia brasileira segundo Neto (1997), se caracteriza por apresentar os níveis mais altos de desigualdade no contexto internacional. Aqui estão presentes estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e possibilidades de acesso da população aos bens e serviços básicos os mais diferenciados. Desta forma, pode-se afirmar que o Brasil é um país bastante fragmentado, onde dentro do mesmo espaço convivem realidades bastantes contrastantes. Isso é válido tanto se são consideradas as grandes regiões brasileiras

tradicionais (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), quanto se consideram as desigualdades no interior da cada uma dessas regiões (NETO, 1997).

A desigualdade regional vem se reproduzindo ao longo de diferentes períodos históricos, apesar da criação de instituições governamentais voltadas especificamente para o seu combate, as diferenças entre regiões continuam em planos elevados quaisquer que sejam os critérios utilizados para a sua mensuração. Toma-se como exemplo o tamanho do Produto Interno Bruto das diferentes unidades da federação.

Apesar da participação decrescente da região Sudeste no PIB nacional, ainda assim, esta se constitui numa região concentradora na produção de riquezas. Nas duas principais regiões do país (Sul e Sudeste) somadas o PIB chega a 75,36% do montante nacional, o que denota o mosaico de desigualdade existente entre as diferentes regiões, bem representada nas figuras 5 e 6.

O território baiano, e não podia ser diferente, comunga dos mesmos desequilíbrios regionais existentes no Brasil, pois, na Bahia, devido em parte à sua extensão territorial, possui grande diversidade regional com as mais diferentes tendências e desníveis, constituído por áreas com alguns níveis de desenvolvimento outras empobrecidas ou em fase de empobrecimento. A Bahia, segundo Silva; Silva (2003), se constitui como um resumo histórico e geográfico do Brasil, pois, apresenta grandes desequilíbrios sócioeconômicos regionais, porém com relevantes especificidades culturais, políticas, ambientais, econômicas entre outras.

A implantação de alguns empreendimentos industriais no estado da Bahia nas décadas de 1960 e 1970, como em Aratu (cimento, metalúrgicas), Petroquímico de Camaçari, inaugurado em 1978, resultou em profundas transformações na sua estrutura econômica. Com uma diminuição do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, sobretudo nas indústrias químicas e petroquímica e extrativo mineral, e mais recentemente com a implantação da indústria automobilística da Ford (Tabela 1 e 2). Destaque também para a fruticultura em Juazeiro e a expansão agrícola no Oeste baiano com o cultivo da soja.

Figura 5
 PIB *per capita* por
 Estado – 2000

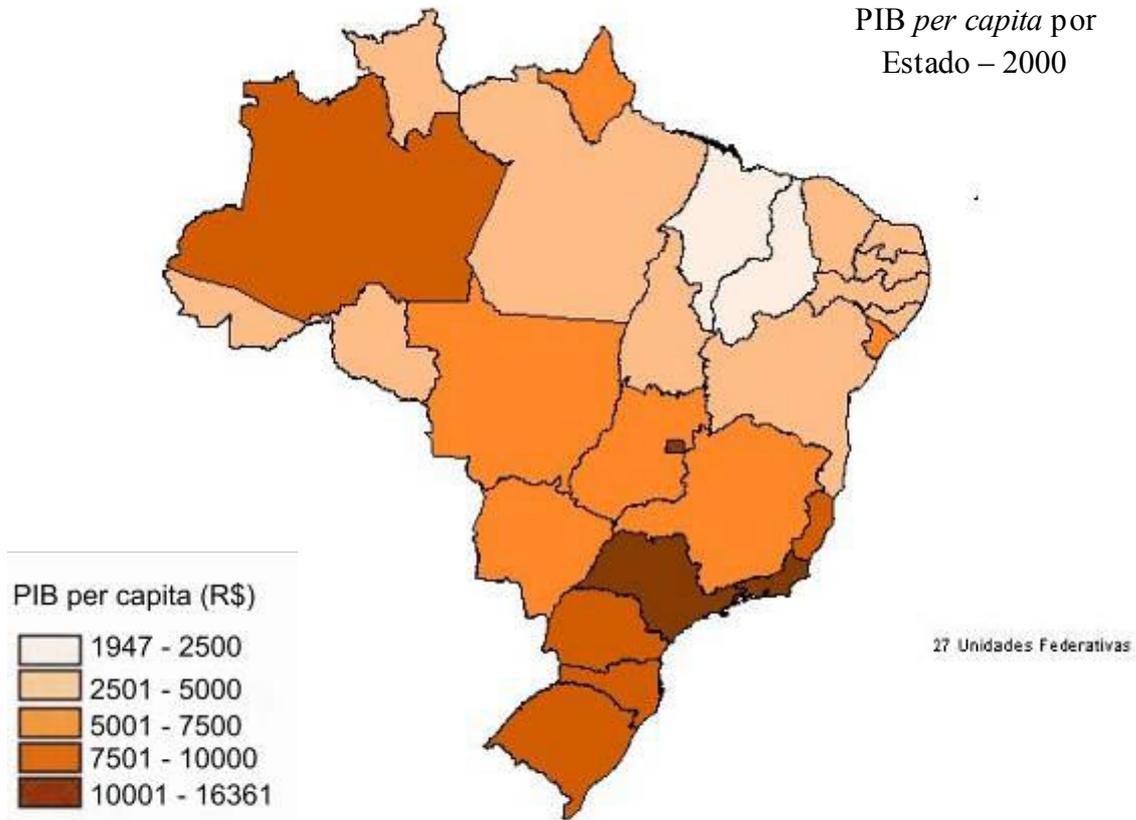
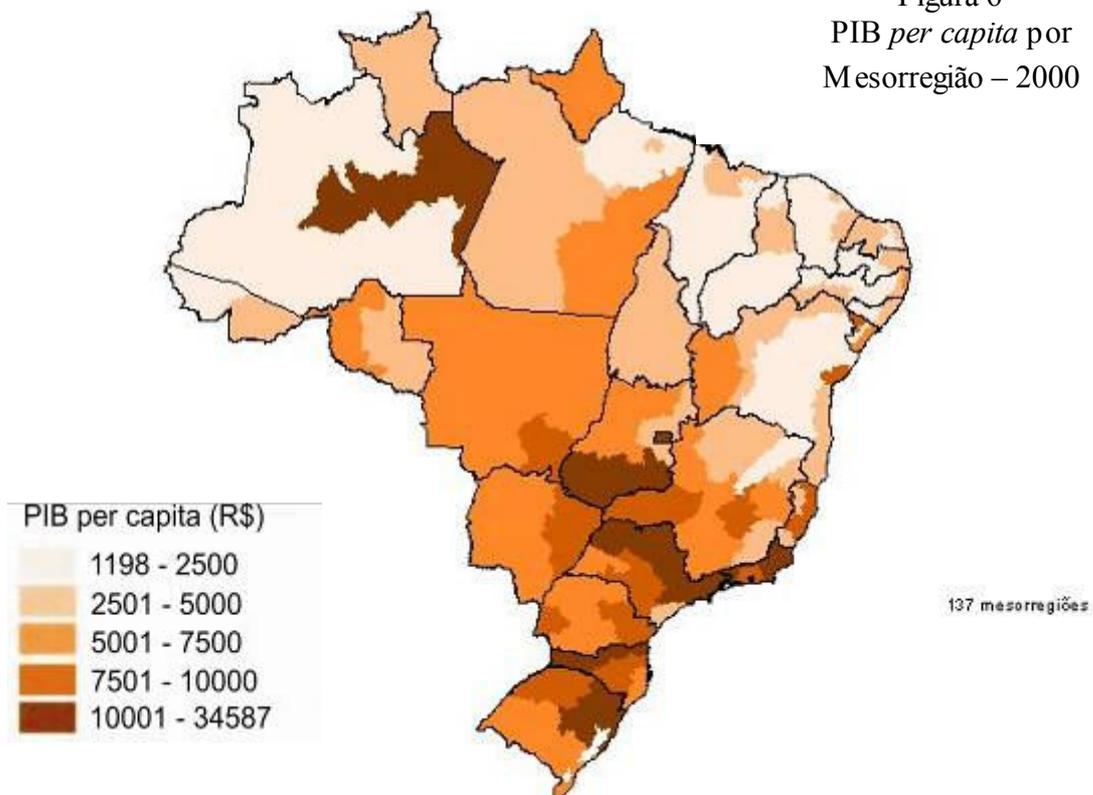


Figura 6
 PIB *per capita* por
 Mesorregião – 2000



0 600 1200 Km

Tabela 1 – Brasil Participação percentual de cada Estado no Produto Interno Bruto – 1970, 1985, 2000

Brasil / Regiões/ Estados	Participação percentual			
	1970	1985	2000	2004
Norte	2,24	4,35	4,60	5,30
Rondônia	0,10	0,53	0,51	0,6
Acre	0,13	0,15	0,15	0,2
Amazonas	0,71	1,42	1,71	2,0
Roraima	0,03	0,07	0,10	0,1
Pará	1,14	1,94	1,72	1,9
Amapá	0,12	0,12	0,18	0,2
Tocantins	-	0,13	0,22	0,3
Nordeste	12,01	13,83	13,09	14,10
Maranhão	0,86	1,05	0,84	0,9
Piauí	0,38	0,43	0,48	0,5
Ceará	1,50	1,67	1,89	1,9
Rio Grande do Norte	0,56	0,89	0,84	0,9
Paraíba	0,74	0,71	0,84	0,8
Pernambuco	2,97	2,42	2,64	2,7
Alagoas	0,71	0,72	0,64	0,7
Sergipe	0,45	0,68	0,54	0,7
Bahia	3,84	5,24	4,38	4,9
Sudeste	65,00	59,40	57,79	54,9
Minas Gerais	8,34	9,88	9,64	9,4
Espírito Santo	1,22	1,68	1,96	2,0
Rio de Janeiro	16,07	12,41	12,52	12,6
São Paulo	39,36	35,43	33,67	30,9
Sul	17,04	17,09	17,57	18,2
Paraná	5,53	6,09	5,99	6,2
Santa Catarina	2,77	3,29	3,85	4,0
Rio Grande do Sul	8,73	7,71	7,73	8,1
Centro-Oeste	3,72	5,33	6,95	7,5
Mato Grosso do Sul	-	1,00	1,08	1,1
Mato Grosso	1,19	0,78	1,22	1,6
Goiás	1,50	1,94	1,97	2,3
Distrito Federal	1,03	1,61	2,69	2,5
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,0

Fonte: Adaptado do IBGE, APUD SILVA; SILVA, 2006, p. 73.

**Tabela 2 – Estado da Bahia
composição setorial da economia – 1960/2001**

Ano	Setor (em %)		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	13,4	65,0
1980	16,4	31,6	52,0
1990	15,0	30,0	55,0
2001	10,9	43,1	46,0

Fonte: Adaptado do IBGE, APUD SILVA; SILVA, 2006, p. 75

No entanto, este intenso processo de industrialização do estado da Bahia não reduziu as desigualdades regionais existentes, pelo contrário, a produção de riquezas do Estado continua concentrada em torno da Região Metropolitana de Salvador que responde por 70% da produção industrial do Estado (Figura 7).

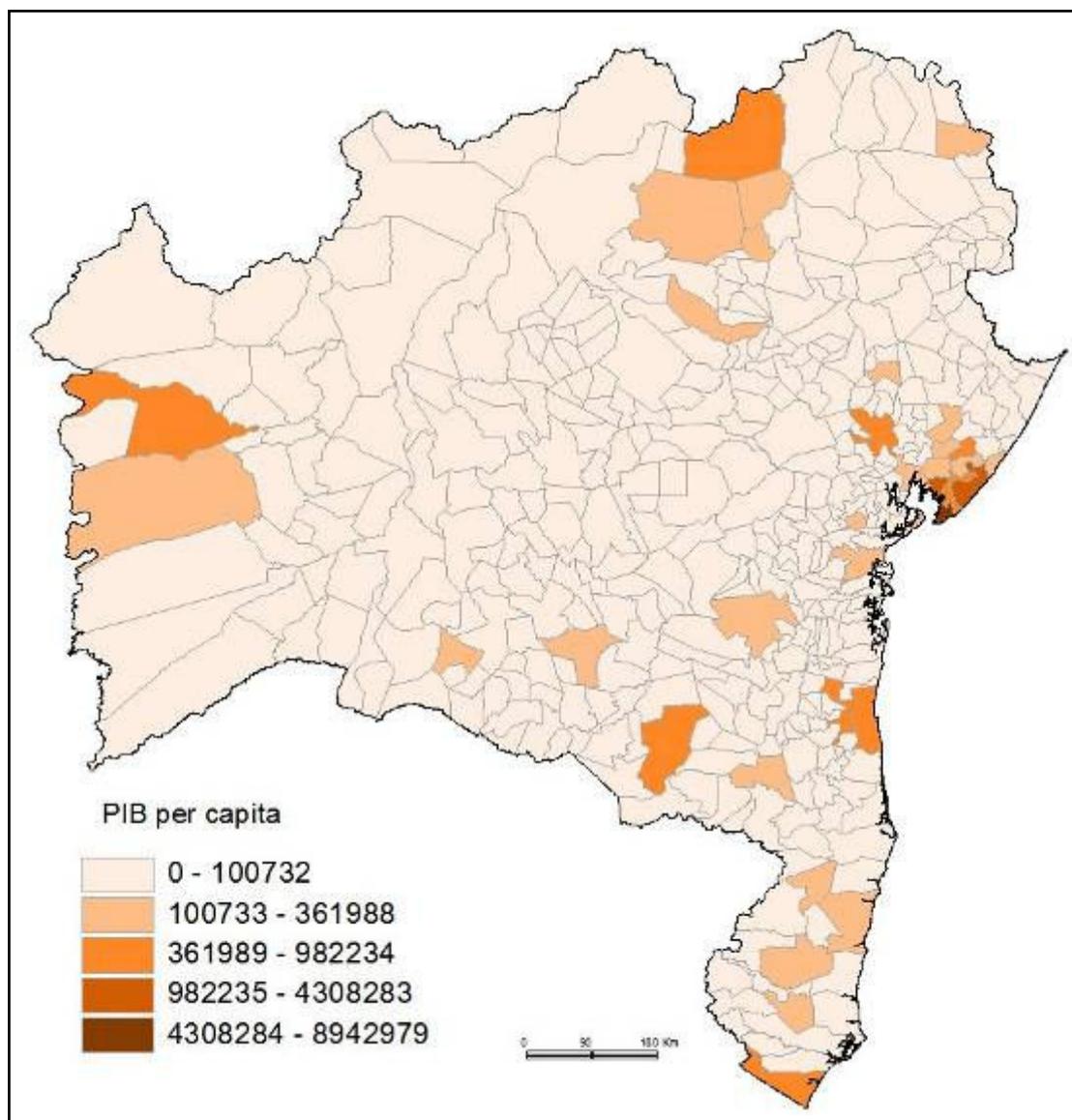
Os índices de desenvolvimento econômico de cada região econômica do Estado da Bahia em 2000 calculados, segundo critérios próprios, pela SEI — Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia são visualizados na figura 08. A análise desta reafirma o alto grau de assimetria ou concentração daquilo que é conceituado pela SEI como desenvolvimento econômico. Tal índice é resultante dos níveis de infra-estrutura e qualificação da mão-de-obra existente e da renda gerada localmente. Assim, na construção do IDE - Índice de desenvolvimento econômico - estão incluídos os seguintes índices:

INF — Índice de Infra-estrutura, que considera um conjunto de informações quantitativas sobre a infra-estrutura do município em termos de terminais telefônicos em serviço, consome de energia elétrica e quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços.

IQM — Índice de Qualificação da mão-de-obra, que considera o nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal.

IPM — Índice do Produto Municipal, que considera o nível aproximado de geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica.

**Figura 7 Estado da Bahia – Municípios
Produto Interno Bruto (em milhões de reais) – 2000**



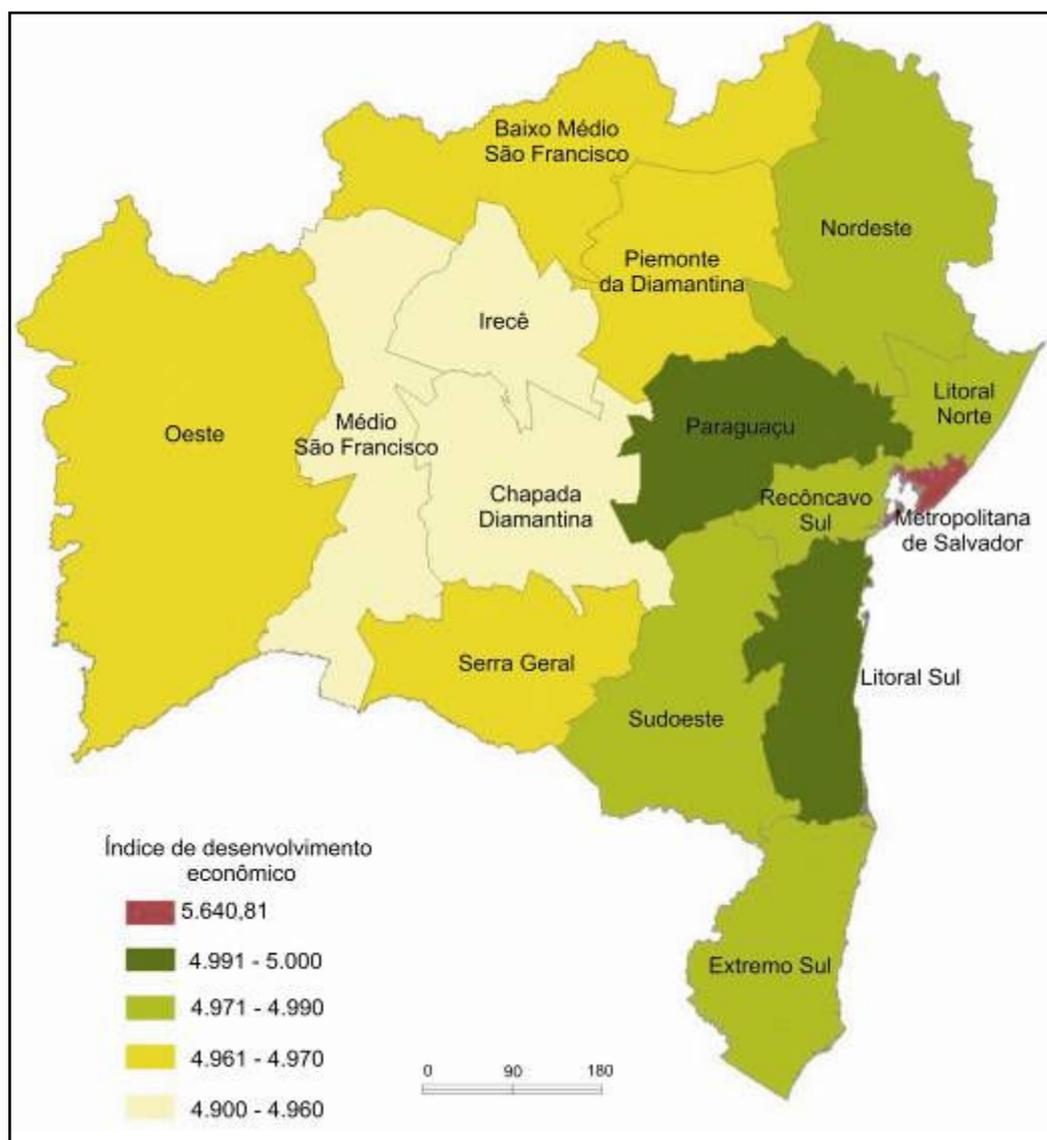
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto Municipal 2000.

A análise dos índices de desenvolvimento econômico por região econômica do Estado da Bahia indicados na Figura 8 permite constatar a existência da seguinte hierarquia entre as regiões em termos de desenvolvimento econômico:

- 1 – Região Metropolitana de Salvador
- 2 – Paraguaçu, Litoral Sul

- 3 – Litoral Norte, Sudoeste, Extremo Sul, Nordeste e Recôncavo Sul.
 4 – Piemonte da Diamantina, Oeste, Serra Geral e Baixo Médio São Francisco
 5 – Médio São Francisco, Irecê e Chapada Diamantina

Figura 08 Estado da Bahia Índice de Desenvolvimento Econômico segundo as Regiões Econômicas 2000



Fonte: SEI. Índices de desenvolvimento econômico – 2000. Concepção cartográfica Robson Lins

Os índices de desenvolvimento econômico indicam que os atuais focos dinâmicos da economia baiana em Barreiras e Juazeiro não foram suficientes para colocar suas respectivas regiões (Oeste e Baixo Médio São Francisco respectivamente) em um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico. Os focos dinâmicos da economia baiana em Salvador, Camaçari,

Feira de Santana, Itabuna-Ilhéus, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista colaboraram certamente para o desempenho mais favorável de suas respectivas regiões (RMS, Paraguaçu, Litoral Norte, Litoral Sul e Sudoeste) no confronto com as demais.

Diante do exposto pode-se afirmar que o quadro de heterogeneidade regional baiano pode ser sintetizado como uma miniatura da macro-realidade brasileira, com sua rede urbana concentradora e ilhas de desenvolvimento econômico pontilhadas num oceano de estagnação e decadência econômica. A região de Amargosa, como poderá ser visto ao longo deste trabalho, reúne em seu pequeno espaço uma diversidade de fenômenos e de estruturas de organização geográfica que refletem a atual macro-estrutura do estado.

2.2 Caracterização da Região de Amargosa no espaço baiano

O recorte microrregional estudado localiza-se dentro da região econômica Recôncavo Sul no estado da Bahia, uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situada ao sul da região Nordeste ocupa uma área de 567.295,3 km², o que corresponde a 6.64% do território e a 36.34% da Região Nordeste brasileira (SEI. 2002), sendo pouco maior que a França. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE é o quarto estado mais populoso do país. com uma população de 13.070.250 habitantes (8.772.348 na zona urbana e 4.297.902 na zona rural), correspondendo a 27,38% da população do Nordeste brasileiro e a 7,7% da população do país.

No contexto econômico, a Bahia é o principal e o mais rico estado do Nordeste, o mais industrializado e um dos mais dinâmicos. Destaques para indústria química e petroquímica, além de outros segmentos como o turismo e a montadora de automóveis da Ford, que deixa de se instalar no Rio Grande do Sul e se instala na Bahia, atraída pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo do Estado.

Diante da diversidade econômica e social, a Bahia é regionalizada conforme critérios adotados por diferentes órgãos administrativos do Governo. No âmbito federal, O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) divide a

Bahia com base na capacidade econômica e dos recursos naturais renováveis, em 7 mesorregiões e 32 microrregiões geográficas (Figura 9).

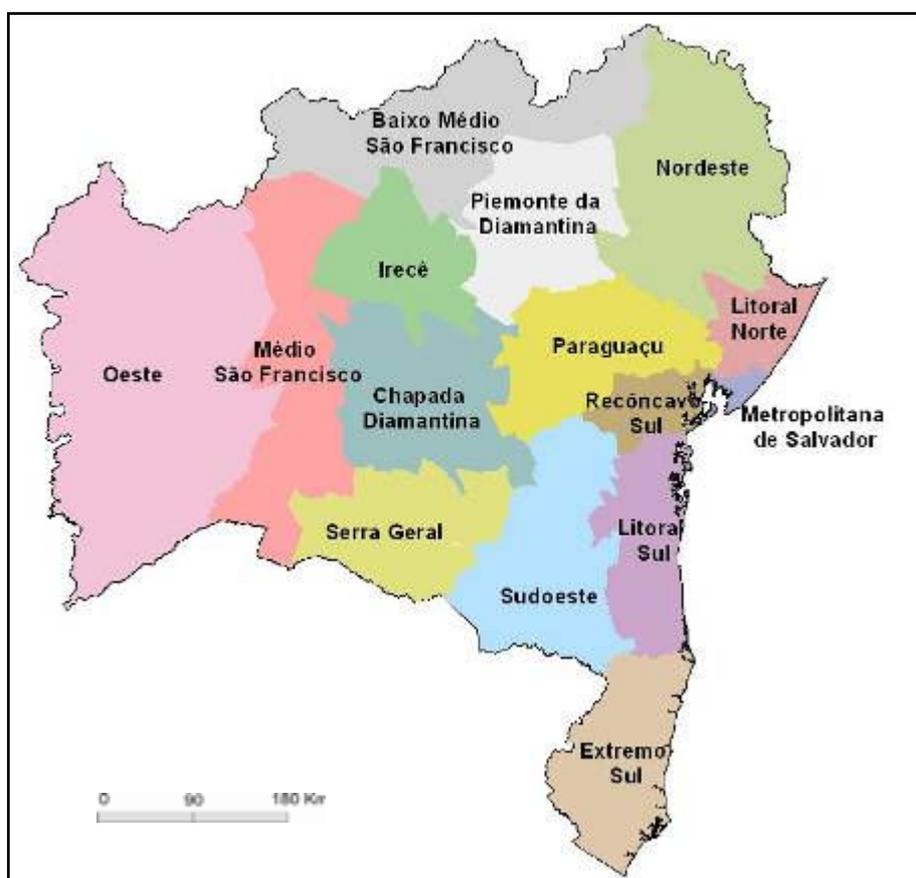
Figura 9 Estado da Bahia Mesorregiões e Microrregiões Geográficas



Fonte: IBGE, Atlas digital. Concepção cartográfica: Robson Lins

Logo, dentro da divisão regional criada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Bahia encontra-se dividida em 15 Regiões Econômicas (Figura 10): RG 01 – Metropolitana de Salvador; RG 02 – Litoral Norte; RG 03 – Recôncavo Sul; RG 04 – Litoral Sul; RG 05 – Extremo Sul; RG 06 – Nordeste; RG 07 – Paraguaçu; RG 08 – Sudeste; RG 09 – Baixo-Médio São Francisco; RG 10 – Piemonte da Diamantina; RG 11 – Irecê; RG 12 – Chapada Diamantina; RG 13 – Serra Geral; RG 14 – Médio São Francisco e RG 15 – Oeste. (SEI, 2002).

**Figura 10: Estado da Bahia
Regiões Econômicas – SEI**

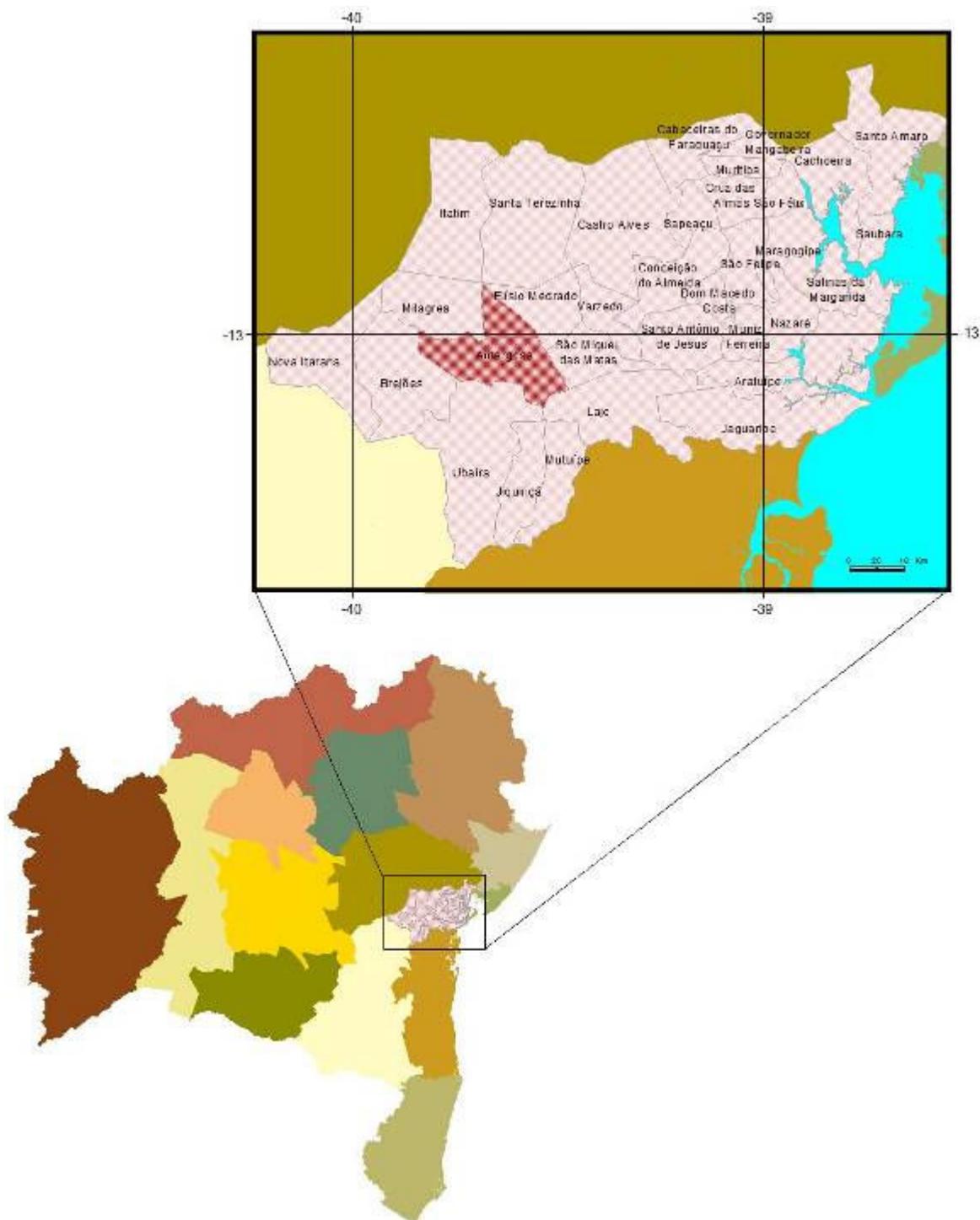


Fonte: SEI Base digital. Concepção cartográfica : Robson Lins

Dentre as 15 regiões administrativas, destaque para a Região do Recôncavo Sul (Figura 11), uma das principais regiões econômicas do estado e uma das primeiras a ser colonizada, servindo como porta de acesso dos portugueses no período do descobrimento do Brasil. A herança desta época pode

ser constatada através das diversas cidades seculares de grande importância histórica no contexto nacional, a exemplo de Cachoeira, Nazaré e Cairu.

Figura 11 Estado da Bahia Região Administrativa do Recôncavo Sul



Nessa região, pioneira na formação econômica baiana e brasileira, a partir da fertilidade de suas terras, sob os auspícios da natureza através do Rio

Paraguaçu e da sociedade mercantil dos portugueses, foi concebida e fortalecida a cultura da cana-de-açúcar dando contornos ao primeiro complexo de exportação do país, segundo Darcy Ribeiro (1995, Apud FONSECA, 2006).

A organização territorial e a distribuição espacial dos habitantes na região tiveram como base uma atividade eminentemente rural, sendo o engenho de açúcar o aglutinador de pessoas em seu entorno. Atividade de cunho agrário-exportadora, a produção de açúcar situou-se, inicialmente, com a lavoura da cana na área mais próxima do litoral, dada a necessidade de escoar a produção pelo porto de Salvador, a fim de poder se expandir, em seguida, para o interior.

Apesar do passado dinâmico, a região como um todo vive um período de estagnação econômica. Fonseca (2006), resume a trajetória econômica do Recôncavo em quatro pontos, como:

- 1) o sistema escravista agrícola, com alto grau de eficiência no uso do capital até o século XVI. e seu declínio no século seguinte pontuado por ocorrências de recuperações parciais. agravando-se, todavia, pela opção portuguesa em relação ao Rio de Janeiro.
- 2) o desgaste da produção agro-mercantil. em decorrência de influências internacionais, resultantes do enfraquecimento de Portugal no cenário europeu, aliadas à rigidez da estrutura escravista, à monocultura e à perda de posição estratégica em relação à região do ouro.
- 3) a introdução da cultura do fumo e a diversificação do sistema produtivo com a implantação das primeiras plantas industriais na segunda metade do século XIX. Tudo isso aliado à saída do capital da região dirigido ao extrativismo, à industrialização e a outros interesses fora de suas fronteiras.
- 4) a decadência da região em seu conjunto já no início do século XX. com a quebra definitiva da produção açucareira e fumegueira, aliadas aos investimentos subsequentes no petróleo e nos seus derivados (FONSECA, 2006, p.137).

Atualmente a região reúne 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elisio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuipe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas das Maragaridas, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo. Totalizando 10.662 km², 1.9% da superfície do estado da Bahia (564.692 km²) e compreende a área geográfica do entorno da Baía de Todos os Santos, maior baía e mais importante ponto de referência da costa brasileira, que abriga outras pequenas baías,

enseadas, lagamares, praias, ilhas, constituindo importante complexo de biodiversidade. Esta pluralidade ambiental é complementada com suas tradições culturais que representa uma possibilidade de desenvolvimento para a região, pois como centro original e irradiador da civilização brasileira, tem profundo significado para a memória e identidade do país.

Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000, a Região Recôncavo Sul abriga um contingente de 684.550 habitantes (287.746 na zona rural e 390.804 na zona urbana), detendo cerca de 5.24% da população estadual (13.070.250). Quanto à densidade demográfica, apresentava-se como a segunda maior região do Estado (64,20 hab./km²), situando-se acima da média baiana (23.16 hab./km²). Ainda segundo o Censo 2000, dos 33 municípios que compõem a região, 23 tem população abaixo de 10 mil habitantes, sendo que 13 tinham menos de 5 mil moradores. Somente seis municípios (Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Cruz das Almas, Nazaré, Maragogipe e Amargosa) apresentavam população acima de 20 mil habitantes.

As maiores populações urbanas da região são a de Santo Antônio de Jesus, a de Santo Amaro e Cruz das Almas, com respectivamente, 66.245.44.505 e 39.604 habitantes em 2000, vindo a seguir Nazaré (23.011 hab.), Maragogipe (21.043 hab.) e a de Amargosa (20.884 hab.). Já com menos de três mil habitantes, encontravam-se os municípios de menor população no último ano censitário: São Miguel das Matas (2.772 hab.); Varzedo (2.627 hab.); Elísio Medrado (2.514 hab.); Nova Itarana (2.497 hab.); Santa Terezinha (1.859 hab.) e Dom Macedo Costa (1.297 hab.), ver figura 12.

Dentre os municípios que compõe a Região do Recôncavo Sul, destacamos o município de Amargosa, ponto de partida para o presente estudo. Este também integra um dos vinte cinco municípios que constituem a bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá. Faz limite com os municípios de Elísio Medrado a noroeste, São Miguel das Matas a leste; Laje a sudoeste; Ubaíra ao sul; Brejões e Milagres a oeste.

Tendo como ponto de referência a Prefeitura Municipal, Amargosa fica localizada entre os paralelos 13° 01' 49" de latitude sul e o meridiano 39° 35' 51" de longitude oeste, altitude de 400m e a uma distância aérea de 117 Km do aeroporto de Salvador, 240 Km via BR 101 e 273 Km via BR 116 (figura 13).

Amargosa é atendida por quatro rodovias estaduais: a BA-540 com 27 km que liga Amargosa a Mutuípe, a BA-046 que liga Amargosa a Santo Antonio de Jesus, com 46,5 km, a continuidade da BA-245 que liga Amargosa a Milagres, com 33 km de extensão; e a rodovia estadual ligando Amargosa a Brejões, com 30 km.

Figura 12 Estado da Bahia Região Recôncavo Sul – População Urbana – 2000

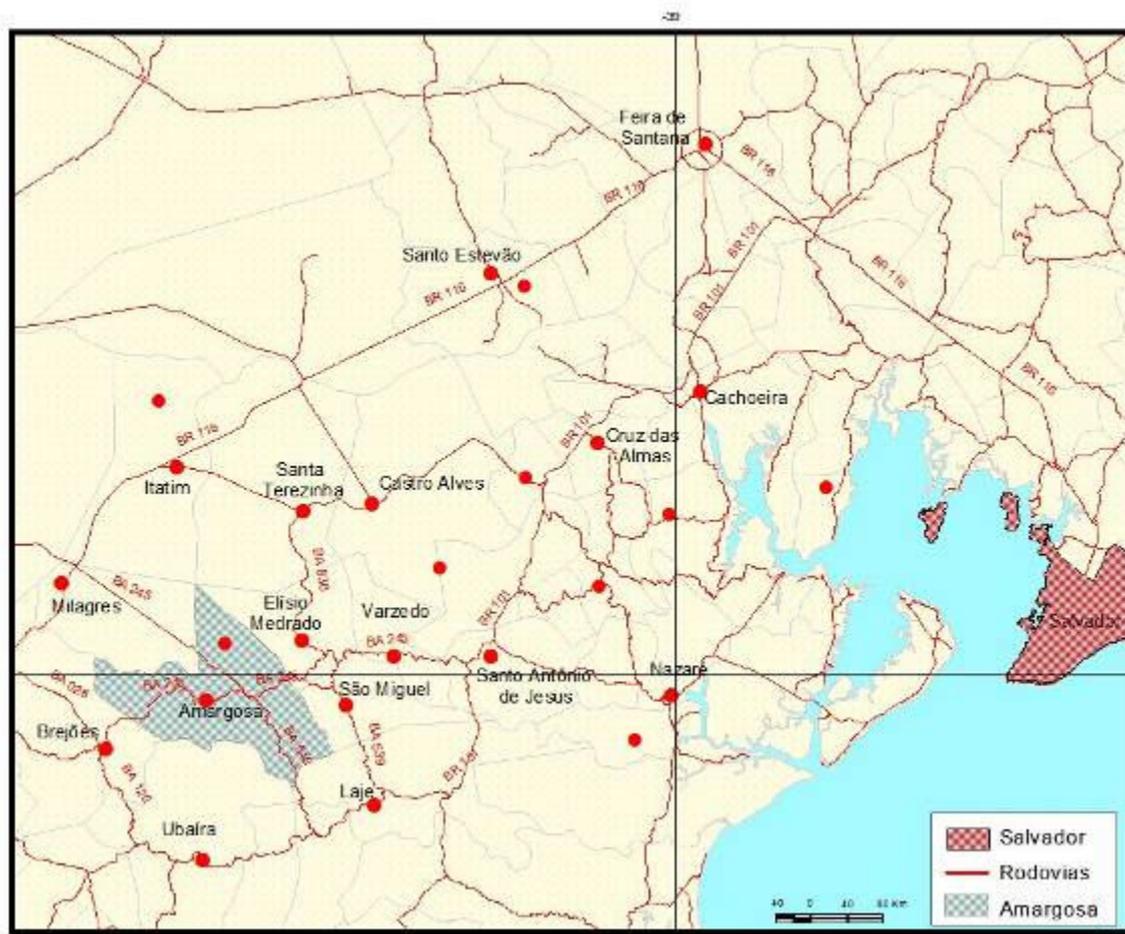


Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000. Concepção: Robson Lins

O Município de Amargosa teve sua organização espacial estruturada numa sócio-economia baseada no café, no fumo e no comércio, até os meados do século XX, gozando nesse período de grande importância econômica, política e cultural, desempenhando um papel de integração entre zona da mata e o sertão baiano, devido a sua posição geográfica, à presença de uma sociedade próspera e atuante e ao sistema de transporte da época, baseado na ferrovia que lhe permitiram essa funcionalidade estratégica. Desta forma, no final do século XIX até década de 1940 Amargosa obteve o status de pólo regional de uma vasta área do Vale do Jiquiriçá.

Todavia, a decadência do café, a falência da estrada de ferro e a implantação de um novo modelo de transporte mais ágil deslocaram para outras cidades o eixo das relações comerciais, fazendo com que Amargosa entrasse num processo de estagnação social e econômica.

Figura 13 Estado da Bahia Amargosa e ao sistema viário regional



Fonte: Adaptado do Derba 2000. Concepção: Robson Lins

Atualmente, sua economia é baseada na pecuária leiteira, inserida no contexto dos anos 70 como alternativa econômica a cafeicultura. A maioria da população ativa em Amargosa está inserida no setor primário, produzindo na agricultura as culturas de subsistência tendo a mandioca como a mais importante, com ênfase para banana, milho, feijão, fumo e amendoim, que são o sustentáculo da pequena produção. No cacau, café e a cana encontram-se a alternativa da pequena e da média produção.

Segundo estimativa do IBGE para o município, em 2003 sua população é de 32.057 habitantes. Contudo, segundo dados da SEI 2002, a

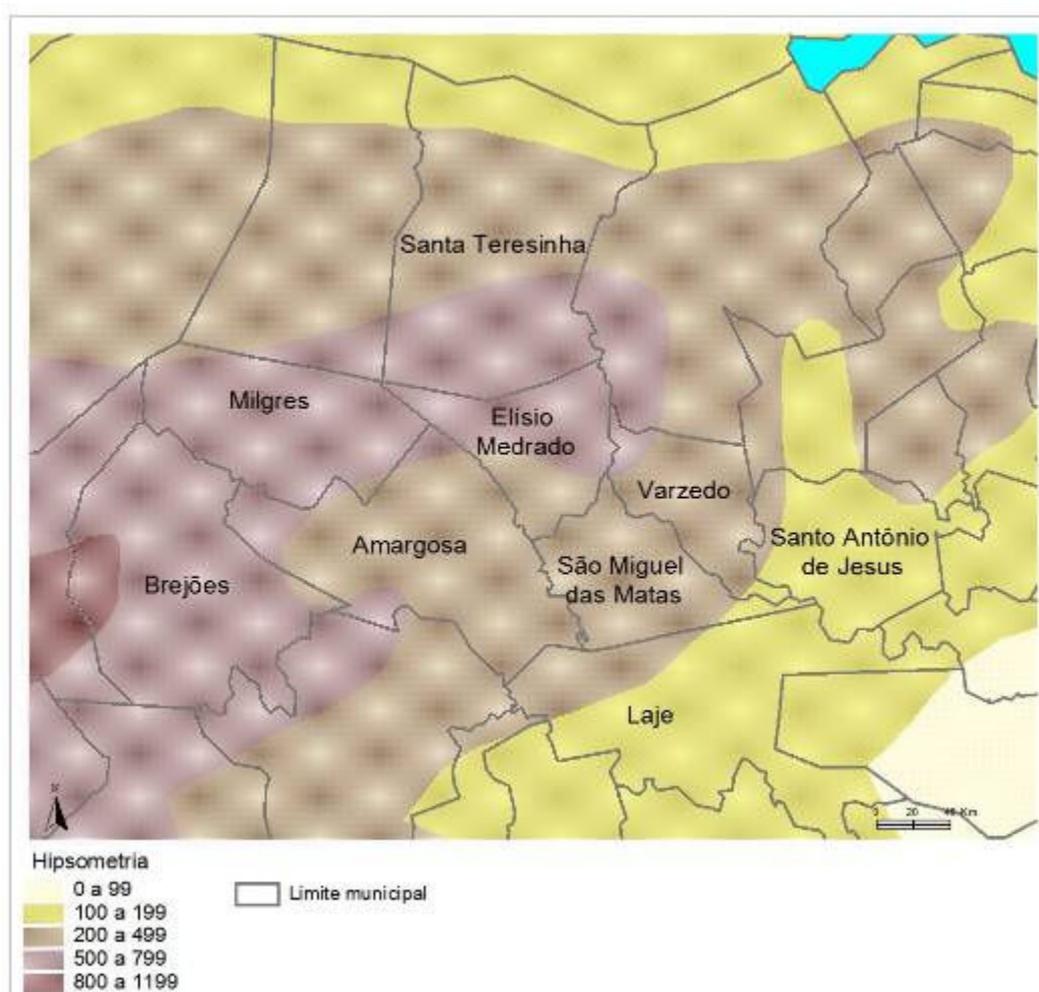
população é de 31.108 habitantes, sendo 9.817 homens e 11.067 mulheres na zona urbana e 5.330 homens e 4.894 mulheres residem na zona rural, portanto, uma densidade demográfica de 71,1 hab/km².

2.2.1 Características ambientais da região de Amargosa

A região está situada numa área de planalto com altitudes entre 800 metros a Oeste, no município de Brejões e 100 metros no seu ponto mais baixo, no município de Santo Antonio de Jesus (ver figura 14), composta por morros e colinas de vertentes íngremes e com tendência a crista, de forma convexa, sendo que na parte norte da região é mais abaulado e próximo a Santa Terezinha a forma tabular, destacando-se serras como: serra do Tauá, serra do Timbó, serra da Barata Azul, serra do Jatobá, serra do Julião, serra da Baratinha, dentre outras (PDRH, 1995).

A litologia é homogênea, sendo que na maior parte da área ocorre chanoackitos e hornblenda-granulito, podendo aparecer metatexitos, quartzitos e anfibólitos do pré-cambriano inferior. Nos setores mais úmidos o manto de alteração é espesso, enquanto nas áreas mais secas os morros rochosos encontram-se já quase completamente descobertos devido a atividade agrícola. Localmente existem planos conservados modelados sobre depósito dentrítico laterítico de textura argilo-arenosa a areno-argilosa. Os solos originários desses materiais e de ocorrência mais generalizadas são: Latossolos, Argissolos e Cambissolos (PDRH, 1995). A figura 15 espacializa a ocorrência destes solos na Região de Amargosa.

Figura 14 Estado da Bahia Região de Amargosa – Hipsometria



Fonte: Adaptado do Atlas digital do IBGE. Concepção: Robson Lins

Segundo o Plano Diretor de Recursos Hídricos de 1995 (PDRH), são as unidades ambientais dos Tabuleiros de Amargosa (TA):

TA 1 – Ocorrem em planos e colinas formadas por dissecação homogênea, com encostas de declives inferiores a 8%, ocupados por Latossolos Vermelho-Arnarelos, textura argilosa, profundos, bem drenados e de fertilidade natural baixa. O uso dominante é com pastagens, ocorrendo também, de forma localizada, culturas temporárias. Vulnerabilidade Natural Fraca.

TA 2 – Compreendem planos conservados com declives entre 0 e 8%, onde dominam os Latossolos Amarelos, textura argilosa e muito argilosa, muito profundos, bem drenados, de fertilidade natural baixa e com elevada saturação com alumínio. Domina nestas unidades ambientais o uso com pastagens, ocorrendo também culturas temporárias e permanentes. Vulnerabilidade Natural Fraca.

TA 3 - Abrangem morros profundamente escavados, com vertentes íngremes e convexas, com declives entre 8 e 45%, onde dominam os Latossolos Vermelho-Amarelos, textura argilosa, profundos, bem drenados e com fertilidade natural baixa. O uso dominante é com pastagens e ocasionalmente culturas temporárias. Vulnerabilidade Natural Moderada a Forte.

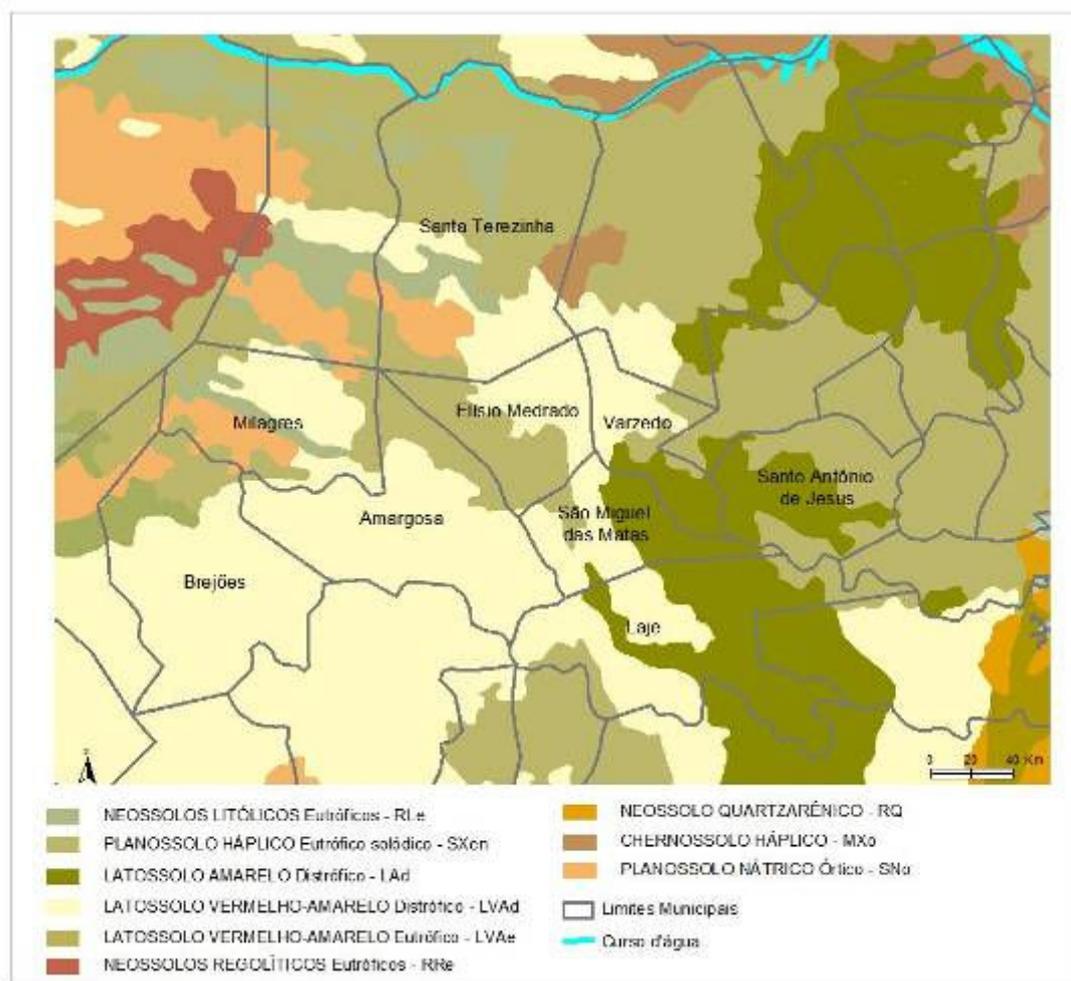
TA 4 - Correspondem a outeiros e morros de vertentes convexas e convexo-côncavas e topos abaulados. Declives entre 8 e 20%. Presença de Argissolos Vermelho-Amarelos, argila de atividade baixa, textura média / argilosa e argilosa, profundos e bem drenados. Fertilidade natural baixa e elevada saturação com alumínio. Uso dominante de pastagens, e eventualmente culturas temporárias. Vulnerabilidade Natural Moderada a Forte.

TA 5 – Compreendem rampas e lombas com declives entre 3 e 20%, ocupados por Cambissolos e poucos Cherosolos de textura média / argilosa, rasos e bem drenados. São solos que, apesar de apresentarem fertilidade natural alta, têm baixo potencial agrícola, principalmente, pela pouca profundidade para o desenvolvimento das raízes das plantas, por isso são predominantemente utilizadas com pastagens. Vulnerabilidade Natural Forte.

A maior parte da vegetação original encontra-se hoje em alto estágio de antropofização, pois foram substituídas por formações florestais secundárias, atividades agrícolas e pastagens como mostra a figura 16. Através da sua análise podemos notar a importância da atividade agrícola e pecuária para a região.

No entanto, restam ainda importantes áreas de remanescentes que precisam ser preservadas, por representarem um elemento essencial para o equilíbrio ecológico da região. Essa degradação ambiental, presente não apenas na região de Amargosa, mas em toda Região do Recôncavo Sul, é consequência da falta de implantação de políticas públicas, que consigam conciliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável

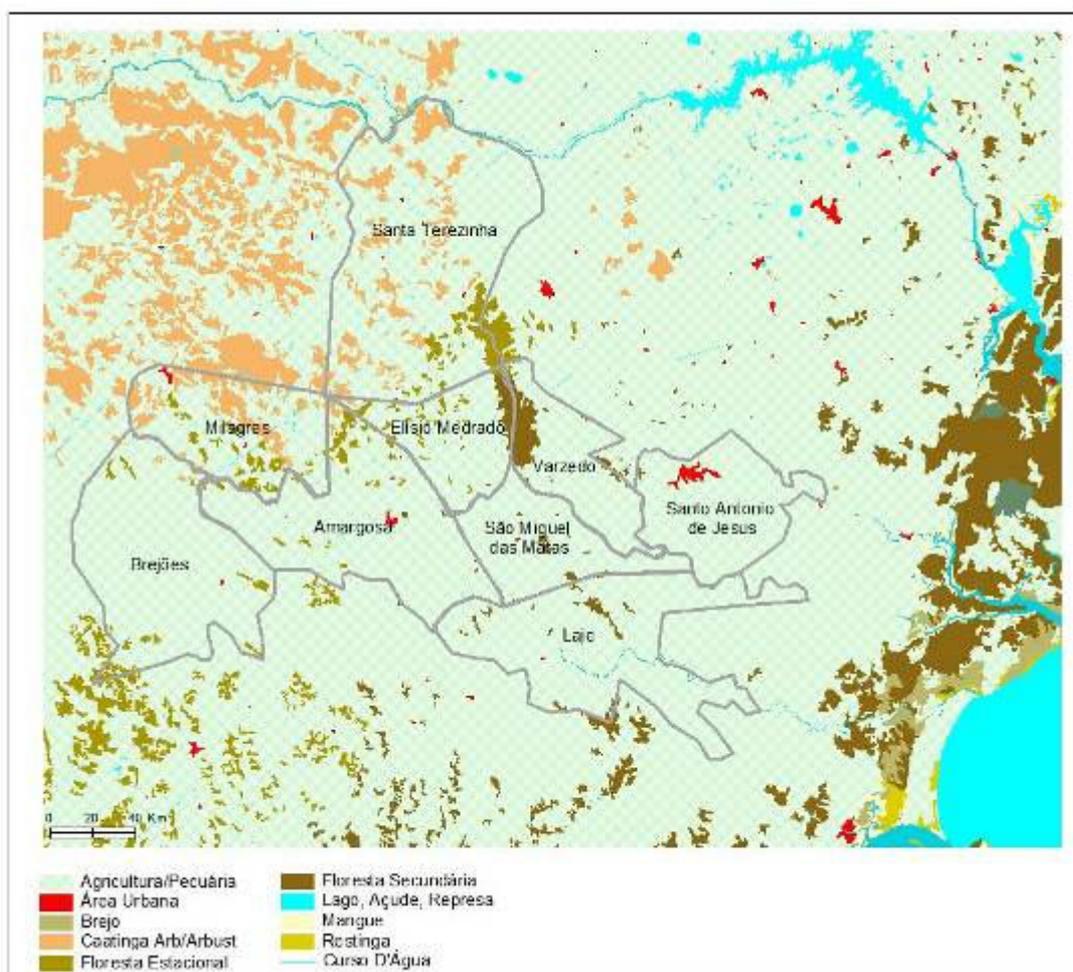
Figura 15 Estado da Bahia Região de Amargosa – Solos



Fonte: SEI2000 Base cartográfica digital. Informação Geoambiental. Concepção: Robson Lins

A área do município de Amargosa que divisa com Mutuípe, Laje e Ubaíra era inicialmente coberta por uma formação florestal ombrófila densa, que foi substituída em quase sua totalidade por formações florestais secundárias (capoeira), em vários estágios de desenvolvimento e o restante ocupado por atividades agrícolas e/ou pastagens como mostra a Figura 17. À medida que se aproxima de Brejões e Milagres, as temperaturas e os índices pluviométricos diminuem, ocorrendo formações florestais subcaducifólia e/ou caducifólia com aspectos arbóreos menos exuberantes e ocorrem formações de caatinga na divisa com Santa Terezinha e Milagres.

Figura 16 Estado da Bahia Região de Amargosa – Uso do solo



Fonte: Base cartográfica SEI 2000. Informação Geoambiental. Concepção: Robson Lins

A hidrografia da região possui como principal rio, o Jiquiriçá-Mirim (Ribeirão), que nasce na região conhecida como Ribeirão Salgado (município de Nova Itarana), mas é no município de Amargosa que se pereniza, recebendo seus principais afluentes: riacho da Correntina, riacho do Tamanduá, riacho da Cachoeira do Boqueirão, Riachão e o riacho do Timbó, esses dois últimos são responsáveis pelo abastecimento da sede do município de Amargosa. O rio Jiquiriçá-Mirim integra a bacia hidrográfica do rio Jiquiriçá. Outros rios de grande importância para o município de Amargosa são o rio Verde e o rio Capivara.

Figura 17 Imagem de satélite próximo ao Sítio Urbano do município de Amargosa



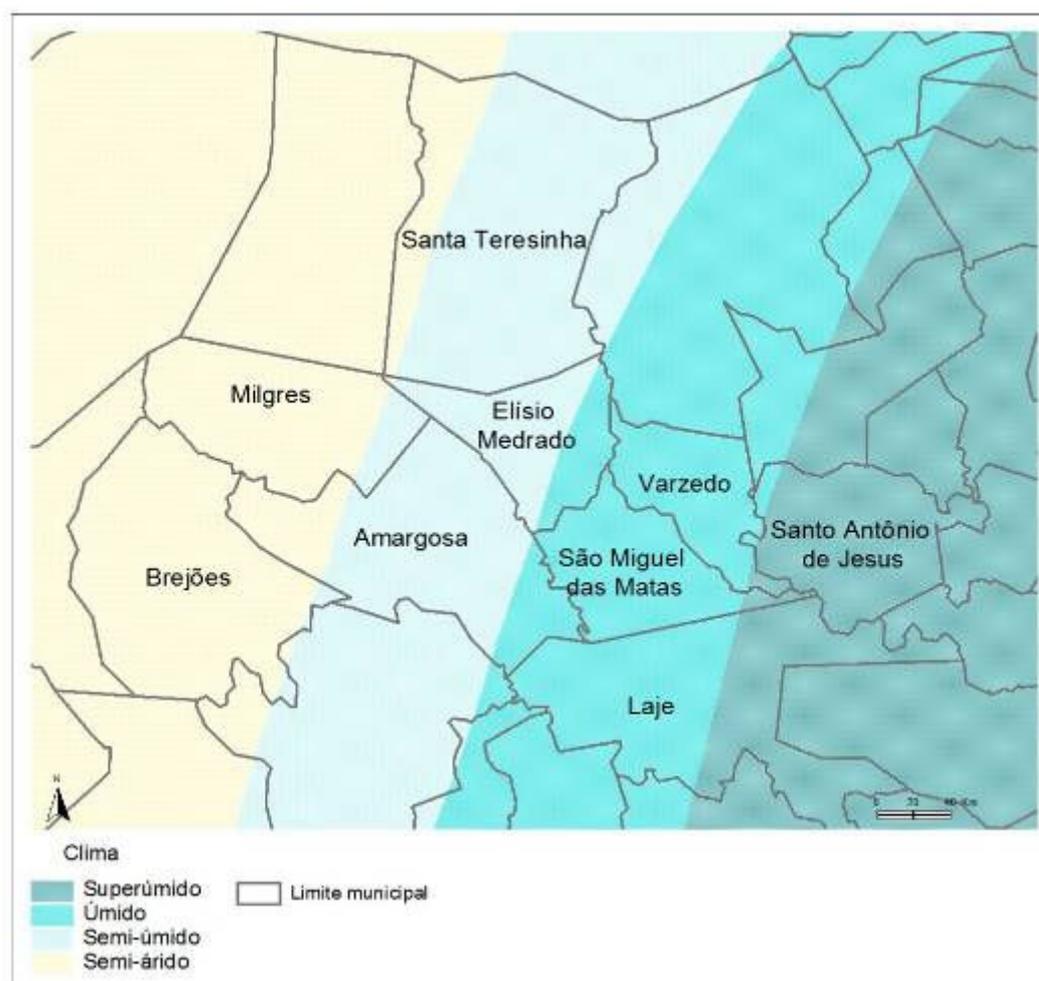
Elaborado sobre imagem de satélite Ikonos 2006 - Cedida pela Prefeitura Municipal de Amargosa
Escala: 1:5000

Tal paisagem natural do município de Amargosa foi descrita da seguinte forma por Santos (1963).

Amargosa como centro da região em estudo, tem o seu sítio urbano junto ao rio Riachão, formador do Jiquiriçá-Mirim, entre o Planalto elevado da Lagoa do Morro e dos morros e glaciais, sendo um ponto de conexão de duas regiões fisiográficas distintas. Neste planalto elevado, as formas de relevo são esculpidas em rochas cristalinas, profundamente alteradas, onde se encontram Brejões e Lage, com uma rede de drenagem encaixada. Observa-se um solo argiloso, de pouca consistência facilmente arrastado e erodido, sendo frequentes as voçorocas. (SANTOS, 1963, p. 04).

No que se refere ao clima, segundo o IBGE, região apresenta áreas que abrangem do super úmido, úmido, semi-úmido e semi-árido, com precipitação média anual de 700 a 1.100 mm, enquanto a temperatura média anual varia de 22° a 24° C (figura 18). Essa variedade de clima confirma a grande diversidade de ecossistemas da região, apresentando uma grande diversidade de tipos vegetacionais: Mata Atlântica, Campos Rupestres e Caatinga.

Figura 18 Estado da Bahia Região de Amargosa – Clima



Fonte: Adaptado do Atlas digital do IBGE. Concepção: Robson Lins

O uso atual dos solos e os sistemas de produção desenvolvidos na região de Amargosa estão intimamente relacionados com o clima. Na região de clima úmido e úmido semi-úmido, predominam as culturas do café, cacau, cana, banana e mandioca. No sub-úmido e semi-árido, caju, mandioca e amendoim são os mais importantes.

Enfim apesar, de das alterações ambientais relatadas, a região é dotada de belas paisagens naturais, encravada no Vale do Jiquiriçá com áreas de vegetação remanescente que incluem rios, cachoeiras, matas e trilhas que precisam ser preservadas, por representarem um elemento essencial para o equilíbrio ecológico da região (ver figura 19 e 20).



Figura 19: Riacho da Cachoeira do Boqueirão – Amargosa
Fonte: Robson Lins



Figura 20: Valé do Jiquiriçá – Amargosa
Fonte: Robson Lins

3. GÊNESE E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DE AMARGOSA

Para entender a gênese e evolução do espaço regional de Amargosa até chegar em sua realidade atual, é essencial um esforço de periodização, ou seja, encontrar e desenvolver um panorama histórico contextualizado das suas transformações espaciais. Este capítulo faz uma análise das relações sociais, construindo as estruturas espaciais pretéritas que possam indicar a gênese, decadência e/ou ascendência e dinâmica atual da região.

3.1 A Periodização do espaço regional

O espaço é produto e manifestação da sociedade e expressa todas as contradições criadas e apreendidas nas relações sociais. Em cada momento histórico o lugar tem um papel próprio no processo produtivo, conforme bem apontou Santos (1996), assumindo uma transformação mais ou menos significativa de acordo com o desenvolvimento econômico-sócio-cultural e geográfico exercido por este processo, determinando, dessa forma, características peculiares, como a estrutura técnica e capital próprio.

Numa perspectiva geográfica, a produção – social e econômica – tem relação direta com o lugar e dele adquire uma parcela das condições de sua realização, e ao analisar uma região produtiva, devem-se levar estes critérios em consideração, pois os elos de uma síntese regional acontecem de forma articulada ao longo de cada momento histórico.

Milton Santos (1997) atesta a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia, quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da idéia de sistema de tempo”, ou ainda, que os elementos do espaço variam de acordo com o movimento da história. A essência do espaço é social e ao de entendê-lo como uma totalidade, o autor propõe como recurso metodológico a divisão deste para melhor analisá-lo. Assim, os “elementos do espaço” mudam seu papel no sistema espacial a cada momento histórico e, neste sentido, ele reforça a importância da dimensão temporal na análise do espaço.

Desta forma, o espaço regional é resultado de uma lógica social que varia ao longo da história, ou seja, este é produzido e reproduzido enquanto produto histórico. Portanto, a análise deste necessita da leitura de suas particularidades históricas, uma vez que as estruturas atuais apresentam formas que expressam conteúdos sociais do passado.

Segundo Santos (2003), a questão é escolher as variáveis-chave que, em cada pedaço do tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos *período*. Eis o princípio a partir do qual podemos valorizar os processos e reconhecer as novidades da história do território. Segundo o mesmo autor:

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período (SANTOS, 2003, p. 24)

A delimitação temporal ou periodização regional é um procedimento que possibilita traçar uma linha evolutiva das mais diversas relações espaciais vivenciadas por determinada região, segundo Diniz; Duarte (1983):

A periodização das relações sociais pela definição de processos regionais é necessária para dar ordem e compreensão à dinâmica da sociedade, considerando a interação entre os níveis daquela sociedade, sua complexidade, seu conteúdo e forma (p. 36).

Na elaboração de uma periodização dos processos regionais deve-se analisar as estruturas espaciais pretéritas e desta forma definir os marcos espaciais da produção. Estes segundo Diniz; Duarte (1983), são entendidas como a visualização das formas e relações estruturais do conteúdo espacial no tempo.

O que se propõe neste capítulo é esboçar a provável trajetória do recorte espacial, que definimos como de Região de Amargosa, e através da sua historicidade e relações geográficas entendermos os processos de construção e desconstrução regional.

Tal reconstrução histórico-geográfica é baseada em dados relativamente pequenos de acontecimentos de natureza econômica e de grandes mudanças ocorridas na economia regional. Vale salientar que a pouca

significância numérica de tais processos é causada pela insuficiência de dados de alguns dos períodos estudados. No entanto, julgam-se estes serem suficientemente relevantes para ajudar na concepção das linhas gerais do caminho percorrido pela região.

O procedimento adotado, já foi utilizado por alguns autores como, Diniz e Duarte (1983) e Neto (1997), e consiste na identificação de fatos e aspectos significativos da evolução espacial do objeto de estudo. Segundo Neto (1997), a constatação de momentos de afirmação regional, retração ou de transição é de grande valia para compor uma trajetória que auxilie a entender, ainda que de forma superficial, os traços mais relevantes de sua história.

Em outras palavras, mesmo que não sejam apreendidas todas as conexões entre as distintas fases pelas quais passou a região de Amargosa, é possível, no entanto, delinear alguns dos traços relevantes da sua trajetória e, assim, explicitar elementos que ajudem a entender sua situação atual.

Neto (1997) propõe que o primeiro passo a ser adotado é a concepção de uma periodização que, ao ser adotada como hipótese central do trabalho, permita articular os fatos isolados e servir de base para o exame mais detido de acontecimentos particulares.

No caso de Amargosa, o que se propõe é delinear sua trajetória a partir do seu desenvolvimento como Região cafeeicultora, no início do século XIX, acompanhar o seu percurso, identificando os fatos históricos que foram conformando e transformando esse espaço regional.

A periodização adotada decorre de pesquisa bibliográfica sobre a área de estudo e constatações encontradas em alguns trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre Amargosa. Neste quesito, ressaltamos aqui a dissertação de mestrado de Neto (2002) em *Uso, Manejo e Conservação do Solo e Água*, que enfoca a degradação causada pelas pastagens em Amargosa e, principalmente, o trabalho de Milton Santos e equipe (1963) que é a base principal para excursão histórica sobre o objeto de estudo.

3.1.1 Identificação das fases regionais de Amargosa

Na busca dessa abordagem relacional, entre a Geografia e a História o desafio aqui é trabalhar com diferentes momentos espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais e culturais característicos da Região de Amargosa, que permita uma compreensão processual e dinâmica de sua trajetória. Identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo e na sociedade.

Com base em Diniz; Duarte (1983) desenvolveu-se o empenho em identificar as fases mais relevantes pelas quais passou a região de Amargosa desde sua formação, no início do século XIX, até o começo do século XXI, consistiu na identificação de quatro momentos, assim sintetizados:

- O primeiro momento incide na formação de um arcabouço regional fundamentado na cultura cafeeira, que impulsiona a organização espacial em torno de uma monocultura exportadora em meados do século XIX. Esta fase se caracteriza por criar uma dinâmica própria que estimula surgimentos de núcleos urbanos que geram uma força gravitacional na absorção de força de trabalho. Esta fase é denominada de *Gênese Regional*.
- O segundo momento é chamado de Consolidação Regional. Este é marcado pela materialização da cidade de Amargosa como um centro regional de grande importância política e administrativa. Neste período, estruturas logísticas foram criadas, como o Ramal da Estrada de Ferro Nazaré, que serviu para dinamizar a comercialização e exportação do café. Este período tem início no final do século XIX e perdura até os anos 1930.
- O terceiro momento identificado, dentro do espaço regional de Amargosa, tem como limite temporal o final da década de 1930 e se estende até os anos 1970. Neste período, Amargosa vivencia uma série de acontecimentos que perpassa desde a mudança na política da produção do café, a perda do Ramal da Estrada de Ferro Nazaré e o relativo isolamento causado pela construção das BR 101 e BR 116, que deixa o município de fora do entroncamento rodoviário. A esta fase é definida como “ilha de inércia”, denominação dada pelo Prof. Milton Santos no ano de 1963, devido a sua estagnação econômica e social.

- O quarto momento consiste na tentativa de superação da fase anterior. Amargosa procura diversificar sua economia e recebe novos vetores de transformação, como o turismo e a recente implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo. A esta fase denominamos de Reestruturação Regional. A principal característica dessa fase é a retomada do crescimento do município que reaparece não mais como centro principal, e sim como um sub-centro subordinado ao município de Santo Antonio de Jesus, ou seja, a região agora é incorporada a área de influência deste.

Este breve histórico da Região de Amargosa proporciona um reconhecimento geral dos mecanismos e eventos que geraram o desenvolvimento, posterior retração econômica e um esboço do atual cenário regional. Contudo, este resumo histórico não deve encerrar o tratamento da questão, e, sim, apresentar-se como seu ponto de partida para um entendimento das relações dos processos históricos que regulam a formação e organização espacial de Amargosa.

3.1.2 Gênese regional (1840 a 1889)

A região onde hoje se localiza o município de Amargosa era de domínio dos índios *Sapuyás* e dos *Camurus*, posteriormente denominados *Kariris*, ambos pertencentes à família lingüística *Kariri*. Já no início do século XIX, as famílias de Gonçalo Correia Caldas e Francisco José da Costa Moreira iniciaram a formação de um próspero povoado.

Com a formação desse povoado, por volta de 1825 a 1830, surgiu a necessidade de um cemitério local, diante da dificuldade do sepultamento dos mortos, que era realizado na freguesia de São Miguel, a mais de 16 km de distância. O local do cemitério foi marcado por um cruzeiro, que aos domingos e dias santos se transformava em um ponto de manifestação das primeiras devoções públicas religiosas desse povo eminentemente católico.

Por volta de 1840, o cruzeiro foi substituído por uma capela, construída pelas famílias de Gonçalo Correia Caldas e Francisco José da Costa Moreira. Animados pela fertilidade do solo e pela disponibilidade de água, a população local começou a desenvolver o plantio do fumo, cana-de-açúcar e do café. Este último, o café, se adaptou bem ao clima e relevo da região e devido ao

seu alto valor comercial no mercado externo se estabelece rapidamente como principal atividade econômica.

O rápido desenvolvimento fez com que esse povoado fosse elevado a categoria de freguesia, em 30 de junho de 1855, pelo então vice-presidente da província da Bahia, Sr. Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, através da resolução nº 574. A recém criada freguesia passou a se chamar Freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho.

Mesmo alcançando rápido desenvolvimento econômico, a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho tinha as suas resoluções política resolvidas na Vila de Tapera, atual município de Santa Terezinha, a qual ainda estava submetida. Somente com a resolução provincial nº 1.726, de 21 de abril de 1877, a freguesia foi desmembrada de Tapera, sendo criada assim, a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa.

A instalação oficial da Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa ocorreu em 5 de fevereiro de 1877. Nesse período, deu-se um crescimento vertiginoso da vila, decorrente do comércio com o sertão e da produção do café e do fumo, boa parte exportada para a Europa.

Em 19 de junho de 1891, aconteceu o ato de criação que elevou a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa à categoria de cidade, passando a se chamar apenas Amargosa. O nome desta cidade teve origem na caça das pombas de carne amarga que faziam parte da fauna local, e que atraía caçadores da região, através do convite: “vamos às amargosas”. No dia 2 de julho de 1891 aconteceu à sessão solene que executou o ato de criação, assinado pelo então governador do estado da Bahia, Dr. José Gonçalves da Silva.

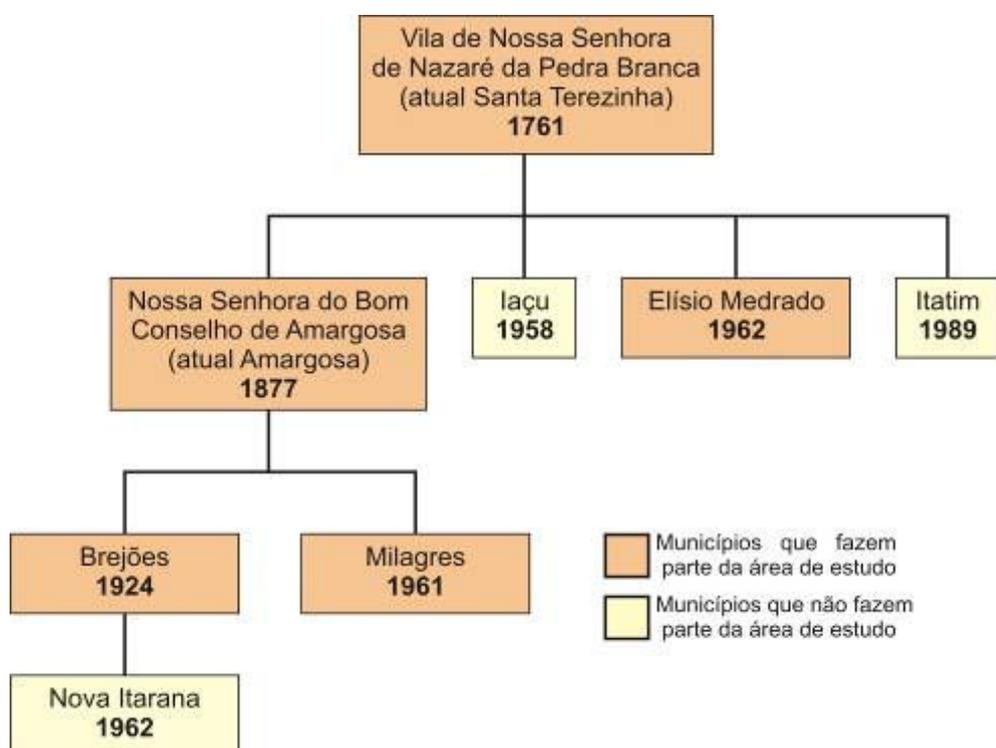
As figuras 21 e 22 a seguir ilustram de forma sintética a evolução político e administrativa de alguns dos municípios que se originaram a partir da Vila de Nossa Senhora da Pedra Branca atual município de Santa Terezinha.

A figura 21 demonstra que o atual município de Santa Terezinha teve 4 desmembramentos ao longo da sua história, originando os municípios de Amargosa, Iaçú, Elísio Medrado e Itatim. Vale ressaltar que o município de Amargosa é o seu desmembramento mais antigo, este deu origem diretamente a mais dois municípios Brejões e Milagres.

O outro tronco de formação do recorte regional estudado parte da Vila Nossa Senhora de Nazaré, atual município de Nazaré. A partir deste foram

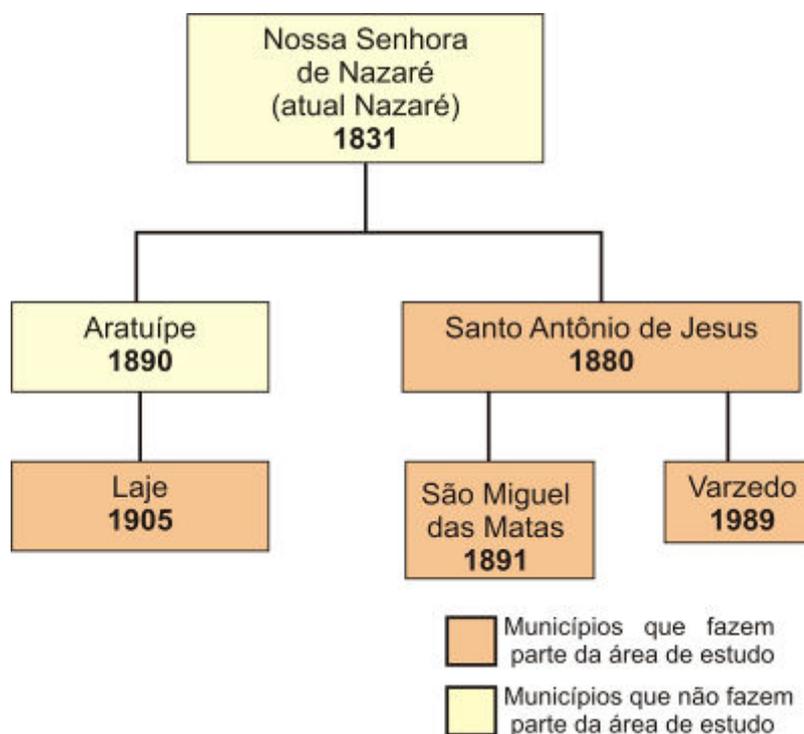
criados os municípios de Santo Antonio de Jesus e Aratuípe. O desmembramento de Santo Antonio de Jesus deu origem aos municípios de São Miguel das Matas e mais recentemente ao município de Varzedo, enquanto Aratuípe deu origem ao município de Laje. A figura 22 sintetiza o quadro evolutivo destes municípios.

Figura 21 Municípios desmembrados a partir da Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca



Fonte: SEI, Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia .
Adaptado por Robson Lins e Araoni Coelho.

Figura 22 Municípios desmembrados a partir da Vila de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: SEI, Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia .
Adaptado por Robson Lins e Araoni Coelho.

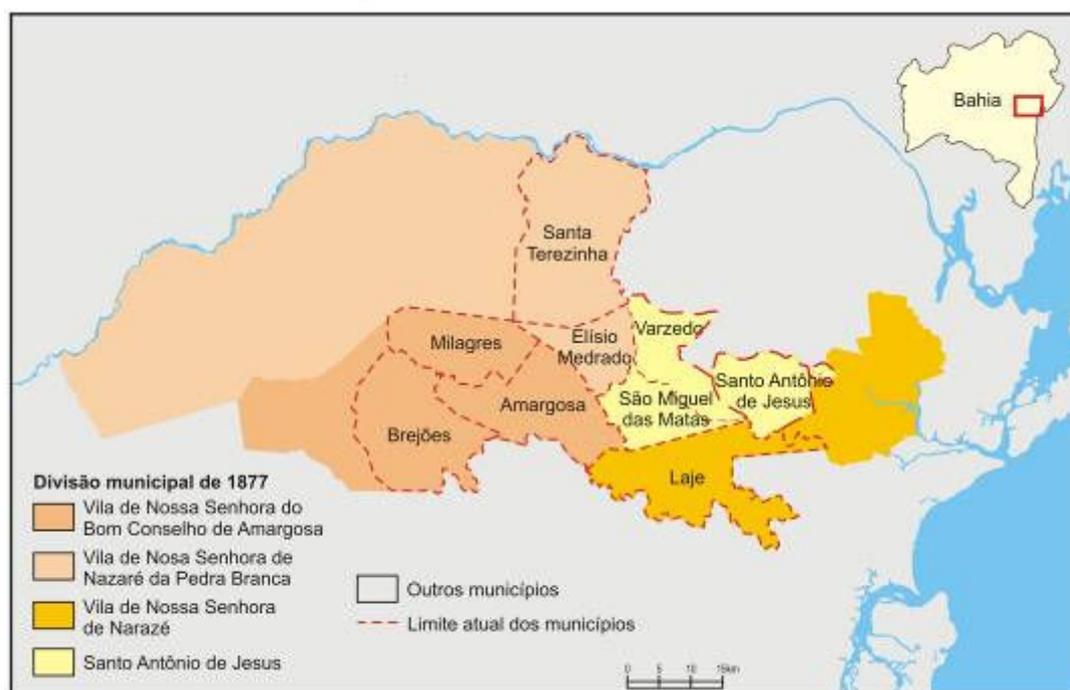
A partir da malha da divisão político-administrativa do estado da Bahia do ano 1877, fornecida pela SEI, e das figuras 21 e 22 foi possível mapear a evolução espacial e administrativa do recorte regional estudado, desta maneira podemos visualizar de forma espacializada as origens dos municípios que a compõe (Figura 23).

O povoamento da região advém, em parte, de perseguidos pela seca que assolava o Nordeste brasileiro. Estes consistiam em numerosos grupos de retirantes, os quais influenciados pelos primeiros moradores e pela prosperidade econômica crescente resolveram ali se estabelecerem.

Nesse período, ocorreram as primeiras imigrações das famílias italianas para essa região. A importância da imigração e colonização européia no final do século XIX está presente, particularmente, na cultura de Amargosa e nas construções ainda existentes, sejam elas italiana, portuguesa ou espanhola que se estabeleceram na cidade. A maioria entrou no comércio com os armazéns de

secos e molhados – empórios, na exportação e importação e na área rural com plantio de café. Essa imigração não foi organizada como em outras regiões do Brasil, que houve inclusive incentivos para se estabelecerem, ou seja, se constituiu numa forma espontânea de povoamento.

Figura 23 Região de Amargosa - Municípios
Evolução político-administrativa



Fonte: SEI, Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia. Adaptado por Robson Lins

Merece ressaltar também a importância dos africanos que chegaram à região na condição de escravos para executarem os trabalhos na cultura do café (ver figura 24). As marcas desse povo estão em toda parte, seja na religiosidade, ritmos musicais e na forma de produção das culturas de subsistência, principalmente, na cultura da mandioca.

Em termos empíricos, essa primeira fase – Gênese Regional – corresponde ao povoamento e surgimento de núcleos urbanos do território, que definimos como Região de Amargosa. A estrutura regional que começa a ser montada neste período tem como base econômica a exploração de atividades primárias, voltadas para o mercado externo, culturas como cana-de-açúcar, fumo e café, configuram-se como principais produtos da região, sintetizados assim por Santos (1963):

Algumas culturas tradicionais do Recôncavo ali se instaram: em pequena escala a mandioca e a cana de açúcar. O fumo, a mais antiga dessas lavouras, é mais intensamente cultivado; parece que, recuou para o litoral na segunda metade do século XVIII, atingindo o município de Castro Alves, depois Amargosa. O café sombreado veio de Maragogipe e espalhou-se, largamente, pelas encostas Íngremes que foram plantadas como culturas de subsistência e para alimentar pequenas casas de farinha, alambiques e engenhocas de fraca produção [...] (SATOS, 1963, p. 8)

O café, no entanto, torna-se, em curto espaço de tempo, o produto-base da economia da região. Este encontrou alguns fatores que favoreceram sua expansão geográfica dentro do espaço regional de Amargosa, entre eles podemos citar:

- Os fatores naturais – o cafeeiro, arbusto onde se é extraído o café, se adaptou bem ao clima e relevo da região, principalmente nas zonas de terras altas de topos aplainados coberta por uma vegetação que segundo Santos (1964), era denominada pelos nativos de “mata fina”, onde se desenvolveu a cultivo do café sombreado.
- Alto valor econômico do café – a alta cotação do café no mercado internacional, no fim do século, estimula os grandes proprietários da região a investir na lavoura cafeeira.
- O tipo de povoamento da região – os imigrantes europeus, que ali se estabeleceram, tinham experiências no plantio e comercialização do café. Outro evento que também facilitou bastante a expansão do café na região está no fato dos africanos e dos retirantes nordestinos estarem habituados a trabalharem na terra e ao mesmo tempo constituírem uma fonte de mão-de-obra abundante e de baixo custo.

Em resumo, o cenário estava montado para o florescimento de uma nova e importante região agrícola dentro do Estado da Bahia no final do século XIX, organizada em torno de um produto de exportação, até então, com grande poder de gravitação econômica, política e populacional que gradualmente dinamizava as relações espaciais, criando infra-estrutura para sua produção e comercialização. Nesse período, o já município de Amargosa, apresenta-se como o centro desta nova região de economia basicamente cafeeira e, em menor escala, o fumo. O aprofundamento desta dinâmica espacial irá gerar uma nova fase na região denominada de *Consolidação Regional*.

3.1.3 Consolidação regional (1890 a 1940)

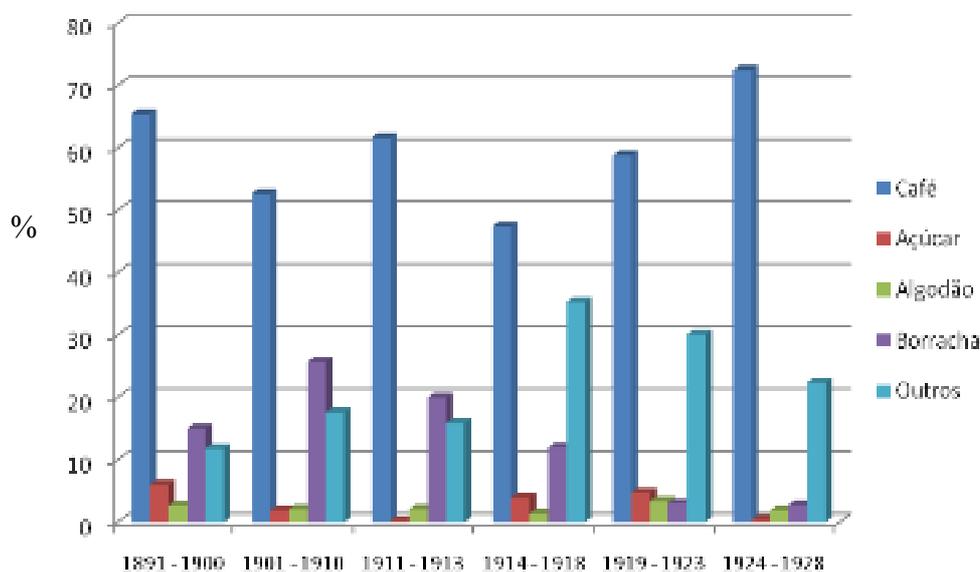
Nesta fase na Região de Amargosa intensificam-se as relações espaciais dentro da lógica da economia cafeeira. Todos os aparatos técnicos e administrativos são voltados para dar suporte à produção e comercialização deste produto. Desta forma, a região se insere dentro da economia hegemônica vigente no país no começo do século XX, onde o café se configura como sinônimo de progresso e contribui decisivamente para o desenvolvimento de algumas regiões brasileiras, no local onde se estabelecia gerava riquezas e estimulava o surgimento de infra-estruturas.

Portanto, para entender o que foi a fase de *consolidação regional*, se faz necessário fazer um breve resumo histórico sobre a importância da cafeeira enquanto elemento ativo no desenvolvimento do território brasileiro. Este segundo Clécia (2004),

[...] esteve presente em todos os momentos históricos do País. Logo após a Independência, foi o café o fator de desenvolvimento e modernização do Brasil, pois, para escoar sua produção, foram construídas estradas de ferro, abertos novos portos, o número de bancos foi ampliado e o comércio tornou-se mais ágil. Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o Império Brasileiro passou a ser conhecido como o Império do Café, já que a monarquia de D. Pedro II, bastante centralizadora, atendia, sobretudo, aos interesses dos fazendeiros do vale do Paraíba, grandes produtores de café. As fazendas de café concentraram toda a riqueza brasileira durante três quartos de século. Sua influência não foi só econômica, mas também social e política. Os mais importantes fatos ocorridos no Brasil desenvolveram-se devido à lavoura, que formou a última aristocracia do país. Os fazendeiros produtores do grão enriqueceram e muitos tornaram-se tão famosos que passaram a ser chamados de *Barões do Café*. (CLESE, 2004, p. 15)

O café foi o primeiro produto de exportação controlado principalmente por brasileiros, possibilitando o acúmulo de capital no país. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), na década de 1830-1840, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total; o Brasil tornou-se, em 1840, o maior produtor mundial de café. Na década 1870-1880, o café passou a representar até 56% do valor das exportações. Começou então o período áureo do chamado ciclo do café que perdurou até 1930; no final do séc. XIX, o café representava 65% do valor das exportações dos países, chegando a 70% na década de 1920 (Figura 24).

Figura 24 Participação (em %) de produtos na receita das exportações do Brasil – 1891/1929

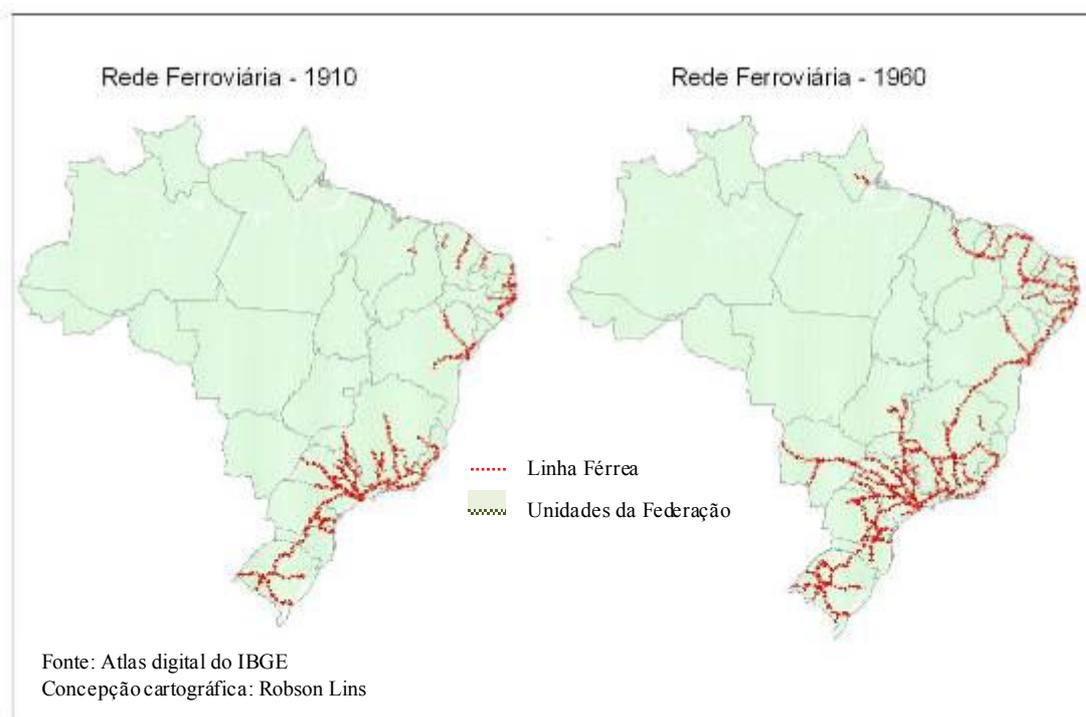


Fontes : ABIC

A cafeicultura motivou importantes transformações no espaço brasileiro, várias estruturas foram montadas no sentido de obter uma integração maior do país, do ponto de vista financeiro e das comunicações. Segundo Clécia (2004), a integração financeira, neste período, se fez principalmente por meio do grande avanço do sistema bancário motivados pela cafeicultura.

A integração espacial foi marcada pela introdução de um meio de transporte que representava uma revolução, a estrada de ferro. No Nordeste, a expansão da rede ferroviária esteve ligada a uma empresa inglesa, a Great Western, que interligou várias partes de Pernambuco e da Bahia (ZORZO, 1999). Mas o coração da expansão ferroviária durante o Império se situou em São Paulo e Rio de Janeiro, pois o café precisava chegar aos portos para ser exportado. Este fato pode ser comprovado através da Figura 25, que demonstra a evolução e distribuição das redes férreas brasileiras no período de 1910 à 1960. O café, sobretudo, consolidou a hegemonia política e econômica do Centro-Sul, transformando-o na região brasileira onde o desenvolvimento capitalista foi pioneiro e mais acentuado, sendo suporte para um desenvolvimento sem precedentes das atividades industriais.

Figura 25 Brasil – Evolução da malha ferroviária entre 1910 e 1960



Na Bahia o café se desenvolve na região do Recôncavo Sul, no vale do Jiquiriçá, onde encontra um cenário natural propício para o seu cultivo. Nesta região o café cresceu, derrubou matas, desbravou parte das terras, em seu caminho criou infra-estruturas e prosperidade.

Dentro do Vale do Jiquiriçá, esta lógica desenvolvimentista teve rebatimento mais forte no município de Amargosa, onde as fazendas de gado, café e fumo prosperavam rapidamente (Figura 26), vivenciando seu período áureo, centro dessa nova região agroexportadora. Segundo Santos (1963) o sítio urbano de Amargosa se desenvolve em uma zona de transição da mata para a caatinga, cercada de várias fazendas de café, mas onde, também, se cultivavam cana, fumo, mandioca e cereais.

A materialização da prosperidade vivenciada pela sociedade de Amargosa é evidenciada no seu sítio urbano. Ao procurar entender seu espaço citadino, podemos iniciar uma análise da paisagem, que apontem os processos de constituição do passado (como a existência de edifícios, marcos arquiteturais ou ainda “resíduos” de infra-estrutura). Segundo Sassen (1998), a cidade é resultante de um processo histórico que, pelas relações existentes, produz materialidades espaciais que podem permanecer ou desaparecer ao longo de seu

desenvolvimento. Em Amargosa, as marcas do passado estão bem presentes em seu ambiente urbano e refletem o que foi delimitado como período de “*Consolidação Regional*”.



Figura 26 Plantação de café da Fazenda Cabana Branca em Amargosa, 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

A cafeicultura, enquanto conteúdo sócio-econômico foi decisiva para a definição da estrutura urbana de Amargosa. O acúmulo de capital gerado pelo café possibilitou o remodelamento paisagístico da cidade, com incremento da sua infra-estrutura - praças, ruas e avenidas - dentro da proposta paisagística de Cidade-Jardim, em voga na Inglaterra no início do século XX (Figura 27 e 28).

O conceito, Cidade-Jardim, foi desenvolvido por Ebenezer Howard em 1902 em seu livro *Garden Cities of Tomorrow*, e se refere a um esquema teórico de uma cidade autônoma de gestão comunitária, de dimensão limitada por extensa faixa agrícola que a circundava e que, caracterizada por altas taxas de áreas verdes, seria uma alternativa para o caos e decadência urbana da Inglaterra do final do século XIX (LAMAS, 1993 apud REGO, 2001). A proposta busca um equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais integrados ao desenho urbano-paisagísticos, onde as possibilidades para o planejamento devem caminhar na busca da sustentabilidade.



Figura 27 Cartão postal comemorativo ao reveillon de 1954.
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa



Figura 28 Área urbana de Amargosa vista do alto. (década de 30 séc. XX)
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

No caso específico de Amargosa, o que se vivenciou, de fato, consistiu no ornamento urbano voltado para criação de praças e jardins, com a presença maciça de áreas verdes como elemento de composição do espaço urbano. O caráter artístico da malha urbana, em especial a Praça Lourival Monte (figuras 29 e 30), é a principal característica de toda área central da cidade, composta pelos casarões imponentes de estilo neocolonial, que servem até os dias de hoje como prédios administrativos, residências para elite local, ou são alocados para fins comerciais. Toda esta configuração espacial acentua idéia de convívio com a natureza, propiciando um ambiente acolhedor.

As demais vias e espaços públicos também seguem a mesma lógica urbanística, as avenidas arborizadas com calçadas ornamentadas, que se irradiam

desde a praça central - Praça Lourival Monte - e se estendem até a Praça do Bosque, onde se encontra a antiga estação férrea da cidade que conferem a cidade um aspecto bucólico e de alta qualidade de vida (figuras 32 e 33).

Durante esse período, houve também a instalação de diversas indústrias, hotéis de luxo e teatros. Amargosa passou a ser considerada durante vários anos como a “pequena São Paulo” (NETO, 2002).



Figura 29 Praça Lourival Monte (década de 30 do séc. XX).
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa



Figura 30 Praça Lourival Monte (atualmente)
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

Em pesquisa ao acervo documental junto à prefeitura de Amargosa, pode-se concluir que a concepção de cidade-jardim implantada foi seguida apenas no plano paisagístico, se distanciando do conceito original no plano administrativo. No que diz respeito à gestão comunitária, a gerência e

planejamento de toda a cidade eram centrados no poder público local e dos grandes fazendeiros cafeicultores, que decidiam o que, aonde e como construir.



Figura 31 Rua Conselheiro Dantas (década de 30 do séc. XX)
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa



Figura 32 Rua Dr. José Gonçalves. (década de 30 do séc. XX)
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa.

No entanto, deve-se ressaltar que o objetivo aqui não é o de aprofundar as questões ligadas à configuração paisagística de Amargosa, e sim, caracterizar a prosperidade econômica vivenciada na fase de *Consolidação Regional* através dos elementos que configuram sua estrutura cidadina. Os registros fotográficos aqui ilustrados do patrimônio arquitetônico e o do planejamento urbano municipal desempenham um importante papel para o resgate Histórico-Geográfico aqui pretendido. Sua análise permite uma “viagem no tempo” ilustrando o alto padrão de sofisticação vivenciada pela sociedade Amargosense no seu período de apogeu.

O crescimento da cidade através da economia agroexportadora, baseada no café e em menor escala o fumo, tomou força e conseqüentemente criou-se a necessidade de maior fluidez de pessoas e mercadorias. Atendendo a esta demanda, foi construído no ano de 1892 o Ramal da Estrada de Ferro de Nazaré, interligando Amargosa ao porto de Nazaré (Figura 33). O objetivo consistia em otimizar o escoamento de produtos agrícolas da região e facilitar o comércio com a Europa e os grandes centros. Antes da ferrovia, havia grandes dificuldades em escoar a produção agrícola e de adquirir manufaturados. A implantação da ferrovia significou aumento de progresso e desenvolvimento urbano, social e econômico para a cidade e toda a região.



Figura 33 Estação Férrea de Amargosa (década de 30 do séc. XX)
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

O ramal faz parte da companhia Tram Road Nazareth (TRN), fundada em 1869, a terceira a ser construída na Bahia, ocorreu num cenário econômico bastante crítico e contou com firmes decisões ferroviárias (ZORZO, 1999). A construção da mesma segue uma tendência universal daquele período da história do Brasil. De acordo com Mattoso; Levy *apud* Freitas (2000), sua construção devia obedecer à Lei n.º 644, de 26/6/1852, do Governo Imperial, a qual estabelecia as concessões, com garantias de juros às companhias que se propusessem a construir estradas de ferro em quaisquer pontos do Império. Segundo Freitas, (2000).

A garantia de juros seria sempre mantida, mesmo havendo alterações legais. Quanto às prioridades, embora existisse uma preocupação inicial na articulação estrada de ferro/navegação fluvial, facilitando a comunicação entre as diferentes regiões do Império, o que de fato se observou foi bem diferente. Como os empréstimos externos garantiam as construções, o risco financeiro dirigiu a construção dos traçados, privilegiando regiões já povoadas e relativamente desenvolvidas do ponto de vista econômico (FREITAS, 2000, p.26).

No estado da Bahia, a região de Amargosa se encaixava nas condições acima descritas, pois, ostentava um maior grau de consolidação e de desenvolvimento em suas estruturas produtivas naquele período. O contrário do que estava acontecendo com o resto do Recôncavo, que conhecia um processo crescente de perda de importância econômica. Contudo, vale salientar, que a Bahia como um todo, estava vivenciando uma crise agrícola e comercial, a queda da produção da cana, o algodão caíra totalmente de demanda e exploração e a mineração declinou no interior do estado (ZORZO, 1999).

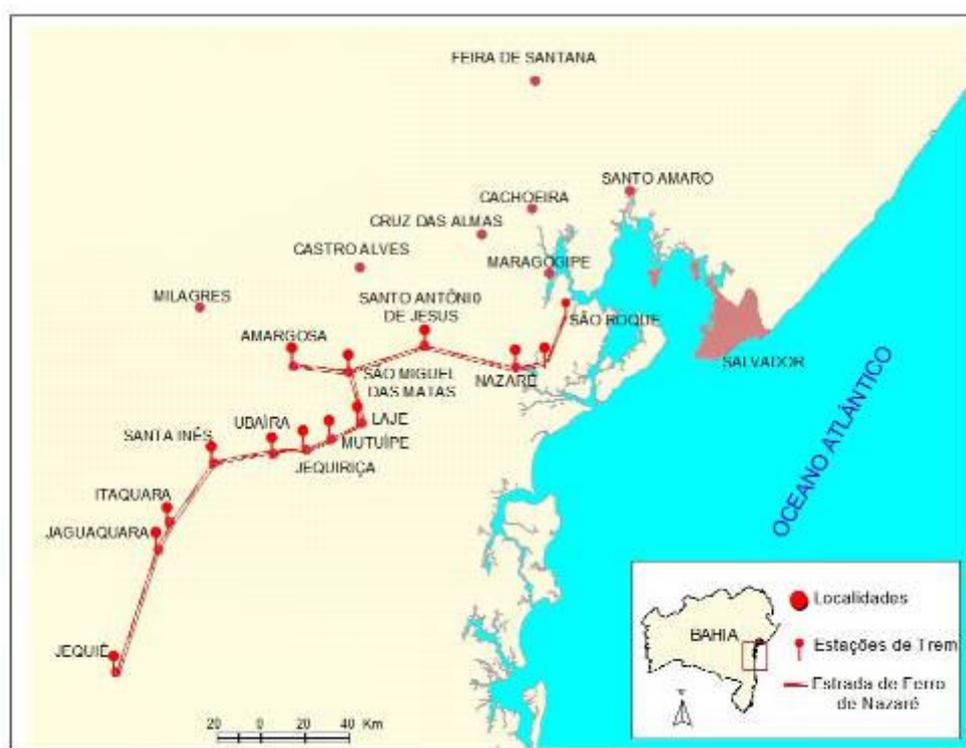
Em relação à construção de ferrovias na Bahia, Zorzo (1999) afirma

[...] que a racionalização do sistema viário seguia uma lógica locacional bastante simples, tratava-se de contar com o controle do espaço mercantil baiano e adjacente e de centralizá-lo na capital portuária. Em princípio, as linhas deviam aproveitar os canais hidrográficos e, convenientemente, acompanhá-los, evitando subidas de serra e os gastos decorrentes com maiores obras de terraplenagem. Os produtos agrícolas seriam transportados para pontos estratégicos da costa por meio de dois tipos de vias férreas, umas, do interior para as cidades dotadas de portos fluviais tais como as cidades do Recôncavo, outras, do interior para os núcleos mais importantes do litoral e, desses pontos, por navegação para o porto da capital (ZORZO, 1999, p. 43)

No caso específico da Tram Road de Nazareth, seu roteiro partia de São Roque, distrito de Maragojipe, em direção a Nazaré, um porto fluvial no rio Jaguaripe na borda Sul do Recôncavo, e dirigia-se para o Sudoeste da província. Atravessando o vale do rio Jequiriçá e atingindo o meio curso do rio de Contas, numa extensão de 290 km, alcançando seu ponto extremo, Jequié, em 1927 (Figura 34 e 35). A estrada de ferro seguiu o traçado de antigo caminho de boiadas que era conhecido desde o início do século XIX (WIED-NEWIED, 1958 *apud* ZORZO, 1999).

A Tabela 3, demonstra a localização dos pontos de paradas da Estrada de Ferro de Nazaré, no ano de 1946. Utilizando esta informação como base foi possível mapear os 290 km de trajeto da ferrovia. Ao analisar o percurso da Estrada de Ferro de Nazaré observa-se que entre os fatores que motivaram sua construção e ampliação, estão a produção cafeeira, na região de Amargosa e, depois, a proliferação da produção do cacau, mais ao sul da Bahia.

**Figura 34 Estrada de Ferro Nazaré
Localização das Estações da Ferrovia – 1946**



Fonte: Ferrovias do Brasil 1946, IBGE. Concepção Cartográfica: Robson Lins.



Figura 35 Estação Férrea de Santo Antônio de Jesus (década de 50 do séc. XX). Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus

**Tabela 3: Estrada De Ferro Nazaré
Localização dos Pontos de Paradas da Ferrovia – 1946**

Percurso e pontos de paradas	Características dos pontos	
	Municípios	Distância do ponto inicial (km)
I São Roque – Jequié (bitola 1,00 m)		São Roque
1- São Roque	Maragogipe	0,0
2- Caboto	Nazaré	16,0
3- Nazaré	Nazaré	31,0
4- Onha	Nazaré	39,0
5- Muniz Ferreira	Nazaré	43,0
6- Taitinga	Nazaré	48,0
7- Santo Antonio de Jesus	Santo Antonio de Jesus	64,0
8- Santana	Santo Antonio de Jesus	72,0
9- Vargedo	Santo Antonio de Jesus	85,0
10- Serra	São Miguel das Matas	92,0
11- São Miguel das Matas ¹	São Miguel das Matas	100,0
12- Engenheiro Pontes	Laje	112,0
13- Laje	Laje	121,0
14- Mutuípe	Mutuípe	137,0
15- Barra	Jiquiriçá	144,0
16- Jiquiriçá	Jiquiriçá	149,0
17- Ubaíra	Ubaíra	161,0
18- Jenipapo	Ubaíra	172,0
19- Engenheiro França	Ubaíra	179,0
20- Santa Inês	Santa Inês	189,0
21- Engenheiro Átila Menezes	Santa Inês	202,0
22- Itaquara	Itaquara	216,0
23- Jaguaquara	Jaguaquara	225,0
24- Casca	Jaguaquara	227,0
25- Caatingas	Jaguaquara	249,0
26- Baixão	Jequié	267,0
27- Jequié	Jequié	290,0
II Ramal de Amargosa (bitola 1,00 m)		São Roque
28- Corta Mão	Amargosa	106,0
29- São Francisco	Amargosa	118,0
30- Amargosa	Amargosa	129,0

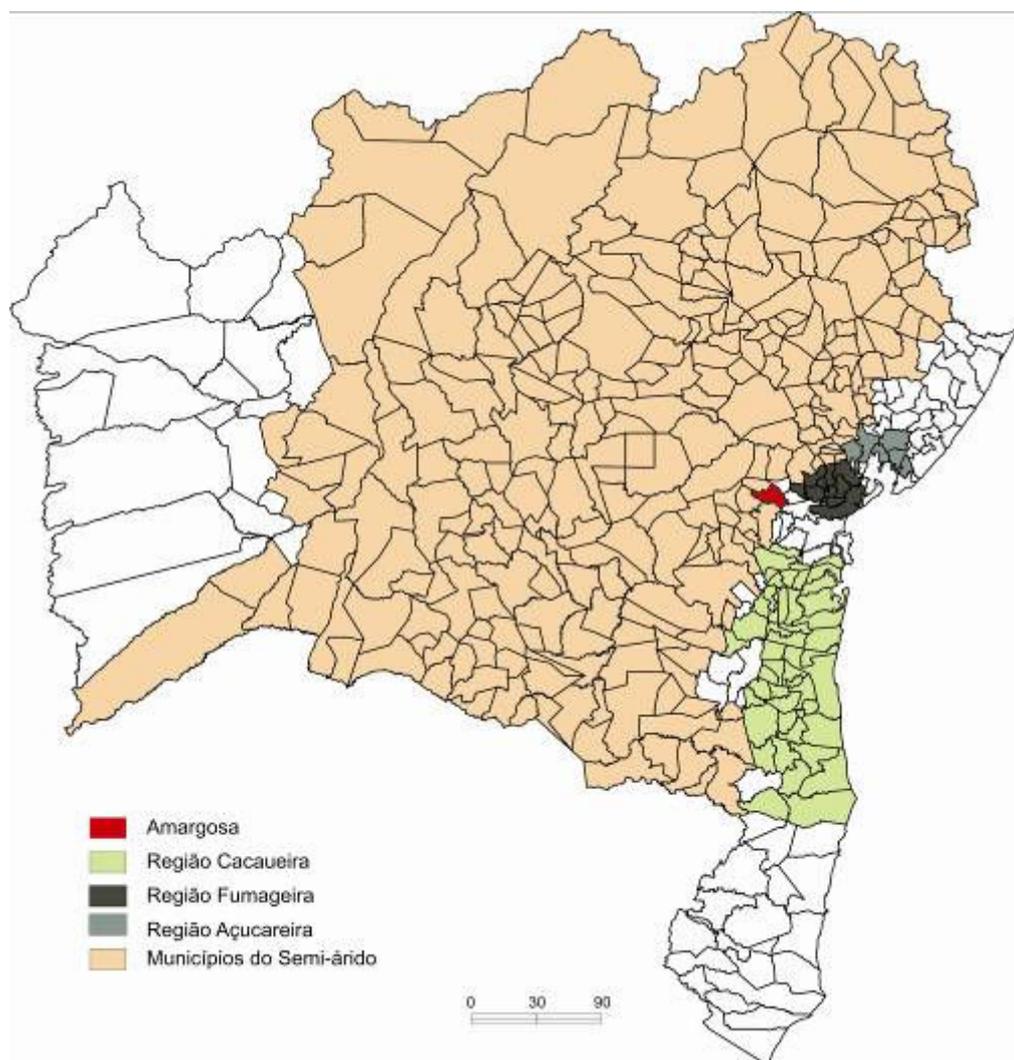
O principal objetivo desta ferrovia era o transporte da produção agrícola, mas também realizava o transporte de passageiros. Existiam no município de Amargosa três estações: a do centro da cidade, a de São Francisco e a de Corta Mão. O fluxo de passageiros atraiu estabelecimentos comerciais e de serviços para o município de Amargosa o que dinamizou ainda mais a economia regional. O convívio social tornou-se mais intenso, novas edificações surgiram, as imediações da estação ficaram cada vez mais densas e o aumento populacional permitiu uma maior divisão do trabalho.



Figura 36 Pavimentação da rua próxima a estação Férrea (década de 40 do séc. XX) Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

Com a presença da ferrovia, a localização de Amargosa se torna ainda mais estratégica do ponto de vista do escoamento da produção. Além de estar situada na faixa intermediária entre a zona litorânea e o sertão, espremidas no meio de duas regiões econômicas, o fumo ao norte e o cacau ao sul, como pode ser visto na Figura 37. O município passou a ter fácil e permanente contato com o porto e tornou-se o ponto de embarque, em via férrea, da produção dos municípios em seu entorno (Brejões, Santa Inês, São Miguel das Matas entre outros) destinadas aos mercados de Salvador e Europa. Os produtos comercializados eram basicamente o fumo e o café que eram exportados por Nazaré que funcionava como “ralais” de vasta região do Estado para de lá ser exportados.

Figura 37 Estado da Bahia
Regiões Fumageira, Cacaueira, Açucareira e do Semi-Árido



Fonte: SEI, 2000. SUDENE, 1994 e Diniz e Duarte, 1983 Concepção cartográfica Robson Lins

A tabela 4 a seguir ilustra a quantidade de café e fumo que foram exportados por Nazaré no período de 1930 a 1939, é importante frisar que segundo Santos (1963), quase que a totalidade do café provinha de Amargosa.

O intenso dinamismo das atividades agrícolas e a localização geográfica estratégica transformaram o município de Amargosa em pólo regional de grande importância, funcionando como entreposto comercial entre a zona da mata e o sertão. Santos (1963, p.08), descreve tal característica da seguinte forma:

Naquela época, Amargosa mantinha influência de centro regional, por ser boca de sertão e ponta de trilho da Estrada de Ferro Nazaré, que a ligava com Santo Antônio de Jesus, Nazaré e com o Recôncavo, tendo a função de entreposto comercial de uma vasta área sertaneja (SANTOS, 1963, p. 08).

Tabela 4 Café e fumo exportado por Nazaré 1930 – 1939

Ano	Café (Arroba)	Fumo (Arroba)
1930	154.388	71.735
1931	168.816	72.190
1932	155.000	75.000
1933	122.000	53.790
1934	177.024	83.180
1939	120.000	100.000

Fonte: Santos, 1963 p. 9.

A característica de “boca de sertão”¹ se materializava na feira livre da cidade (Figura 38). Localizada no seu centro, sua origem é bastante antiga tem a ver com o surgimento do próprio núcleo urbano, ganhando mais importância com a construção da estrada de ferro. De acordo com Weber (1979) “o aparecimento das cidades está relacionado estreitamente com as feiras, que representavam o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da atividade comercial”.

Importante elemento concentrador do fluxo de pessoas e mercadorias, a feira livre, intensificava as relações comerciais e sociais de Amargosa com os municípios vizinhos, atendendo os habitantes locais e também viajantes, oriundos de outros pequenos e grandes núcleos urbanos que se deslocavam para a cidade para vender e comprar mercadorias. Sempre funcionando aos sábados, os produtos ali comercializados – carne seca, farinha, frutas, cereais, entre outros - advinham das áreas interioranas da Bahia e da própria região de Amargosa, onde eram negociados no mercado local e escoados para zonas litorâneas através da ferrovia. Pode-se afirmar que a feira livre, é um dos elementos que contribuíram para tornar Amargosa em centro urbano dinâmico polarizador de seu entorno.

¹ A posição geográfica como “*boca de sertão*” designa aquelas cidades na fronteira do povoamento, nas palavras de CORRÊA (2004; p. 321), “*no contato entre áreas já povoadas e áreas em processo de ocupação*”. O referido autor acrescenta ainda que tais cidades são [...] “*locais de chegada e de partida de colonizadores das áreas despovoadas. São também ativos centros comerciais*”.



Figura 38 Feira Livre de Amargosa (década de 30 séc. XX)
Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

Além do mercado formal de produtos populares, o reflexo da prosperidade pode ser traduzido também na infra-estrutura comercial, através dos vários armazéns compradores, assim como de escolha, enfardamento e exportação do café que surgiram neste período. Os armazéns e representantes, instalados em Amargosa ainda compravam a produção agrícola exportável de Brejões, Santa Inês, São Miguel das Matas e outros municípios (SANTOS, 1963). Muitos desses armazéns possuíam filiais na Europa os quais facilitavam o comércio, já existente, entre Amargosa e os países daquele continente, sobretudo a França.

As lavouras básicas, até então, eram a do café e a do fumo, cultivados intensamente, tendo como objetivo o comércio exterior. As transações eram comandadas pelas grandes firmas e armazéns de beneficiamento destes dois produtos (SANTOS, 1963, p. 10).

Pode-se citar como exemplo da Casa Paris na América, do Sr. Pedro Calmon Freire Bittencourt, que possuía filial em Paris. Esta constitui num modelo da articulação comercial existente entre a França e o município de Amargosa. A relação comercial se materializava através da exportação de produtos agrícolas, por parte dos comerciantes Amargosa, e na outra ponta, a França, de economia industrial, que comercializava artigos manufaturados. Desta forma, Amargosa desempenhava o papel de fornecedor de produtos agrícolas, e ao mesmo tempo, de mercado consumidor de artigos industrializados como: tecidos finos, perfumaria, móveis de luxo, entre outros artigos sofisticados.

O Estado se fez presente com a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Amargosa (principal instituição financeira nacional da época).

O banco buscou fomentar o desenvolvimento regional, através de incentivos financeiros à produção agrícola (Figura 39). Em Amargosa, o Banco do Brasil, estimulava o aumento sistemático dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento e beneficiamento da produção do café e do fumo, por meio de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), viabilizando atividade agrícola para o pequeno, médio e grande produtor.



Figura 39 Antigo prédio da Agência do Banco do Brasil de Amargosa (década de 1930). Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

A prosperidade de Amargosa criara uma sociedade local importante e bastante influente com filhos ilustres dentro do cenário nacional a exemplo de Pedro Calmon, educador, político, historiador e 1º Reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Francisco Waldir Pires de Sousa, ex-governador do estado da Bahia, ex-deputado estadual e federal e ex Ministro da Defesa do Governo Federal; William Andrade Patterson, jurista renomado, Desembargador e ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça - STJ; Diógenes Sampaio, químico e ex-professor da Universidade Federal da Bahia; Luiz Sande de Oliveira, economista, professor, ex-presidente do BNDES e do BNH, ex-secretário de Fazenda do município de Salvador e do Estado da Bahia; entre outros (Figuras 40 e 41).



Figura 40: Recorte de Jornal da época mostrando o ex-ministr o Waldir Pires discursando em Amargosa (década de 1950). Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

A influência política que Amargosa exercia sobre os demais municípios vizinhos era bem latente. Em relação aos seus vizinhos, Amargosa possuía especificidades políticas que garantiam uma relativa autonomia econômica e administrativa. As forças pretéritas dominantes atuaram modelando o cenário regional em torno do empreendedorismo, refletido, principalmente, na infra-estrutura urbana, colocando a Região de Amargosa “a frente de outras regiões baiana, gozando de elementos de progresso” (SANTOS, 1963).



Figura 41 Personalidades políticas reunidas em Amargosa (década de 50 do séc. XX). Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

Neste sentido, pode-se afirmar que o tripé; localização estratégica, economia cafeeira e a criação do Ramal da Estrada de Ferro Nazaré constituem em elementos-chave, que combinados promoveram a ocupação e florescimento econômico da região de Amargosa no período que vai de 1890 a 1940. Sua localização, com foi visto, lhe conferiu característica de entreposto comercial. A

economia cafeeira proporcionou-lhe o acúmulo de capital necessário para motivar importantes transformações no espaço regional, culminando na implantação da estrada de ferro, que possibilitou uma maior fluidez econômica. Santos (1963), descreve este período da seguinte forma:

Em 1890, Amargosa comerciava 200.000 sacas de café e já se definia como capital regional. Tal posição foi acentuada com a conclusão, em 1892, do Ramal de Amargosa da Estrada de Ferro de Nazaré, pois se tornou uma cidade ponta de trilho, fundo de um funil, por onde escoavam os produtos, principalmente o café, com destino a Nazaré, que os comercializava com a Europa. Seu rápido desenvolvimento assinalado, no começo do século atual foi uma consequência direta desta sua condição de cidade ponta de trilho. Amargosa absorvia, então, não só a produção regional, mas, também, a do Sertão baiano (SANTOS, 1963, p.27).

Enfim, os agentes espaciais do desenvolvimento regional em Amargosa, através de um intrincado conjunto de ações públicas e privados, internos e externos, colaboraram na promoção de iniciativas locais que se desdobraram em eficiência econômica e ascensão social em Amargosa.

A partir da década de 1940, essa realidade começa a se modificar drasticamente. Em consequência de variáveis exógenas, a produção do café, produto “único” de exportação, sofre mudanças na sua política de beneficiamento e afeta de forma negativa a economia regional, a partir deste episódio é desencadeada uma série de eventos que levam o prof. Milton Santos a caracterizar a Região de Amargosa como uma “Ilha de inércia”.

O período seguinte a ser analisado corresponde ao das modificações ocorridas no espaço regional de Amargosa que levaram ao seu declínio. Nessa perspectiva colocam-se algumas questões para a reflexão acerca desta fase turbulenta: Quais são as lógicas que se encarregaram de desencadear a passagem de um padrão de organização espacial, resultando no movimento de decadência da Região de Amargosa? Em que condições ocorreram esse declínio?

3.1.4 “Ilha de Inércia” (1941 à 1970)

Assim como na fase anterior, para entender o período caracterizado como “Ilha de Inércia” é necessário rever os alicerces da economia brasileira naquele momento histórico. O que se pretende aqui é contextualizar o espaço regional de Amargosa dentro do cenário nacional. Deste modo, na medida em que for explicitado o panorama de instabilidade econômica vivenciado pela cafeicultura no final da década de 1930, pode-se apreender a seqüência de eventos que levaram ao declínio da região de Amargosa, que outrora era expressiva no cenário econômico baiano.

Como foi explicado no período anterior, Amargosa desfrutava de grande prestígio econômico e político e ocupava a posição de centro de uma região de economia agroexportadora baseada na cafeicultura. Por conseguinte, sua economia encontrava-se bastante atrelada ao mercado internacional, estando, portanto, sujeita às suas oscilações. Seguramente, a condição de centro regional estava condicionada entre outros fatores já citados, mas, principalmente, na valorização do café, principal produto de exportação brasileira. Logo, o café se mantivesse com alta cotação no mercado externo, a região provavelmente manteria sua prosperidade. Deve ressaltar que a herança social fundada na monocultura deixa a estrutura produtiva região bastante rígida. A inexistência de investimento no sentido de diversificar produção deixa Amargosa bastante vulnerável dependendo exclusivamente do café como sustentáculo econômico.

A prosperidade da cafeicultura começa a mudar a partir de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, que atinge diretamente o mercado internacional do café. Segundo Clésia (2004),

[...] força a queda brusca no preço internacional do café (que caiu em 1930, para pouco mais que a metade de seu valor em 1928), que continuou em queda até menos de 40% em 1931, ficando nesses níveis baixos durante muitos anos: só em 1947 é que os preços voltaram aos níveis de 1928.(CLESE, 2004, p. 10)



Figura 42 Charge sobre a crise do café em 1929.
 Fonte: www.libertaria.pro.br/brasil/capitul016_index.htm

A crise de 1929 se alastra pela Europa e outras partes do mundo, alcançando o Brasil, principal fornecedor de café no mundo. Segundo Zanotti; Neto (2005):

Com a crise de 1929, decorrente da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorreu uma desestabilização no mercado interno. Os financiamentos junto aos bancos estrangeiros foram interrompidos; os preços despencaram, levando o setor para uma enorme crise. Na década de 30, houve uma derrocada da lavoura e a queima de 80 milhões de sacas.

O Brasil perdeu seu maior mercado consumidor: os EUA se enfraqueceu, pois o Estado no qual o governo federal depositava suas esperanças, onde os créditos internacionais foram suspensos. A política de valorização do café entrou em colapso, afundando o restante da economia nacional (ZANTTI; NETO, 2005, p. 27).

Neste período, surgiram diversos organismos oficiais para garantir a qualidade e um melhor gerenciamento da exportação do café. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), que, em 1933, foi substituído pelo Departamento Nacional de Café (DNC), autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda, que controlou o setor até 1946, quando foi extinto. Em 1952, foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), formado principalmente por cafeicultores, que definiu as diretrizes da política cafeeira até 1989 (para dirigir a

política cafeeira no País após a extinção do IBC, foi criado, em 1996, pelo Governo Federal, o Conselho Deliberativo da Política do Café, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atua até os dias de hoje).

Todos esses organismos acima citados fazem parte de uma política cafeeira voltada para a promoção de equilíbrio em alguns setores da produção. Incitando o estímulo ou desestímulo à produção, buscando uma adequação da oferta de café à demanda, e tratando de quantidade e qualidade do produto, estabelecendo preços mínimos, estocagem de café, normatização, acompanhamento da qualidade do café para o consumo interno, fazendo a regulamentação e o controle da exportação (ZANOTTI; NETO, 2005).

No entanto, entre os organismos de regulamentação deste setor, deve-se dar destaque o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que segundo Filho (2006),

Criado pela Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, o IBC destinava-se a “realizar política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro”, e entre suas diretrizes incluía-se a “defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim à indispensável expansão do consumo”. Entre outras, tinha as atribuições de “regular a entrada nos portos, definindo o limite máximo dos estoques liberados em cada um deles” e de “definir a qualidade dos cafés de mercado para o consumo do interior e do exterior, regulamentando e fiscalizando os tipos e qualidades no comércio interno e na exportação, podendo adotar medidas que assegurem o normal abastecimento do mercado interno”(FILHO, 2006. P. 30- 31).

Em 1958, o IBC exigiu que o café para exportação fosse despulpado, como forma de garantir a qualidade do produto. A técnica de despulpamento, segundo Zanotti; Neto (2005), é indicada para regiões de inverno úmido, em que o café é obtido pelo sistema de preparo de “cafés de terreiro”² e não oferece uma boa bebida ou quando a colheita é feita em “várias passadas”³, devido a sua desuniformidade.

² É denominado cafés de terreiro, quando são sombreados juntamente com a mata nativa em geral esse tipo de produto tem qualidade inferior.

³ várias passadas é quando a colheita é feita fora do período ideal

As principais áreas para a produção de cafés despulpados, no Brasil, são as das zonas da mata de Minas, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia e do Ceará. Zanotti e Neto (2005), descrevem tal processo:

O café deve ser despulpado o quanto antes, de no máximo 24 horas após a colheita. Os frutos maduros, com poucas porcentagens de verdes, colhidos, entram no despulpador pela molga, junto à água. Em despulpadores separadores de verdes, os frutos passam da moega ao cilindro janela do onde os verdes saem lateralmente. Os grãos maduros seguem ao elemento despulpador, constituído de um cilindro coberto por uma lâmina de cobre, provida de mamilos que aprisionam os grãos e pressionam os mesmos em seus movimentos rotativos, contra uma barra de borracha, separando a polpa de um lado e os grãos envolvidos pelo pergaminho do outro. Aproveita a característica da popa, que facilita o desprendimento por pressão. A regulagem da distância entre o cilindro e as borrachas é a mesma e os frutos apresentam tamanho variado, alguns deles, os pequenos ou mocas, não são despulpados. Os grãos despulpados passam por uma peneira cilíndrica que acaba por separá-los dos restos de cascas e dos frutos não despulpados ZANOTTI; NETO, 2005, p. 79).

Como se pode perceber, a técnica de despolpamento do café requer aquisição de equipamentos e de conhecimentos técnicos. Os impactos trazidos com a introdução desta nova técnica aliada à desvalorização do café no mercado internacional atingem, de forma negativa, a região de Amargosa, que observou uma queda na produção de café associado a essa nova política de beneficiamento exigida pelo IBC, como bem analisou Santos (1963).

A queda do rendimento de cafeeiros, a crise de 1930, a consecutiva baixa de preços vieram enfraquecer os agricultores médios e aniquilar os pequenos.

Mais tarde, às exigências impostas pelo Instituto Brasileiro do Café para preservar a qualidade do café exportado viriam agravar as fraquezas, já à mostra, de uma zona descapitalizada, pois os lucros iam para fora às mãos dos comerciantes de Nazaré e Salvador. A revolução técnica exigida pela necessidade de equipamentos modernos (despulpadores etc.), tornou-se impossível aos agricultores sem poupança, enquanto o preço do produto comum continuava a baixar. Por outro lado, a própria lavoura não se modernizava porque os rendimentos não eram compensadores, agravando, assim, a decadência. (SANTOS, 1963, p.38)

A modificação da técnica na produção cafeeira não repercutiu frente aos pequenos produtores de Amargosa, que encontraram dificuldades para conseguir empréstimo junto ao Banco do Brasil para adquirirem essa nova tecnologia. Segundo Santos (1963), o preço do café, de modo geral já não era mais compensador para tal investimento.

A maior parte do café produzido na região era pré-beneficiada em terreiro, ou seja, produto de baixa qualidade desvalorizado no mercado. Amargosa sofreu com isso grandes prejuízos, pois não dispunha de tecnologia para a realização dessa atividade. A política do despulpamento do café e posteriormente o processo de erradicação do mesmo, impostos pelo Governo federal numa tentativa de acabar com a doença denominada “ferrugem”, determinaram uma mudança significativa na economia e na paisagem da região. As relações comerciais de Amargosa sofreram alterações bem expressivas durante este período: os pequenos lavradores, não possuindo condições econômicas para aquisição de maquinário, não puderam produzir o café despulpado; somente os grandes estabelecimentos resistiram a essa política, porque possuíam condições econômicas e técnicas para o beneficiamento do produto. Santos, (1963) descreve tal cenário regional da seguinte maneira:

Em Amargosa só existe um armazém com despulpador; os 8 outros armazéns compram o café das fazendas que já o fornecem despulpado, ou então o café de terreiro, de péssima qualidade, que será imediatamente vendido ao IBC. Em Brejoes existem 4 despulpadeiras na cidade e 4 nos arredores, incluindo a fazenda Bendengó. Há cerca de três armazéns de compra, sendo o café “beneficiado” pelas despulpadeiras existentes na localidade.

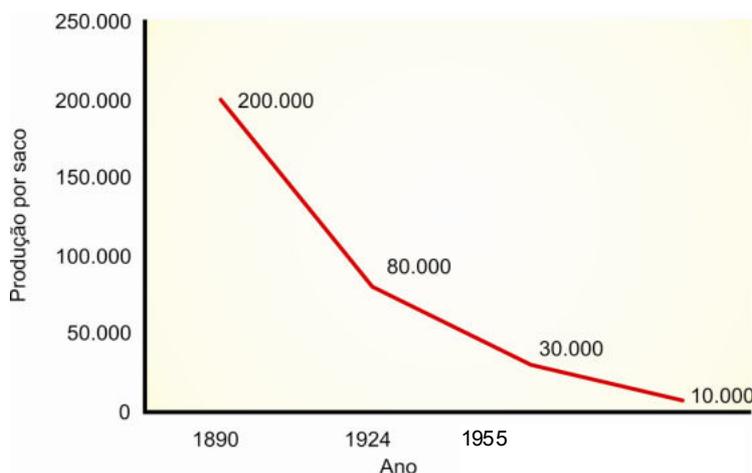
No Município de São Miguel das Matas o “beneficiamento do café é bem pequeno; existem alguns lavradores que o despulpam e secam em girais. O produto é vendido ao armazém local e, também, em cidades vizinhas que geralmente oferecem melhores preços, principalmente Amargosa (SANTOS, 1963, p. 38).

Percebe-se então, que o café, “locomotiva” do desenvolvimento regional, começará a entrar em franca decadência (Figura 43). As mudanças que ocorreram no espaço regional de Amargosa culminaram em novas formas de organização do espaço, atuando e se articulando entre os agentes transformadores, induzindo-na a um redirecionamento econômico, baseado na pecuária que surge em Amargosa como resposta à crise cafeeira, ou melhor, como uma alternativa para os agricultores se recuperar dos prejuízos sofridos com o café.

O acúmulo de capital gerado pelo café era insuficiente para provocar uma reviravolta no cenário econômico. Isto se deve ao fato de que a maior parte dos lucros gerados pelo café ficavam nas mãos de comerciantes de Nazaré, que funcionava como importante ponto de comercialização de produtos advindos de diferentes regiões da Bahia como apontou Santos (1963).

Nazaré funcionava, como “relais” de unia vasta região do Estado, recebia o café, cacau, fumo e outros produtos para exportação. Comerciava as mercadorias importadas e obtinha lucros com os produtos. Foi ela a responsável, de certa maneira, pela descapitalização da região de Amargosa (SANTOS, 1963, p. 08-09).

Figura 43 Município de Amargosa Produção de café por saco – 1890 a 1962



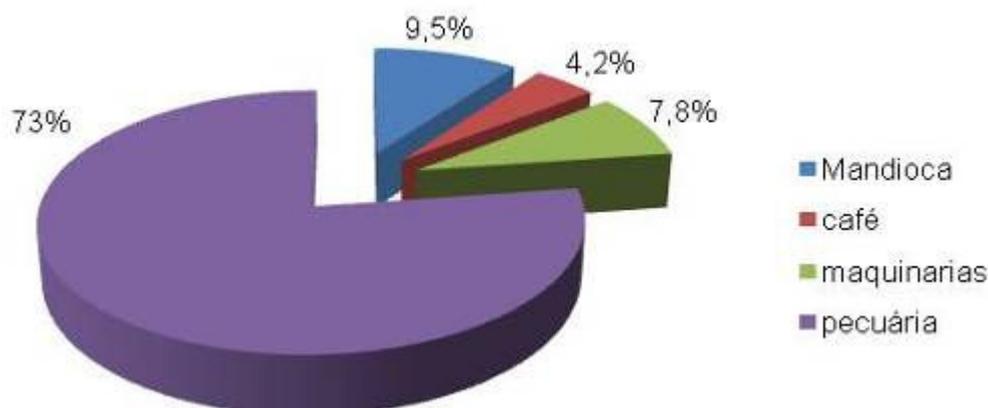
Fonte: Adaptado de Santos, 1963 p. 12.

A partir da década de 1960, o café passa a ser substituído pela pecuária leiteira, e a pastagem toma lugar das florestas e da agricultura, refletindo diretamente na paisagem da região refletida até os dias atuais. A expansão da pecuária e o recuo das áreas de lavoura interagiram sobre o movimento populacional de Amargosa, refletindo na diminuição da sua população. Os médios e pequenos proprietários, assalariados, impossibilitados de continuarem no campo, buscam, na migração para São Paulo e Norte do Paraná, novas condições de existência.

O café de terreiro não encontra bom preço, no mercado, e o pequeno agricultor se vê forçado a vender sua terra e partir para outras áreas do país principalmente para São Paulo e Paraná. A pecuária, em franco desenvolvimento, é fator positivo para o despovoamento e concentração da propriedade (SANTOS, 1963, p. 38).

O reflexo desta mudança na produção agrária pode ser traduzida nos financiamentos feitos pelo Banco do Brasil do município Amargosa no ano de 1962, onde a pecuária torna-se a atividade com o maior volume de empréstimos, no total de 73%, enquanto o café declinou para última posição, atrás da mandioca e de financiamento destinados a obtenção de maquinário (Figura 44).

**Figura 44 Financiamentos do Banco do Brasil
Agencia de Amargosa em 1962**



Fonte: Adaptado de Santos, 1963 p.12

A pecuária não tem o mesmo poder de gravitação econômica, política e populacional que o café e como consequência, Amargosa assiste ao declínio de sua influência como centro regional. As estruturas agora existentes não oferecem estímulos bastante para reter a mão-de-obra. A migração é a válvula de escape para aliviar a tensão motivada, sobretudo, pelas relações de trabalho, financiamento e comercialização.

Para agravar ainda mais o cenário econômico e social da região, ainda na década de 60 Amargosa perde o Ramal da Estrada de Ferro de Nazaré, em decorrência das constantes crises econômicas, não só do café, mas também do cacau e do fumo, que inviabilizaram o funcionamento da empresa da Estrada de Ferro de Nazaré (EFN). Santos (1963), aponta para:

A decadência do café, o desenvolvimento rodoviário depois de 1940, a deficiência do material rodante da EFN determinaram a estagnação e o declínio do Ramal de Amargosa, sendo mesmo cortado como medida antideficitária, após a encampação da ferrovia pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, medida essa que trouxe sérios problemas para a população de São Miguel das Matas e dos núcleos marginais, que ficaram sem transporte barato para Amargosa (SANTOS, 1963, p.28).

Zorzo (1999, p.104), confirma a tese de Milton Santos quando afirma:

Vale a pena, portanto, entender o processo de decadência da ferrovia em dois sentidos simultâneos. O primeiro e mais óbvio é o da obsolescência da própria empresa de transporte ferroviário, incapaz de competir com o transporte rodoviário, mas o outro, o da desarticulação regional dos municípios atendidos pela EFN, importa enormemente (ZORZO, 1999, p.104).

Segundo Zorzo (1999), a EFN era considerada uma das mais respeitáveis e produtivas, tanto em sua fase privada como na de domínio estatal e foi um empreendimento econômico eficiente até o ano de 1945. Depois dessa data, a empresa ferroviária da EFN entrou em ampliada decadência financeira, acumulando *deficits* irreparáveis, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Desde o período da expansão cafeeira, a infra-estrutura viária de Amargosa lhe conferia a condição de centro regional, ampliada posteriormente com a implantação da estrada de ferro. Todas as estradas carroçáveis dos municípios vizinhos convergiam para Amargosa naquela época, como pode ser visto na Figura 45. Para Santos (1963), apesar das péssimas condições das estradas que isolam Amargosa do resto do estado, o sistema rodoviário aliado a função de empório, é um dos fatores responsáveis pela ainda relativa importância da cidade como cabeça regional. Ainda segundo Santos (1963),

Dois grandes eixos rodoviários limitam a leste e oeste a região. No entanto, só o segundo, que corresponde à Rio-Bahia (BR-04), tem tido capacidade para organizar o espaço e as regiões por ela cortadas, apesar de sua influência, neste sentido, limitar-se às faixas marginais. O outro eixo, a Rio-Bahia litorânea, ainda em fase de construção, só atua, efetivamente, de Santo Antônio de Jesus para o norte, até Salvador. A região de Amargosa, como já referimos, é como uma ilha, cujo centro está, praticamente, sem contato com a periferia, que corresponde a estes dois eixos rodoviários (SANTOS, 1963, p.26).

O desenho regional antes, calcado nas antigas estradas carroçáveis e, posteriormente, no Ramal da EFN, seria a partir de 1950 completamente modificado pelo início da construção das rodovias. Segundo Guerreiro (2000), o serviço de navegação e as estradas de ferro foram, pouco a pouco, sendo obrigados a concorrer com as estradas de rodagem que começaram a ser construídas em todos os lugares. Estas seguem uma nova lógica modal de transporte no Estado da Bahia pela crescente valorização do automóvel, principalmente entre os anos 30 e 50.

Tabela 5: Movimentação financeira da empresa Estrada de Ferro de Nazaré/1931-1969 (em réis, entre 1931 e 1945, em cruzeiros e correlatos)

Ano	Receita	Despesa	Saldo/Déficit
1931	3.498.0045489	3.533.2635742	-35.259\$253
1932	3722-6465242	3250-1835600	472462\$540
1933	5.522.0815805	3.030.4795083	491.602\$722
1934	4066:4675234	3.161.0145740	905452\$494
1935	4.430:4445349	3.644:5705673	785:873\$676
1936	5.675:9825370	4.043:0305064	1.632:952\$306
1937	6.724:0185910	4.505:8705495	2.118:148\$415
1938	6181:6635550	4.499-5985550	1682:065\$000
1939	5.459:0575500	4.206:9225900	1252:134\$600
1940	4.921:5855500	3.994:3085300	926:777\$200
1941	6.785:9075200	4.854:0285900	1931:878\$300
1942	7239-1308800	6.899-7538100	399377\$700
1943	8.062:6005000	7.926:5765000	100:0245900
1944	8.825:6955400	8.729:2695900	96:4255500
1945	10.820:9665800	11.785:490\$800	-964:5245500
1946	\$8.275.000.00	\$11.589.000.00	-\$3.314.000.00
1947	\$6.743.000.00	\$12.695.000.00	-\$5.952.000.00
1948	\$7.005.000.00	\$15.689.000.00	-\$8.684.000.00
1949	\$6.889.000.00	\$17.529.000.00	-\$10.640.000.00
1950	\$5.189.000.00	\$18.200.000.00	-\$13.011.000.00
1951	\$50.8.000.00	\$22.499.000.00	-\$17.351.000.00
1952	—	—	—
1953	—	—	—
1954	\$668267910	—	—
1955	\$9.203.503.90	—	—
1956	\$14.988.705.00	—	—
1957	\$17.919.657.60	—	—
1958	\$17.915.912.70	—	—
1959	—	—	—
1960	\$16.370.474.00	\$136.317.560.30	-\$119.957.086.30
1961	—	—	—
1962	—	—	—
1963	\$25.453.620	\$440.666.274.50	-\$415.212.653.70
1964	\$57.514.370.10	\$904.656.031.30	-\$847.141.661.20
1965	\$103.513.424.00	\$774.721.115.00	-\$671.207.691.00
1966	\$127.812.783.00	\$885.255.930.00	-\$757.443.147.00
1967	\$135.148.210.00	\$1.004.315.560.00	-\$907.395.110.00
1968	\$164.991.240.00	\$1.174.595.700.00	-\$1.009.604.460.00
1969	\$223.826.510.00	\$1.508.346.840.00	-\$1.274.523.330.00

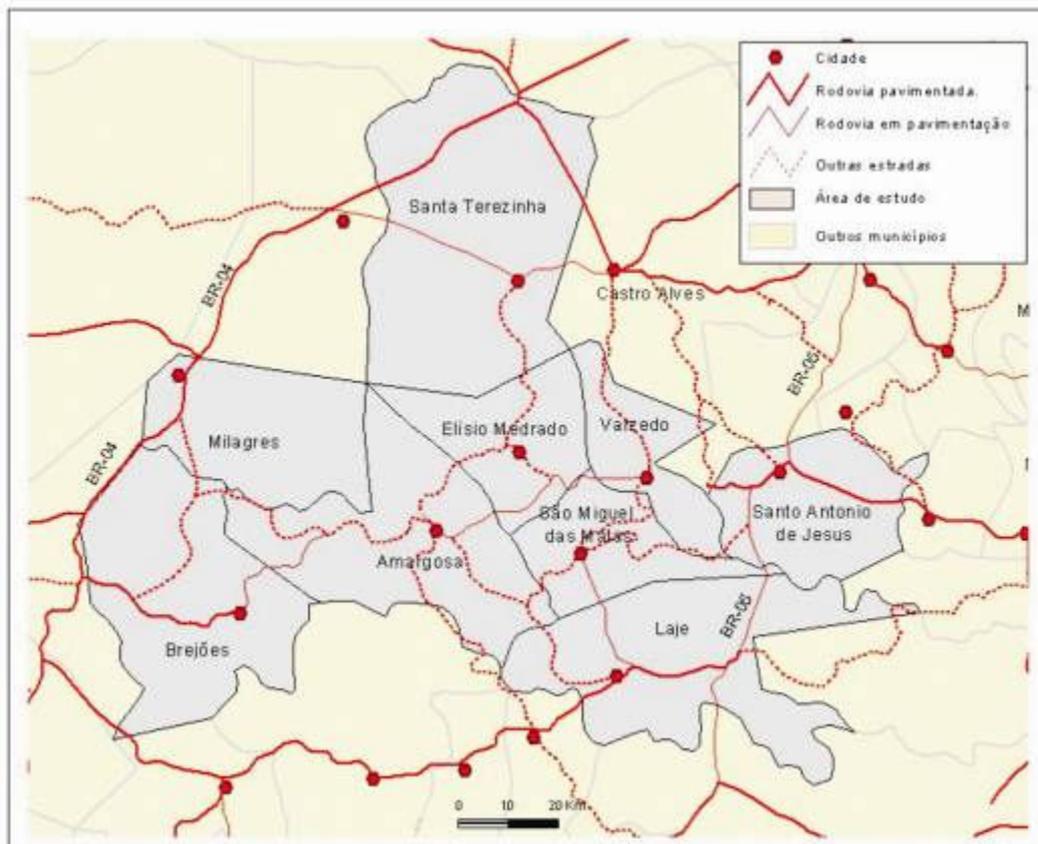
Essa mudança modal centrada no transporte rodoviário gerou alterações significativas na organização do espaço regional de Amargosa, principalmente após a pavimentação da BR-05, atual BR-101 (Figura 45). A região passaria a ter outro formato, a estabelecer outros vínculos e prioridades, constituindo não mais um espaço articulado em torno do município de Amargosa. Surgiram novos centros mais influentes, a exemplo de Feira de Santana, Jequié e Santo Antonio de Jesus. Este último passa a concorrer diretamente pela supremacia regional com Amargosa, pois começa apresentar maior dinamismo comercial como ilustra a figura 48. Santos (1963) afirma que:

A construção da BR-5 e o seu livre trânsito de Santo Antônio a Salvador veio aumentar sua importância e, atualmente, faz notar sua influência na região de Amargosa, quer como grande compradora de fumo, quer como centro absorvente de mão-de-obra em migração (SANTOS 1963, p. 28).

Pode-se afirmar que, enquanto a cafeicultura prevaleceu como base econômica podia-se identificar uma regionalidade que mantinha Amargosa como centro, como um pólo. A partir da decadência do café, a região sofre alterações nos elementos que compõe seu espaço, que promoveram o seu esvaziamento e empobrecimento. Entre os fatores que desencadearam decadência do município de Amargosa como centro regional, pode-se citar:

- A crise internacional do café que derruba o seu preço
- A mudança no beneficiamento do café que exige um maior investimento para aquisição de maquinário
- A pecuária, nova base econômica regional, que expulsa a população e beneficia alguns fazendeiros, em detrimento dos pequenos agricultores;
- A infra-estrutura viária, tão necessária para o desenvolvimento econômico de uma região, apresenta-se em Amargosa de forma deficiente, devido ao péssimo estado de conservação das estradas e desativação do Ramal da EFN;
- A construção das rodovias, principalmente as BR-04 e BR-05 que deixaram Amargosa fora do entroncamento rodoviário, reorganizam as relações espaciais de Amargosa, diminui a sua área de influência e desta forma redesenha uma nova regionalidade.

Figura 45 Estrutura Viária da Região de Amargosa Bahia – 1960



Fonte: Adaptado de: IBGE. *Carta Internacional ao Milionésimo Digital*, 2005.
 Concepção Cartográfica: Robson Lins.

Enfim, estes três eventos combinados resultaram na estagnação econômica e na decadência das estruturas regionais de Amargosa. O relativo isolamento causado pela debilidade de sua estrutura viária e o fato das regiões em seu entorno ganharem maior dinamismo, levou o prof. Milton Santos, no ano de 1963, a caracterizar Amargosa como uma “ilha inércia”.

Para resumir tudo em uma frase, diremos que a região de Amargosa que, em determinado período, se colocou à frente de outras regiões baianas, gozando de todos os elementos do progresso, então atuais perdeu, em seguida o élan. Por isso, não pôde acompanhar a evolução registrada em toda parte, seja no sistema de sua comunicação com as áreas externas (os transportes), seja no da própria atividade interna (a cultura do café, o plantio da cana-de-açúcar e indústrias correspondentes permaneceram arcaicos, enquanto as lavouras de mandioca e do fumo continuam a ser feitas por gente pobre em pequeníssimos pedaços de terra, nem sempre de propriedade do lavrador e segundo as técnicas centenárias (SANTOS, 1963, p. 36).



Figura 46 Centro comercial de Santo Antonio de Jesus, 1960.
Fonte: Prefeitura de Santo Antonio de Jesus.

O período que será abordado a seguir incide na tentativa da região Amargosa em superar a estagnação ou arcaísmo assinalado por Milton Santos. A próxima fase nomeada de *Reestruturação Regional* marca, portanto, a nova organização do espaço regional, em que o município de Amargosa se configura como centro complementar em relação ao município de Santo Antonio de Jesus, agora principal cidade da região estudada.

3.1.5 Reestruturação Regional (1971 a 2005)

Para entender esta nova etapa da região é preciso apreender os novos paradigmas de organização do espaço mundial, principalmente a partir do final da década de 70, em que as transformações deste ocorrem de maneira mais dinâmica. As teorias e políticas de desenvolvimento regional e local também sofreram profundas transformações, devido às modificações ocorridas nos processos produtivos.

Este novo período é denominado por Santos (2000) de técnico-científico-informacional, devido ao relevante papel da ciência, da tecnologia e da informação, tornando o espaço mais fluido a serviço do capital. O casamento entre a ciência com informação levou a mundialização mais efetiva da economia, exigindo das regiões uma maior conectividade e fluidez de informação, pessoas e mercadorias. Para Santos (2000) essa transformação de uma fluidez potencial

numa fluidez efetiva, por meio da velocidade exarcebada, serve ao exercício de uma maior competitividade econômica entre os lugares.

A maior participação de determinada região nesse mercado global reflete o seu grau de atratividade para um novo tipo de capital que, usufruindo do avanço dos meios de comunicação, desloca-se com maior rapidez em busca dos melhores ganhos, levando o declínio de algumas regiões e à rápida ascensão econômica de novas regiões, principalmente nos países periféricos.

O Brasil se insere nessa lógica da economia global, segundo Fonseca (2006), através do modelo fordista que estimulou países do terceiro mundo a aliam-se ao capital internacional, através da contratação de investimentos diretos, configurando-se o que viria a se chamar de "fordismo periférico". Nesse contexto, o governo brasileiro passou a construir um amplo programa de reordenação da economia nacional, tendo como base a estruturação de mecanismos de financiamento, a ampliação da matriz energética e a exploração e refino do petróleo. Em consequência, veio a estruturação do sistema de transporte, a partir da construção de grandes rodovias de integração nacional, que a rigor eram convenientes aos grandes grupos transnacionais representados e liderados pelo setor automobilístico e siderúrgico.

Com a abertura das estradas de rodagem, ao lado da aceleração do processo industrial nacional surgirá uma nova espacialização, uma outra regionalidade, outras formas de integração inter-regional. Estes sistemas de engenharia, segundo Silveira *apud* Souza (1995) produzem os movimentos interessando diretamente a divisão territorial do trabalho são seletivos e, portanto segregadores.

Neste cenário de alta competitividade, a região baiana do Recôncavo Sul vivencia uma fase aguda de declínio de suas bases produtivas. O açúcar e o fumo, principais produtos da região deixam de ser rentáveis devido ao aumento da concorrência de outros estados, e até de outros países. Os baixos preços pagos pelo mercado internacional para estes produtos, sobretudo pela fraca absorção de tecnologia em suas unidades transformadoras, contribuíram bastante para a estagnação econômica.

Paralelamente, o processo de implantação do sistema rodoviário na Bahia, com o traçado das principais "vias-tronco" privilegia e ajuda a desenvolver

outras áreas próximas à capital, principalmente com as implantações do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu. Estes aprofundam ainda mais a crise econômica do Recôncavo Sul baiano, uma vez que concentraram em sua periferia uma população procedente de diversas áreas do estado, inclusive do próprio Recôncavo, esvaziando assim as principais cidades desta região.

É a partir dessa realidade que encontramos a nova configuração da região de Amargosa. Sua organização espacial é resultado deste novo funcionamento do território, orientado por forças exógenas de naturezas diversificadas nos campos políticos, econômicos e sociais. Esta reformulação da organização sócio-espacial da região foi desencadeada por um rearranjo de variáveis no final da década de 1930, visto que se criou, na região, uma nova base econômica e de infra-estrutura direcionada a um novo modal de transporte – rodoviário – que representou no esvaziamento da sua importância econômica e no surgimento de centros regionais mais dinâmicos.

A ascensão dos novos centros regionais tais como Santo Antonio de Jesus, Jequié e Feira de Santana, estão intimamente ligadas à implantação da infra-estrutura viária e com o processo de especialização comercial. Estes novos centros, por se constituírem em entroncamentos rodoviários que lhes conferem uma fluidez efetiva facilitando a expansão da atividade comercial em suas áreas urbanas, e como conseqüência, aumentando sua influencia sobre os municípios vizinhos.

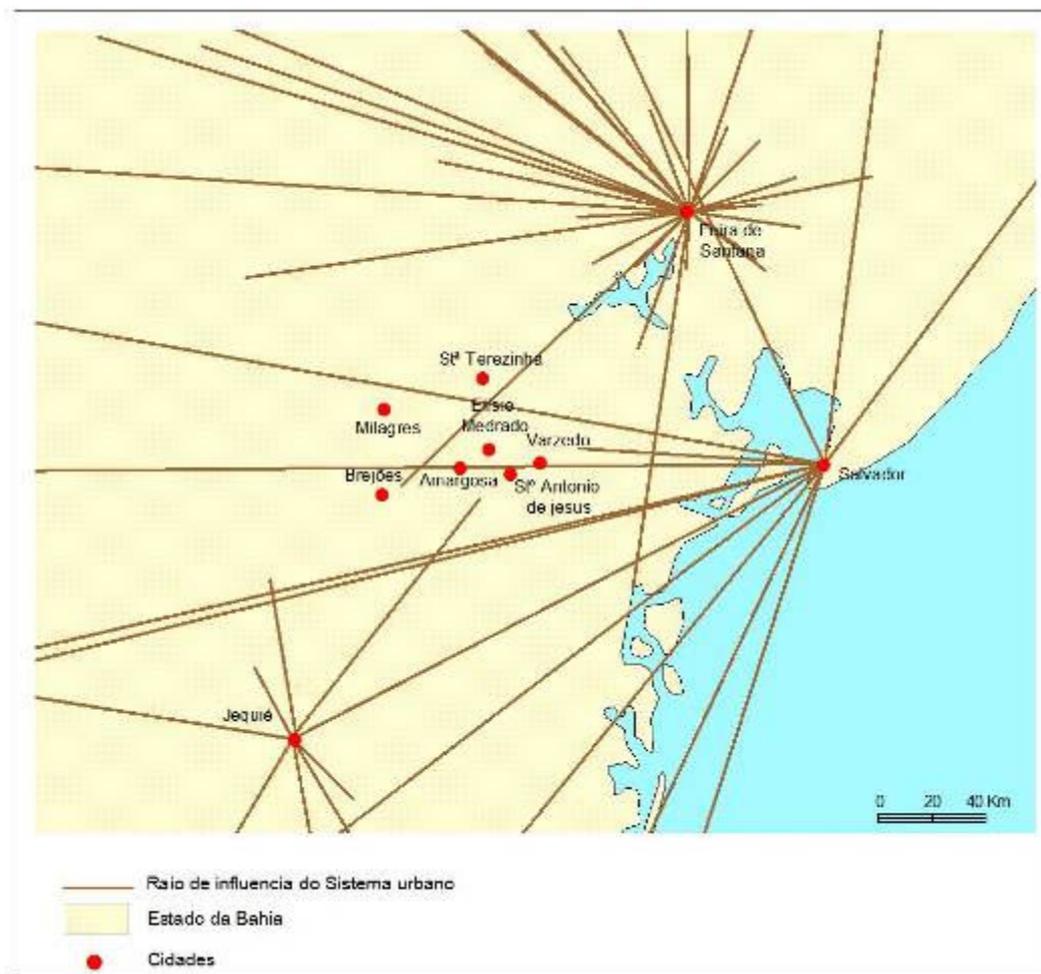
O atual sub-sistema urbano-regional da Região de Amargosa é fruto da reestruturação econômica ocorrida a partir da década de 1940, que, como foi visto, geraram novos centros urbanos impulsionados principalmente pelas rodovias. Cidades como Feira de Santana, Jequié e Santo Antônio de Jesus viram germinar seu poder de influência sobre municípios vizinhos. A Figura 47 é baseada no Atlas digital do IBGE, onde pode-se visualizar área de influencia dessas cidades.

A região de Amargosa é uma interseção de regiões com centralidades distintas (Jequié, Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus e Salvador), onde a cidade de Amargosa se insere como um centro não

predominante. Boa parte da centralidade de Amargosa se deve, em parte, por estruturas criadas durante o auge econômico da lavoura cafeeira.

As transformações advindas a partir da década de 1940, marcadas pela substituição da área de plantio por pastagem e as mudanças no sistema de transporte, conferindo às rodovias um maior peso, beneficiaram bastante o Município de Santo Antonio de Jesus, distante 40 km de Amargosa. Tais fatores rearticularam a divisão intra-regional do que foi delimitado como Região de Amargosa, desarticulando a já frágil estrutura agromercantil. A cidade de Amargosa assistiu sua área de polarização bastante reduzida e absorvida por Santo Antonio de Jesus.

Figura 47 Estado da Bahia Sistema Urbano Regional



Fonte: IBGE Adaptado do Atlas digital. Concepção Cartográfica: Robson Lins.

Diante deste processo de declínio do desenvolvimento econômico, tornou-se necessário a adoção de uma nova postura estratégica, de modo que se potencialize os seus recursos disponíveis. Apesar de vivenciar um cenário adverso, a região tenta se reerguer com investimentos e diversificação da produção apostando em novos vetores de crescimento tais como: turismo, diversificação da produção agrícola e com a criação do campus universitário da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB). Os detalhes destes novos vetores de investimento serão mais detalhados nos capítulos seguintes.

3.2 Os Marcos Espaciais na Produção do Espaço Regional

O desvendamento das lógicas geratrizes que se encarregaram de rearticular ou de recombinar os elementos espaciais da Região de Amargosa está atrelada à própria estrutura social e à dinâmica das cidades, culminando numa configuração própria associada a um contexto espaço-temporal. Desta forma, cada período identificado possui um padrão espacial próprio, configurando forma e estrutura particulares que podem ser representadas.

Diniz; Duarte (1983), afirmam que:

Forma e estrutura podem ser representadas cartograficamente como visualização do conteúdo espacial. A representação cartográfica — denominada de *março espacial*— será o produto de uma construção teórico-conceitual sobre o espaço geográfico regional. É uma intenção de ultrapassar a cartografia descritiva na Geografia, e não, a espacialidade dos elementos do espaço regional em um mapa. É a expressão, no mapa, do conceito que se tem sobre o espaço regional, como uma totalidade, no caso, uma totalidade espacial.

Os marcos espaciais estão para o espaço regional como os marcos temporais estão para os processos regionais. Não há uma dicotomia entre espaço e tempo. Um está contido no outro. Os marcos espaciais são a visualização das formas e relações estruturais do conteúdo espacial no tempo. Não se pode fazer um só marco espacial e lê-lo como a construção de um período dos processos regionais. É a comparação entre eles que permite entender as transformações ocorridas nos processos regionais que tiveram uma dimensão, um conteúdo espacial (DINIZ e DUARTE, 1983, p. 66).

Nessa perspectiva, a interpretação diacrônica deste capítulo revela os momentos de formação, afirmação, instabilidade e, conseqüentemente, os

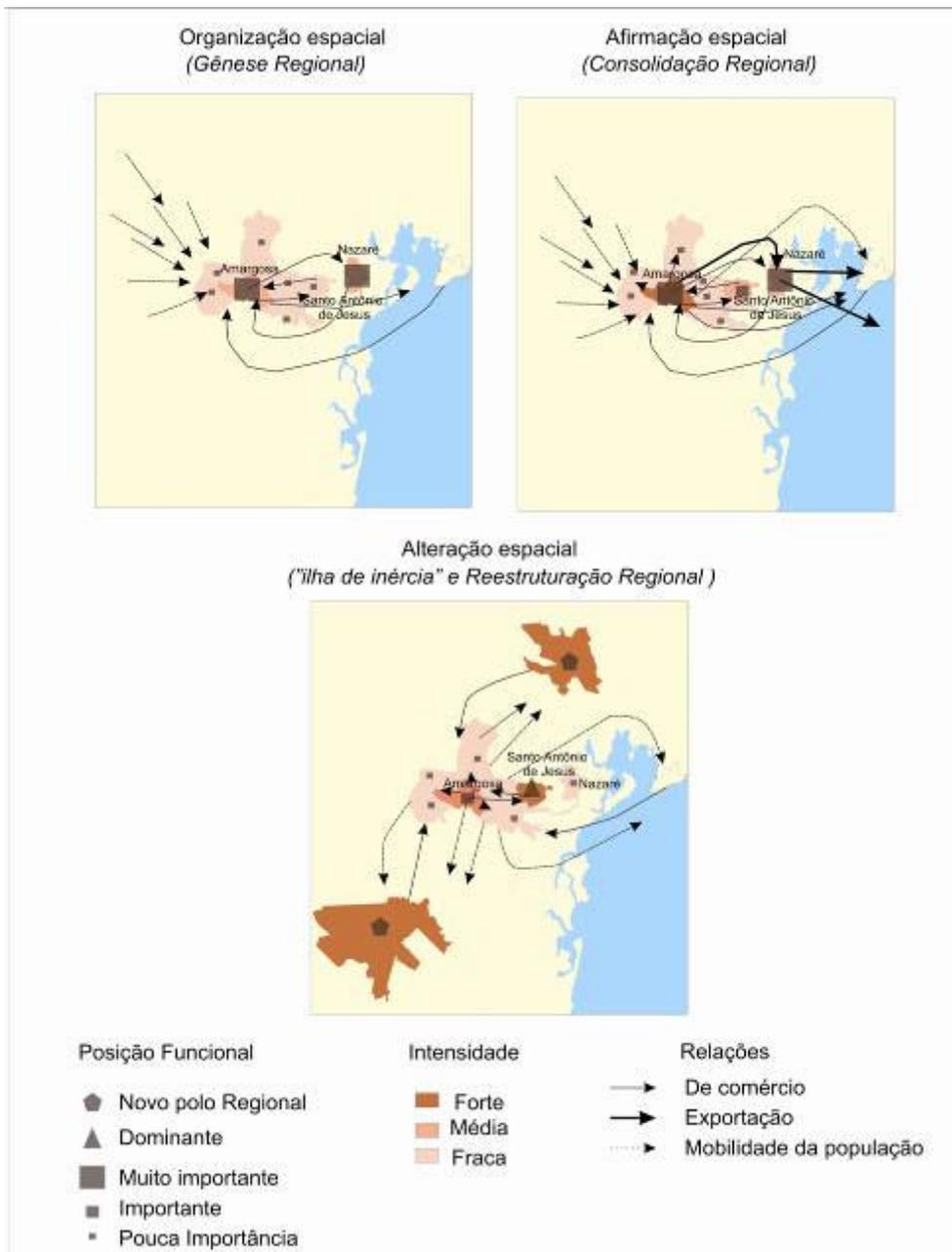
movimentos de mudança na organização espacial passíveis de serem cartografados (Figura 48). Tal mapeamento resulta da análise empírica apoiado em uma abordagem histórica, reconhecendo as consecutivas fases de configuração e reconfiguração da Região de Amargosa, mediante o processo de formação e diferenciação entre as principais cidades que fazem parte ou que influenciam a região.

Os dois últimos períodos históricos da Região de Amargosa, “ilha de inércia” e de Reestruturação Regional, apresentam basicamente o mesmo conteúdo, caracterizado pelo relativo isolamento espacial e econômico da região, resultando no surgimento de novos centros mais influentes. Desta forma, de acordo com três conteúdos foram definidos os três marcos espaciais: organização espacial, afirmação espacial e alteração espacial.

O primeiro marco espacial, o da “organização espacial”, coincide na formação da região, da criação do município de Amargosa e a introdução do cultivo do café. Tais processos aumentam a interatividade entre os agentes espaciais, nas esferas públicas e privadas em torno de uma maior articulação econômica voltada ao mercado externo. Como resultado, o espaço regional vivenciou um crescimento econômico com investimentos em infra-estrutura, principalmente em transporte e comércio, tornando a região mais dinâmica e transformando o município de Amargosa em um importante centro regional. O resultado refletiu diretamente na organização do espaço regional, caracterizando a forma espacial da Afirmação Regional.

O terceiro marco é o da Alteração Espacial, consequência do revés econômico causado, em parte, pela crise na produção e comercialização do café. O rebatimento dessa crise incidiu diretamente na organização espacial da região. O município de Amargosa muda sua base econômica e perde a importância política e econômica. Surgem novos centros regionais mais dinâmicos, como o caso de Santo Antônio de Jesus, que determina uma mudança gravitacional de desenvolvimento econômico.

Figura 48 Região de Amargosa Marcos Espaciais na Produção do Espaço Regional



Elaboração: Robson Lins.

A primazia definitiva de Santo Antonio de Jesus que ocorre a partir dos anos de 1960, em consonância com os processos econômicos e sociais em curso no país. Tal cidade, em razão da capacidade de absorver os impulsos da economia nacional, mantendo-se fortemente articulada com a capital Salvador e Feira de Santana, em decorrência da implantação de um novo modal de transporte e de novas formas de organização das atividades produtivas. Devido a ausência de formas pretéritas, em função do desenvolvimento das atividades econômicas

comerciais, assume posição de comando em prejuízo de Amargosa, que foi esvaziada de uma parcela de suas funções, principalmente as regionais, ocorrendo, a partir de então, uma dinâmica divergente na estruturação do espaço regional, que resultou na redefinição hierárquica entre tais centros.

Neste capítulo fica evidente que em cada momento histórico da região de Amargosa houve um período de crescimento mais rápido das forças produtivas seguido de um período de estagnação. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual que segundo Smith (1988) “o seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico”.

Desta forma a região de Amargosa é fruto de diferentes períodos históricos que lhe conferiram distintas proporções de desenvolvimento e de organização espacial que se modificaram entre os múltiplos fatores da história, no qual as características de uma etapa inferior de seu desenvolvimento social e econômico se misturam com as de outra, superior.

4. ESTRUTURA DO ESPAÇO REGIONAL

O presente capítulo tem como objetivo realizar o levantamento e a análise da dinâmica sócio-espacial da região de Amargosa a partir dos indicadores sócio-econômicos, tendo como base os dados censitários do IBGE, SEI e IPEA. A metodologia aplicada consiste na análise tempo-espacial dos dados e informações, aliado ao Sistema de Informação Geográfica (SIG). Onde em um primeiro momento, são mapeadas a dinâmica populacional, a estrutura da comercialização e infra-estrutura urbana. Tais mapeamentos servem como referência básica para toda a análise da estrutura e funcionamento do espaço regional de Amargosa buscando identificar perspectivas e tendências.

4.1 Estrutura da população

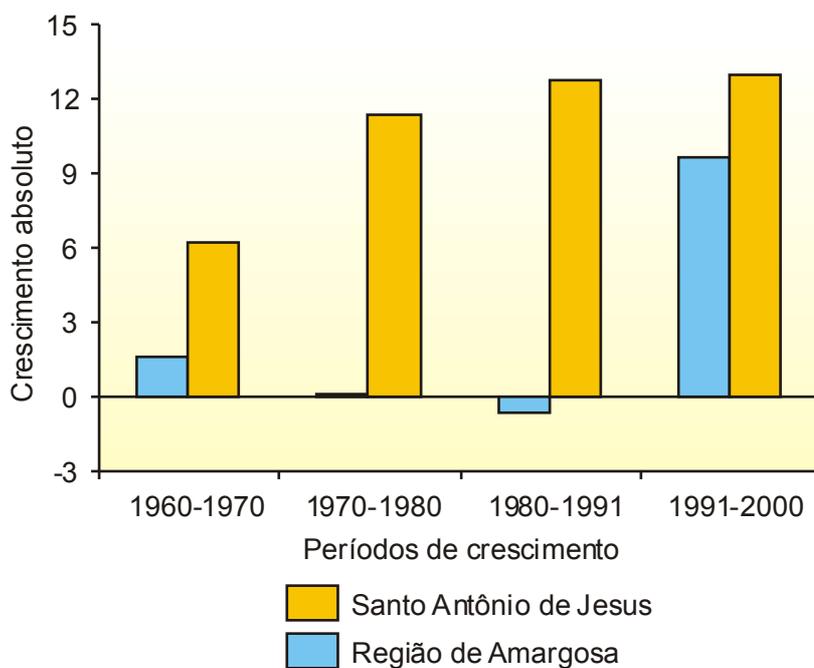
Em 2000, os nove municípios da Região de Amargosa somavam 191 mil habitantes, ou seja, 1,46% dos 13 milhões de baianos. Em 1970, os 133 mil moradores da região eram mais representativos no estado, respondendo por 1,77% do total de sua população (7,5 milhões). Ao longo deste trabalho, nota-se como a tendência de declínio e estagnação desta região vem se confirmando no quadro regional da Bahia, em todos os aspectos (históricos, sociais, econômicos, enfim).

A diversidade interna de processos de reorganização geográfica da região pode ser detectada a partir de medidas demográficas. A partir da segunda metade do século XX, a cidade de Santo Antônio de Jesus, mais o seu entorno imediato, se consolida como centro “de gravidade” da região, polarizando o crescimento populacional regional, ao lado dos demais municípios, que estavam com sua população estacionada em patamares de décadas anteriores, quando não estavam perdendo habitantes rapidamente. A Figura 49 ilustra e comprova esta afirmação, quando mostra o crescimento demográfico municipal absoluto de Santo Antônio de Jesus, entre 1960 e 2000, ao lado do crescimento das outras oito municipalidades somadas.

Pelo que se observa no gráfico, Santo Antônio de Jesus responde por quase todo o saldo demográfico regional, acrescentando anualmente uma média de, aproximadamente, 1.300 habitantes continuamente, desde a década de 1960 até a atualidade. O que se evidencia aqui é a consolidação de um centro urbano

importante, uma cidade média que surge no interior do Estado, no entorno imediato da região metropolitana da capital, uma área com inúmeros casos de velhas cidades estagnadas, tais como Cachoeira (Fonseca, 2006) e Amargosa.

Figura 49 Região de Amargosa
Crescimento populacional absoluto do município de Santo Antônio de Jesus e dos outros municípios da região – 1960-2000



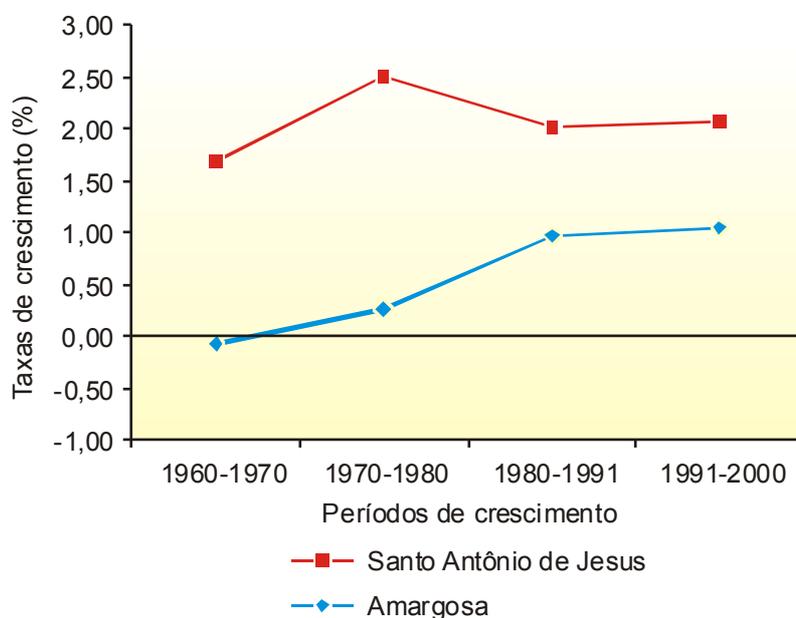
Fonte: IBGE. *Censos Demográficos. 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.*
 Elaboração: Robson Lins; Araon Coelho.

Esta evolução (ou involução) assincrônica dos contingentes populacionais na região de Amargosa provocam uma redistribuição dos percentuais que cada município representa no universo em questão. Nele, destaca-se Amargosa, que perde importância progressivamente, e Santo Antônio de Jesus, que cada vez mais se sobressai em relação aos outros municípios da região. A assincronia aqui mencionada encontra-se ilustrada na Figura 50, com as taxas de crescimento geométrico anual da população dos dois municípios mais populosos da região.

Amargosa e Santo Antônio de Jesus comportam-se como pólos opostos que reagem de forma diferenciada aos estímulos para o crescimento populacional. Enquanto o primeiro município aqui mencionado tem tendências a estagnar ou mesmo declinar, o segundo evolui a 1,66% e 2,51% ao ano, entre

1960-1970 e 1970-1980, respectivamente, com crescimento elevado. Quando Santo Antônio reduz o seu ritmo, Amargosa ganha fôlego.

Figura 50 Municípios de Amargosa e de Santo Antônio de Jesus
Taxa de crescimento geométrico anual (%) da população – 1960/2000



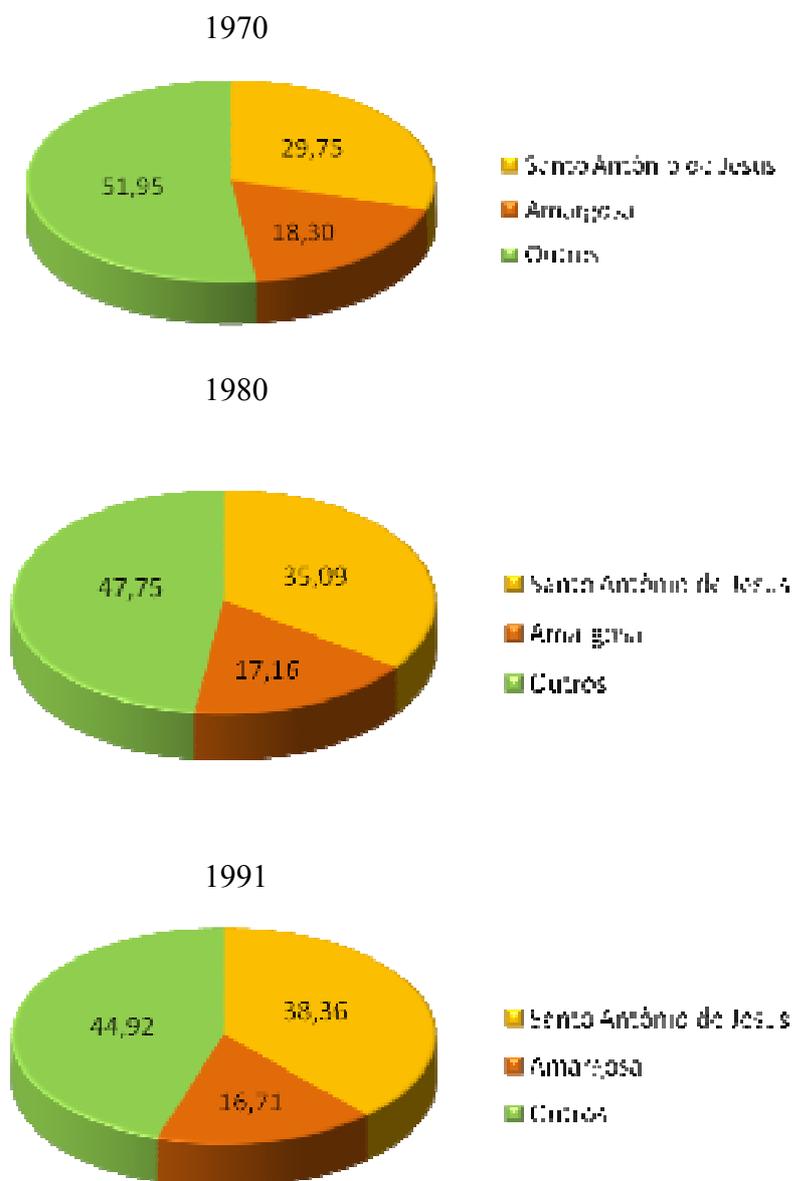
Fonte: IBGE. *Censos Demográficos. 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.*
Elaboração: Robson Lins; Araon Coelho.

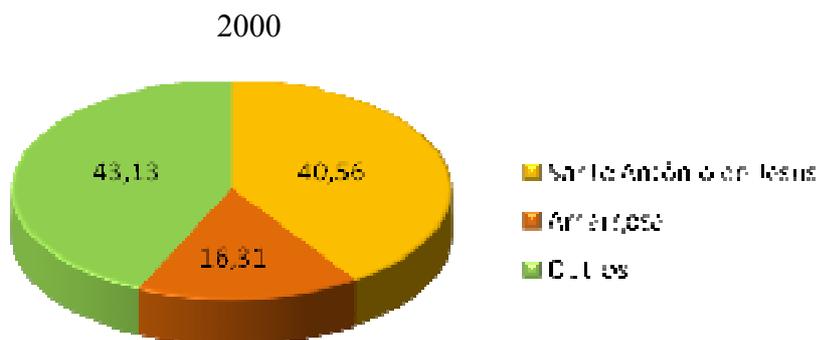
Ainda sobre a assincronia regional de crescimento populacional e sobre a predominância progressiva de Santo Antônio de Jesus em relação aos demais municípios da região, a figura 51 ilustra como a população regional se redistribuiu entre os principais pólos populacionais regionais.

Os gráficos acima demonstram como Santo Antônio de Jesus tem aumentado sua área de influencia dentro da região, passando de aproximadamente 30% para 40% da população regional, enquanto que Amargosa cai de 18% para 16% nos últimos 30 anos.

Neste estudo, muito tem se comprovado o que Santos (1963) sinalizava como “ilha de inércia”, “ilha de arcaísmo”, referindo-se à região de Amargosa. Ao longo da segunda metade do século XX, com a consolidação do quadro regional de estagnação econômica reflete-se não somente na distribuição (ou concentração) demográfica regional, como na estrutura etária e de gênero da população.

Figura 51 Região de Amargosa – Participação de Santo Antônio de Jesus e Amargosa na população regional (%) – 1970/2000

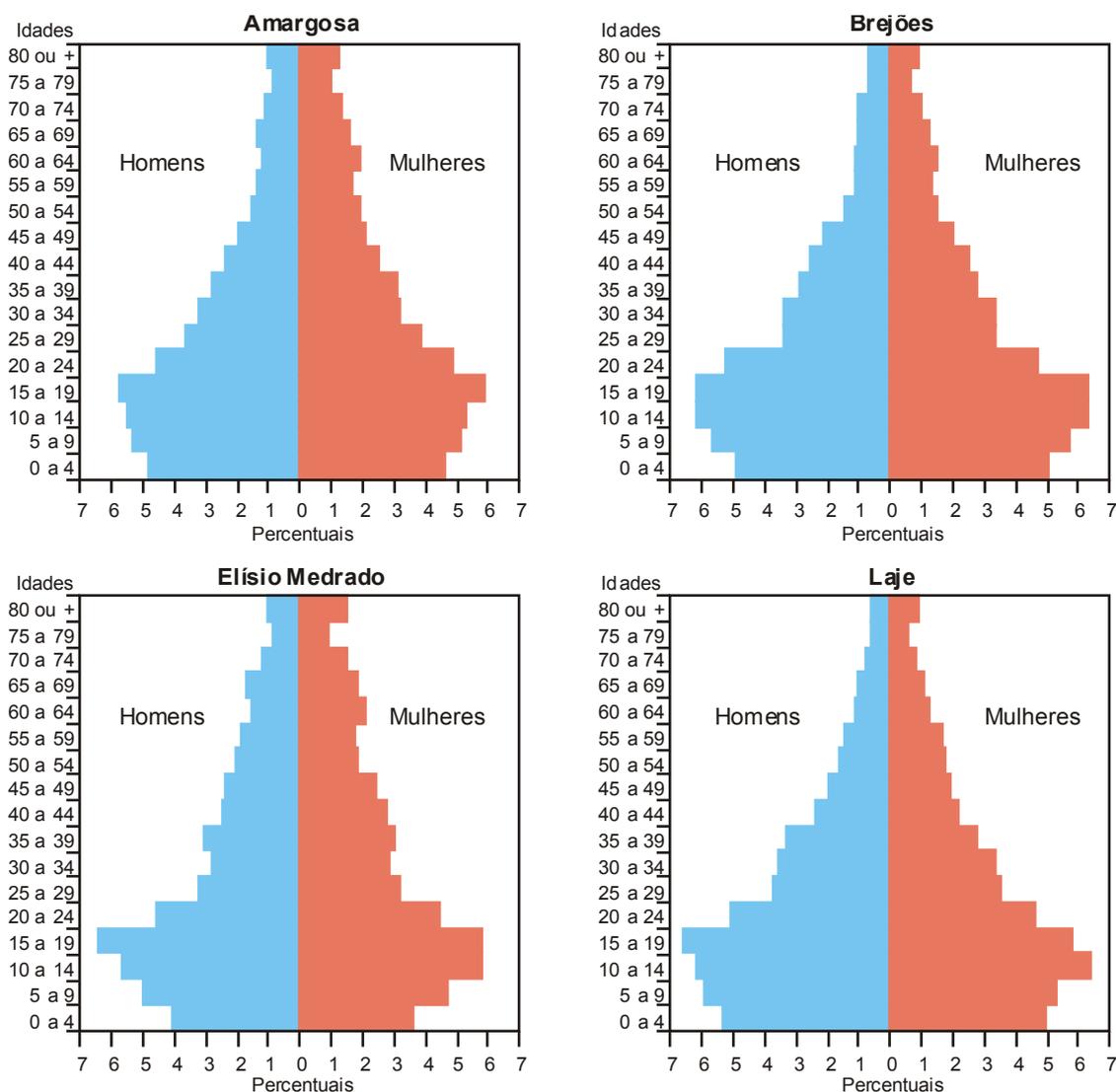




Fonte: IBGE. *Censos Demográficos. 1970, 1980, 1991, 2000.* Elaboração: Robson Lins; Araori Coelho.

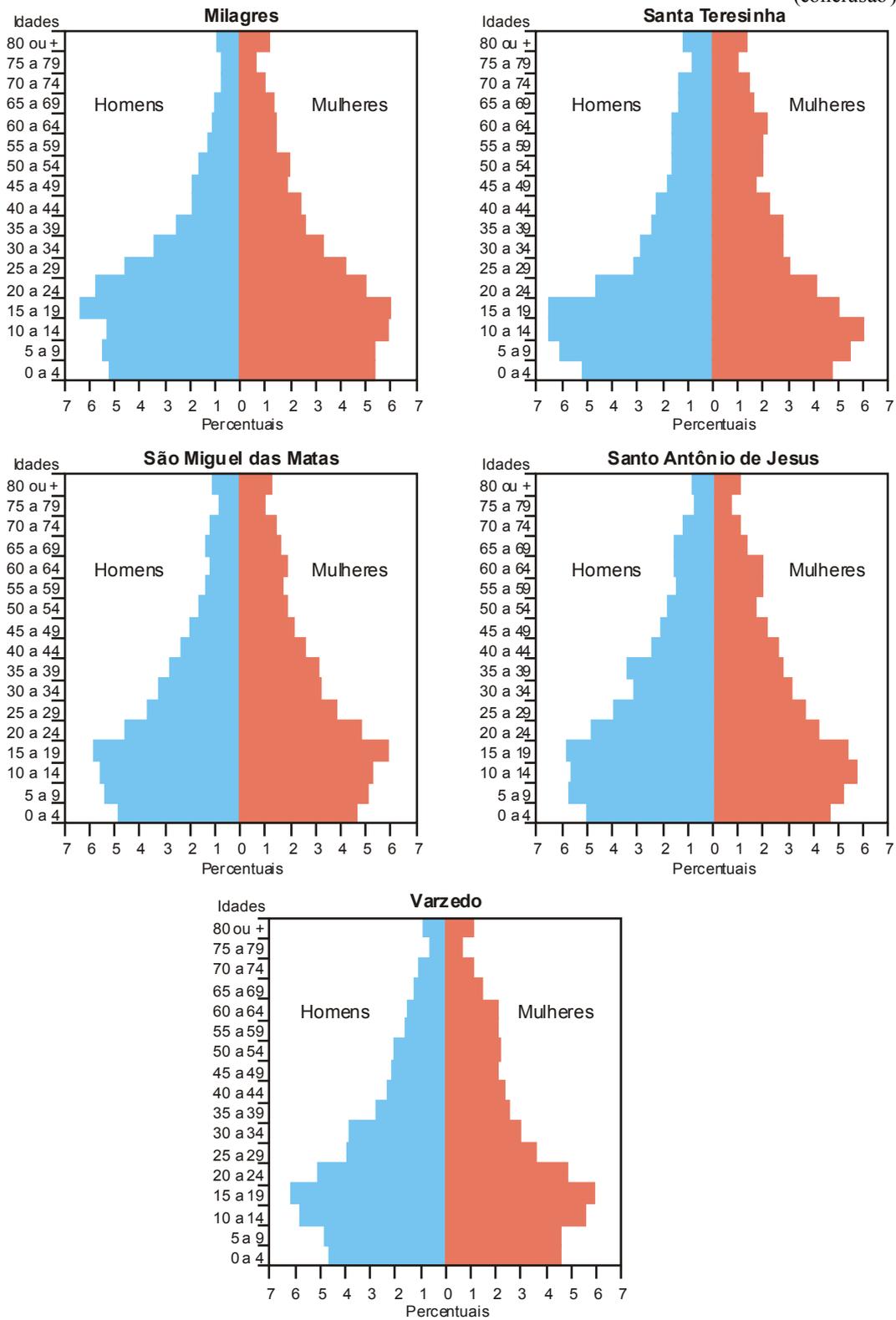
A Figura 52 ilustra, em grupos quinqüenais de idade, a migração da população ativa entre 20 e 30 anos, em quase todos os municípios da região, especialmente em Santa Teresinha.

Figura 52
Região de Amargosa – Municípios – População por gênero e idade – 2000
(continua)



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2000.*

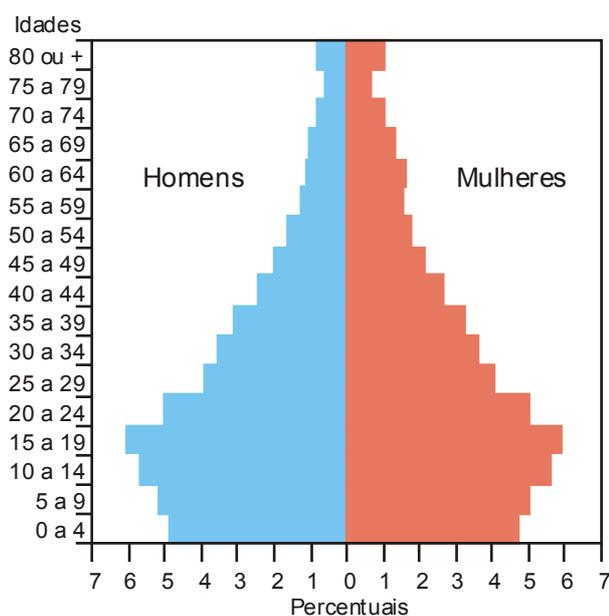
Figura 52
Região de Amargosa – Municípios – População por gênero e idade – 2000
 (conclusão)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Nota-se que há um padrão regional para a estrutura etária da população. Como cada município tem seu peso demográfico diferenciado, a figura 53, com a pirâmide etária regional, em que o estreitamento da base em relação ao grupo de 15 a 19 anos é sintoma da regressão das taxas de natalidade e queda da fecundidade, com a conseqüente redução da média de filhos por mulher.

Figura 53
Região de Amargosa
População por gênero e idade – 2000



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1970, 2000.

Isto tem um impacto direto na reposição da mão-de-obra. Esta situação se agrava nos municípios de Elísio Medrado e Santa Teresinha, no qual a natalidade tem caído mais rapidamente. Amargosa e Santo Antônio de Jesus são os casos mais semelhantes à estrutura regional, haja visto que são os mais populosos e os mais urbanizados, como poderá ser visto a seguir.

A série de figuras acima traduz graficamente a estrutura etária da região e dos seus componentes geográficos. A semelhança entre as figuras denota um padrão existente, com variações muito pontuais, caracterizando casos extremos, a exemplo de Elísio Medrado, com o maior percentual de idosos em sua população. Amargosa está dentro da média regional de população jovem (abaixo de 15 anos), assim como São Miguel das Matas e Santo Antônio de Jesus. Estas e outras informações podem ser analisadas na Tabela 6 a seguir, contendo índice de envelhecimento (percentual de idosos com mais de 65 anos sobre as crianças com

menos de 15 anos) e razão de dependência (percentual de idosos mais crianças sobre os adultos entre 15 e 64 anos).

**Tabela 6 Região de Amargosa – Municípios
Distribuição da população por grandes grupos etários,
índice de envelhecimento e razão de dependência – 2000**

Municípios	Faixas etárias (em anos)			Índice de envelhecimento	Razão de dependência
	0 a 14	15 a 64	65 e mais		
Região de Amargosa	30,98	61,62	7,40	23,89	62,28
Amargosa	30,80	59,56	9,64	31,30	67,89
Brejões	33,91	59,01	7,08	20,89	69,47
Elísio Medrado	28,80	60,62	10,57	36,70	64,95
Laje	34,15	59,38	6,47	18,96	68,41
Milagres	32,56	60,16	7,28	22,35	66,21
Santa Teresinha	33,99	56,06	9,95	29,26	78,38
Santo Antônio de Jesus	29,28	64,70	6,01	20,53	54,55
São Miguel das Matas	31,93	59,76	8,31	26,04	67,33
Varzedo	30,04	61,89	8,07	26,87	61,57

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1970, 2000.

Antes de detalhar a leitura da tabela acima, cabe mencionar que o índice de envelhecimento do Brasil é de 19,77 e o da Bahia é de 17,94. Portanto, a região inteira está bem além destes valores, com uma parcela significativa de população em idade pensionista (acima de 65 anos), em relação à idade escolar (abaixo de 15 anos). É uma característica comum a todos os municípios da região que os idosos e crianças sejam numerosos em detrimento dos adultos, o que evidencia fortes processos de migração da população em idade economicamente ativa. No Brasil, a migração é um fenômeno eminentemente rural, o que causa o despovoamento do campo e expansão rápida das cidades, como pode ser constatado na Tabela 7.

Com base na Tabela 7, é possível afirmar que a região passou por um processo urbanização bastante intenso, dobrando a sua taxa num período de 30 anos. No entanto, esta urbanização é pontual, restrita às cidades de Amargosa, Milagres e, principalmente, Santo Antônio de Jesus, que, juntas, respondem por mais de 80% da população urbana regional, desde a década de 1970. O restante dos municípios são eminentemente rurais, com destaque para Santa Teresinha, que tem a menor taxa de urbanização (6,25% em 1970 e 21,38% em 2000) e Laje, que tem o maior contingente de população no campo (quase 15 mil pessoas em 2000). Ao contrário da zona urbana, os habitantes da zona rural encontram-se melhor distribuídos entre os municípios, haja vista que, tanto Amargosa quanto

Laje, Santo Antônio de Jesus e Brejões têm mais de 10 mil pessoas morando no campo.

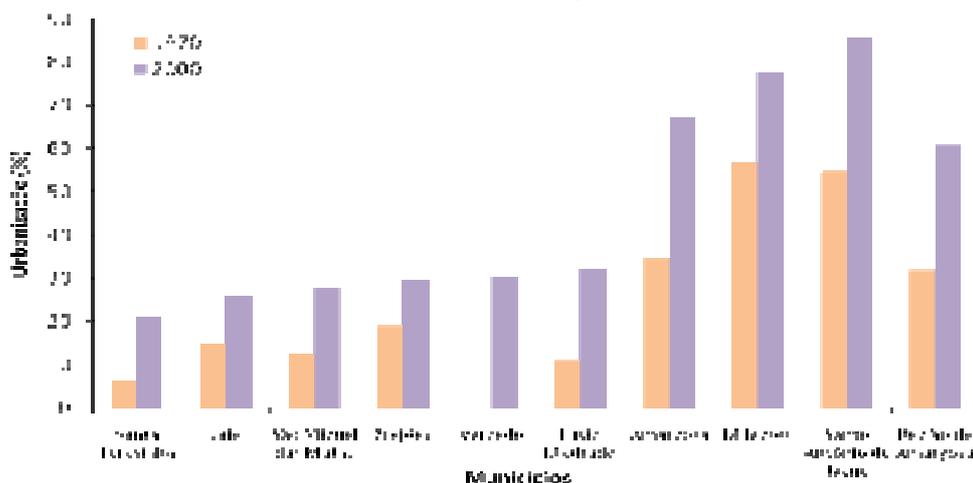
Tabela 7 Região de Amargosa – Municípios
População por situação de domicílio e taxa de urbanização – 1970 e 2000

Município	1970				2000			
	Total	Urbana	Rural	Urbanização (%)	Total	Urbana	Rural	Urbanização (%)
Região de Amargosa	133.536	42.492	91.044	31,82	190.737	115.946	74.791	60,79
Amargosa	24.443	8.417	16.026	34,44	31.108	20.884	10.224	67,13
Brejões	9.920	1.871	8.049	18,86	15.344	4.568	10.776	29,77
Elísio Medrado	8.628	948	7.680	10,99	7.860	2514	5.346	31,98
Laje	14.635	2.200	12.435	15,03	19.601	5.118	14.483	26,11
Milagres	8.864	5.005	3.859	56,46	12.067	9.359	2.708	77,56
Santa Teresinha	16.879	1.055	15.824	6,25	8.696	1.859	6.837	21,38
Santo Ant. de Jesus	39.726	21.693	18.033	54,61	77.368	66.245	11.123	85,62
São M. das Matas	10.441	1.303	9.138	12,48	10.020	2.772	7.248	27,66
Varzedo	–	–	–	–	8673	2627	6046	30,29

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1970, 2000.

Para visualizar graficamente a evolução da urbanização na região, a figura 54 com a plotagem dos valores da tabela 7, para proporcionar um panorama geral desse processo que atingiu não só Amargosa, como todo o Brasil nesse período de 1970 até a atualidade.

Figura 54 Região de Amargosa
Taxa de urbanização – 1970 e 2000

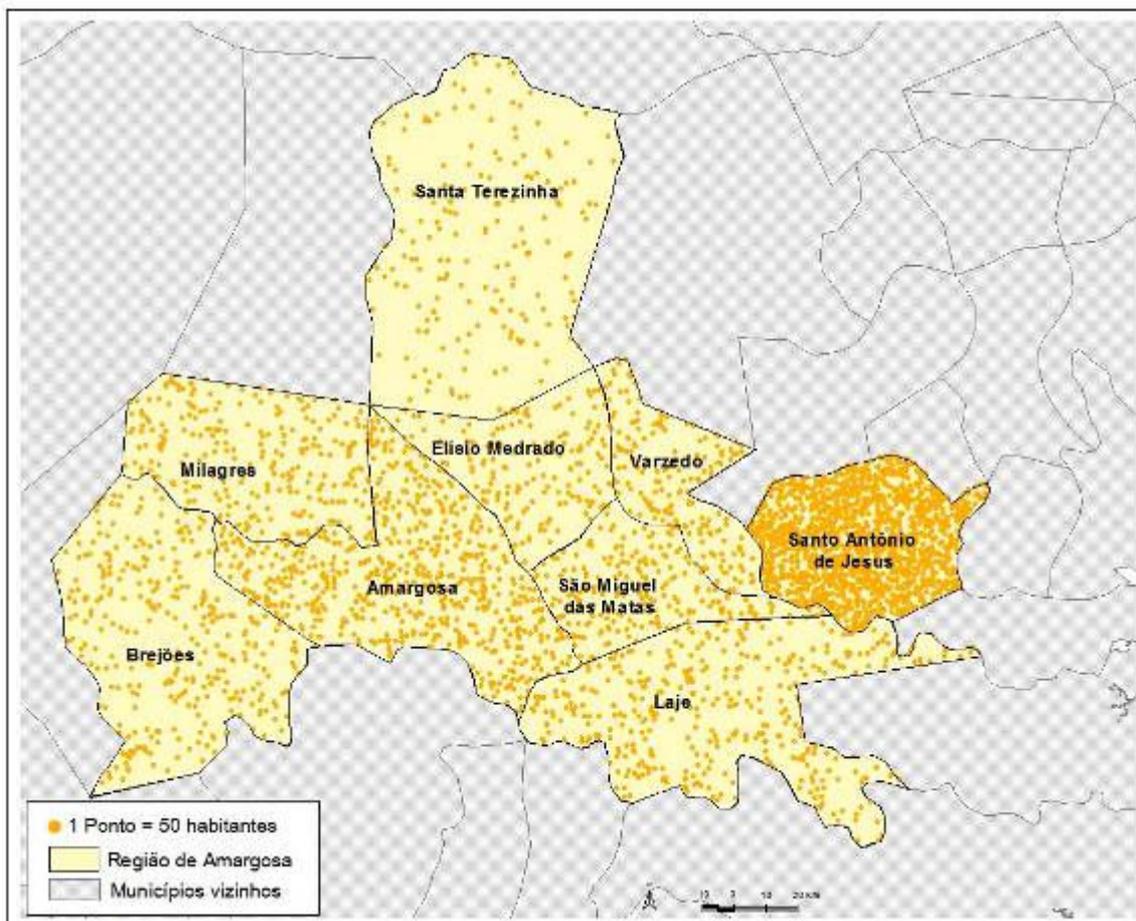


Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1970, 2000.

Através da espacialização do fenômeno populacional da região, na figura 55 notamos que existem três zonas de povoamento. A primeira é Santo Antonio de Jesus com grande contingente de habitantes em oposição a Santa Teresinha, com uma pequena quantidade de pessoas distribuídas por uma extensa

zona. A zona de povoamento restante corresponde a Amargosa e aos demais sete municípios da região.

**Figura 55 Região de Amargosa – Municípios
Distribuição do povoamento – 2000**



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2000*.

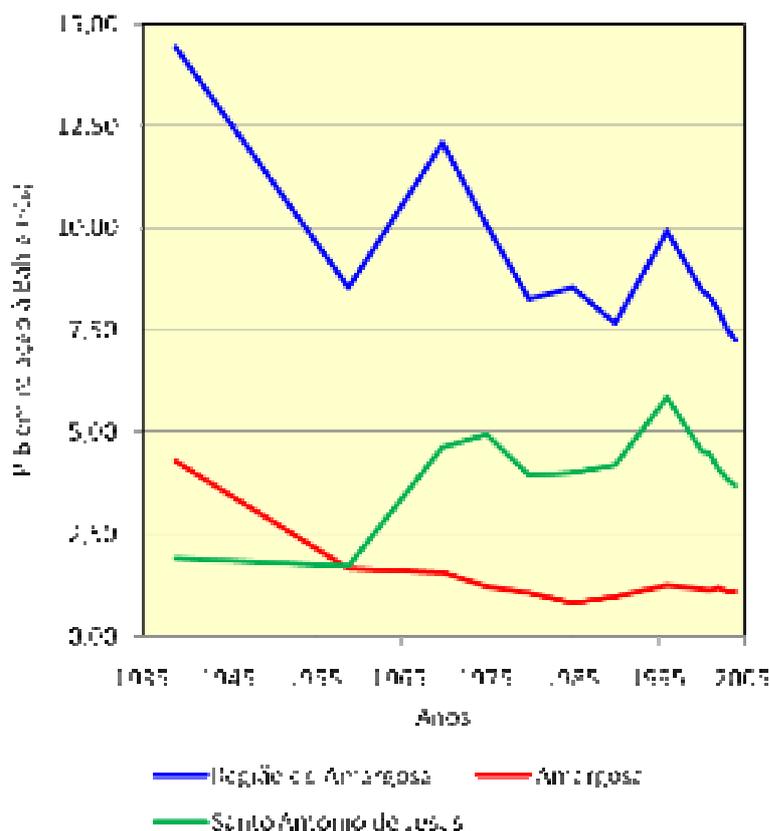
O quadro da população da região apresenta, em termos gerais, um cenário de estagnação, com tendências sazonais ao declínio, até a década de 1970, e de crescimento lento, até os dias atuais. A exceção é Santo Antônio de Jesus, que tem crescimento demográfico alavancado na segunda metade do século XX, e que está intrinsecamente ligado a fenômenos econômicos, políticos e sociais que afetam a organização geográfica do espaço regional de Amargosa.

4.2. Economia regional

Antes de analisar o cenário econômico regional atual de Amargosa, é essencial que haja um entendimento da realidade das estruturas e dos processos econômicos pretéritos da Bahia. Com base em dados do Instituto de pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA) e do IBGE, foi possível construir uma série histórica da participação da economia regional no produto interno bruto baiano, que está ilustrado no gráfico da figura 56 a seguir.

Figura 56 Região de Amargosa
Participação regional no PIB do Estado da Bahia (‰) – 1939/2004



Fonte dos dados: IPEA. *Contas Nacionais*, 1939/1996. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*, 1999-2004. Elaboração: Robson Lins e Araori Coelho.

Sobre a fonte dos dados para o gráfico, o IPEA calculou o PIB de 1939 a 1996 a preço constante, com referência no dólar de 1998. Para os anos de 1999 a 2004, o preço constante é referenciado em reais do ano 2000. O importante verificado com estes dados não é o seu valor absoluto, mas sim a parcela que cada município contribui para a formação da economia baiana, como forma de mostrar a importância da região de Amargosa dentro do Estado.

De 1939 a 1959 Amargosa perde participação significativa na economia baiana, ficando estabilizada e com leve tendência ao declínio, recuperando-se lentamente a partir da década de 1980. Simultaneamente, Santo Antônio de Jesus desponta a partir da década de 1960 como um centro econômico

regional, subordinando completamente a dinâmica de toda a região, que vai acompanhar seu declínio e ascensão alternadamente, como está explícito no gráfico acima.

Neste período de 65 anos houve o crescimento e diversificação da economia brasileira, com o avanço do povoamento para o interior, o que provocou a divisão municipal em todo o espaço nacional, evento este que teve impacto direto na participação dos municípios da região de Amargosa no universo da economia baiana. Nesta época, Santa Teresinha deu origem a três municípios: Itatim, Iaçú e Elísio Medrado, que levaram mais de 3.200 km², ou seja, 82% dos 3.900 km² originais deste grande município do sertão, como foi visto no capítulo III, na seção de características ambientais da região.

A Tabela 8 ilustra como Amargosa e seus oito vizinhos contribuem para a formação do PIB estadual ao longo da história. Como a economia regional é inexpressiva no Estado, os valores não estão expressos por cento, mas por milhar (‰).

Como as sucessivas ondas de criação de novos municípios levaram Amargosa, assim como outros mais antigos, a perder relevância econômica e política no Estado, sendo que o caso mais grave de decadência econômica é o de Santa Terezinha, o mais antigo da região, que respondia por 5,47‰ do PIB da Bahia, caindo 39 vezes a sua participação, chegando a 0,14‰, recuperando-se debilmente a 0,24‰.

Em 1924, Amargosa perde o distrito de Brejões por motivo de sua emancipação, que na época levou consigo o distrito de Nova Itarana, que, por sua vez, foi emancipado em 1962. Em 1939, Milagres ainda estava agregado a Amargosa sob o status político de distrito, sendo desmembrado em 1961, quase que simultaneamente com Nova Itarana. A abertura da BR-116 motiva esta evolução político-administrativa, pois, a acessibilidade a esta região proporciona a sua ocupação e o uso mais intensivo das fazendas em seu entorno. Estando localizada entre as cidades de Jequié e Feira de Santana, Amargosa está precariamente conectada a este vetor rodoviário, assim como da BR-101.

Tabela 8
Região de Amargosa – Municípios
Participação no Produto Interno Bruto do Estado da Bahia – 1939/2004

Bahia, Região de Amargosa e Municípios	Participação no PIB do Estado (‰)						
	1939	1959	1970	1980	1990	2000	2004
Bahia	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Região de Amargosa	14,44	8,53	12,06	8,26	7,64	8,48	7,26
Amargosa	¹ 4,29	1,63	1,56	1,06	0,94	1,15	1,07
Brejões	² 0,83	1,15	0,93	0,91	1,20	0,66	0,54
Elísio Medrado	–	0,88	0,56	0,27	0,16	0,24	0,24
Laje	1,28	0,78	2,16	0,46	0,26	0,77	0,56
Milagres	–	1,15	0,83	0,55	0,35	0,31	0,27
Santa Teresinha	³ 5,47	0,89	0,42	0,50	0,14	0,22	0,24
Santo Ant. de Jesus	⁴ 1,88	⁴ 1,72	⁴ 4,63	⁴ 3,93	⁴ 4,18	4,51	3,68
São Miguel das Matas	0,69	0,33	0,97	0,57	0,34	0,39	0,43
Varzedo	–	–	–	–	–	0,24	0,23

Fonte dos dados: IPEA. *Contas Nacionais*, 1939/1996. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*, 1999-2004. Elaboração: Robson Lins e Araori Coelho. Observações: (1) Inclui o município de Milagres. (2) Inclui os municípios de Itatim, Elísio Medrado e Iaçú. (3) Inclui o município de Nova Itarana. (4) Inclui o município de Varzedo.

Em relação aos setores da economia, destaca-se a pecuária leiteira, que teve seu incentivo nos anos 1970/1980 do século XX. Santos (1963) já alertava que a substituição das lavouras pela pecuária resultaria na concentração da posse da terra e conseqüente migração da população, fato este que ainda é uma tônica da região. Atualmente, aproximadamente 60% da população ativa da região está inserida no setor primário, produzindo na agricultura de subsistência, como a mandioca, a banana, o milho, o feijão e o amendoim, aparecendo ainda o cacau, o café, o fumo, a cana-de-açúcar, como pode ser observado na tabela 9, que enumera toda a produção registrada pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de 2005, o mais recentemente publicado pelo IBGE.

Com base nos dados da Tabela 9, tem-se 23 culturas registradas na região, de um total de 65 pesquisadas em todo o Brasil e 42 na Bahia. Nenhum produto está presente em todos os municípios, porém, os mais abrangentes são a mandioca, o milho, o feijão e a banana que se caracterizam como de subsistência, de modo geral.

**Tabela 9: Região de Amargosa – Culturas
Produção agrícola – 2005**

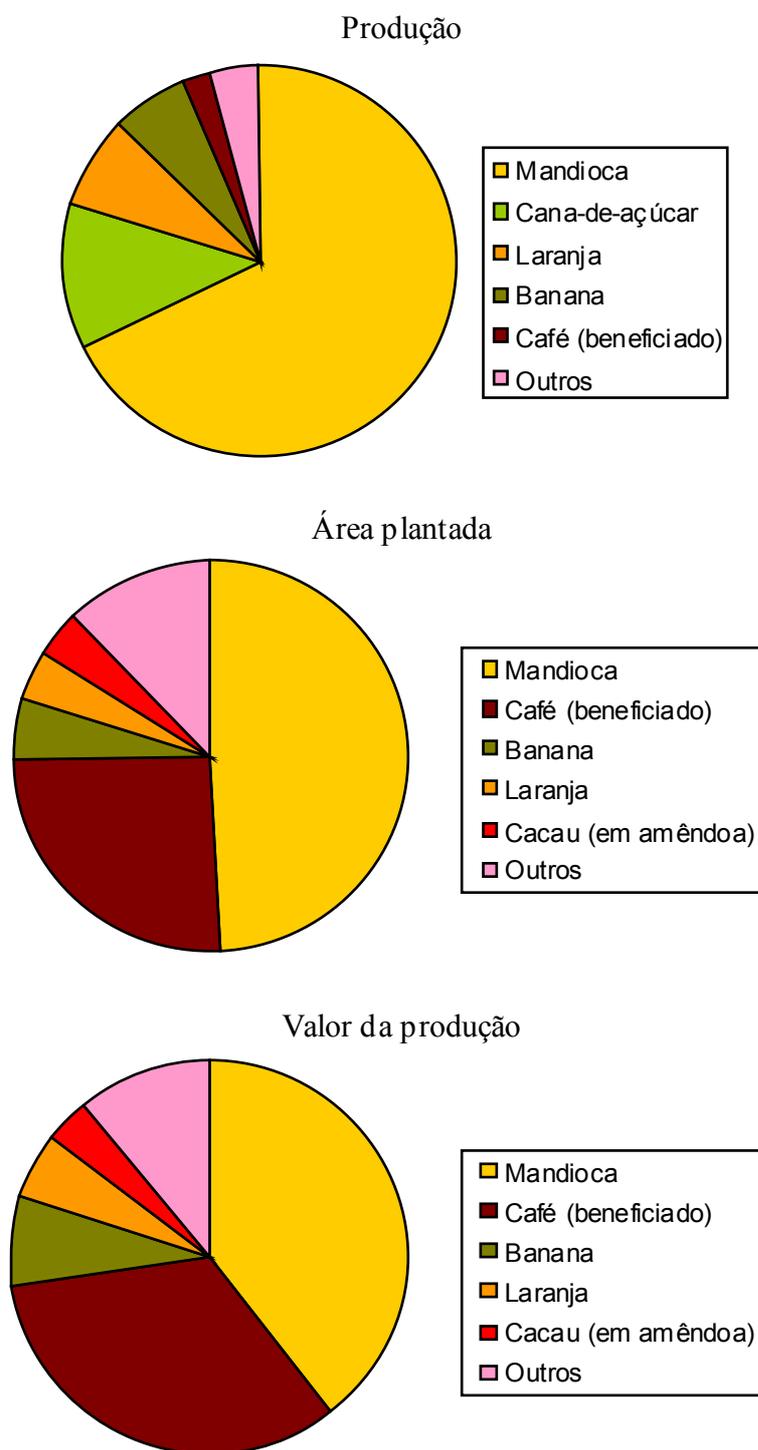
Cultura	Nº de ocorrência na região.	Área plantada		Produção		Valor da produção	
		Hectares	% da região	Toneladas	% da região	Mil reais	% da região
Abacaxi*	5	77	0,25	1.165	0,35	384	0,57
Amendoim (em casca)	6	313	1,00	297	0,09	105	0,16
Banana	7	1.550	4,96	20.799	6,18	5.049	7,46
Batata-doce	5	23	0,07	137	0,04	50	0,07
Cacau (em amêndo a)	5	1.195	3,82	717	0,21	2.438	3,60
Café (beneficiado)	6	8.002	25,61	7.620	2,27	22.529	33,30
Cana-de-açúcar	4	615	1,97	40.305	11,98	1.662	2,46
Castanha de caju	2	123	0,39	50	0,01	45	0,07
Côco-da-baía*	4	55	0,18	217	0,06	66	0,10
Feijão (em grão)	8	789	2,53	548	0,16	695	1,03
Fumo (em folha)	2	35	0,11	27	0,01	78	0,12
Laranja	5	1.350	4,32	26.102	7,76	3.638	5,38
Limão	3	19	0,06	250	0,07	37	0,05
Mamão	2	10	0,03	99	0,03	22	0,03
Mamona (baga)	2	49	0,16	30	0,01	18	0,03
Mandioca	8	15.334	49,08	227.436	67,62	26.626	39,36
Maracujá	5	191	0,61	2.351	0,70	1.766	2,61
Melancia	1	12	0,04	205	0,06	28	0,04
Milho (em grão)	8	521	1,67	444	0,13	147	0,22
Sisal ou agave (fibra)	3	637	2,04	452	0,13	545	0,81
Tangerina	3	283	0,91	5.273	1,57	720	1,06
Tomate	1	47	0,15	1.654	0,49	678	1,00
Uva	2	15	0,05	185	0,06	328	0,48
Total	9	31.245	100,00	336.363	100,00	67.654	100,00

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal 2005. (*) Produção em mil frutos. Elaboração: Robson Lins.

Para melhor visualizar os produtos mais relevantes para a economia regional, segue o gráfico da figura 57, que enfatiza a participação das cinco principais culturas em termos de valor, área plantada e volume da produção dentre os nove municípios da área de estudo.

Este gráfico mostra de maneira incontestável como a mandioca é representativa para na região de estudo, apesar de ocupar aproximadamente metade da superfície cultivada, dois terços do volume das colheitas e apenas dois quintos da riqueza gerada. Por outro lado, o café, que ocupa um quarto da área plantada, tem um peso econômico um pouco menor que o da mandioca.

Figura 57 Região de Amargosa
As cinco principais produtos agrícolas – 2005



Fonte: IBGE. *Produção Agrícola Municipal 2005*.

Vale ressaltar a existência de outro pólo cafeeiro em pleno desenvolvimento na região das Serras Marginais, tendo como centro de referência o município de Brejões. Este pólo se estende para Amargosa e áreas limítrofes, em

que constatarem investimentos recentes, comprovados pelas extensas áreas com novos cafezais, confirmando a tendência de crescimento da cultura. Em Brejões, o café ocorre associado à pastagem, que é predominante e em alguns trechos ao maracujá, ocupando pequenas parcelas.

Das várias formas de comercialização dos produtos regionais oriundos do setor primário, a mais usual é a feira-livre, destacando-se Amargosa e Santo Antônio de Jesus como centros de convergência dessa cadeia econômica, envolvendo produtores, intermediários, caminhoneiros e outros agentes. Segundo a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico do município de Amargosa, o processo de comercialização na região apresenta características comuns a outras do estado. A participação do Estado e das Organizações dos Produtores, visando orientar o processo, é insuficiente. As atividades de controle de preço no âmbito dos produtores e consumidores via política de preços mínimos e estoques reguladores são poucas acionadas, além de existir uma total desinformação do produtor em relação a esses serviços, ficando na dependência de preços ditados por grupos controladores do mercado. O resultado é a baixa remuneração da atividade produtiva.

Tendo-se em mente esta visão sobre relevância dos produtos agrícolas na região, cabe agora abordar este tema pela ótica dos municípios e sua economia rural na região, como pode ser analisado na tabela 10 a seguir.

Brejões, com seus mais de 23 milhões de reais gerados pelas plantações, é a maior economia agrícola regional, respondendo por mais de um terço das divisas criadas pelo setor. São Miguel das Matas vem em segundo lugar, com um quarto da geração de riqueza agrícola regional, ou seja, 17 milhões de reais. Amargosa e Santo Antônio de Jesus são o terceiro e quarto lugar, com 10 milhões e 7 milhões, respectivamente, sendo que este último tem praticamente a mesma área plantada de Brejões, mesmo tendo uma produção mais diversificada.

Recentemente, com a delimitação dos territórios de identidade do Governo Federal, o poder público da união tem promovido ações que visam o desenvolvimento do meio rural. Com isto, o volume de crédito rural concedido a pequenos produtores vem crescendo paulatinamente, para suprir necessidades de custeio e investimento dos micro produtores. A Caixa Econômica Federal, juntamente com o Governo do Estado, vem implementando o consórcio do Vale

do Jiquiriçá, tentando promover o desenvolvimento os potenciais agrícolas da região. Mais adiante este projeto será mais bem detalhado.

**Tabela 10 Região de Amargosa – Municípios
Produção agrícola – 2005**

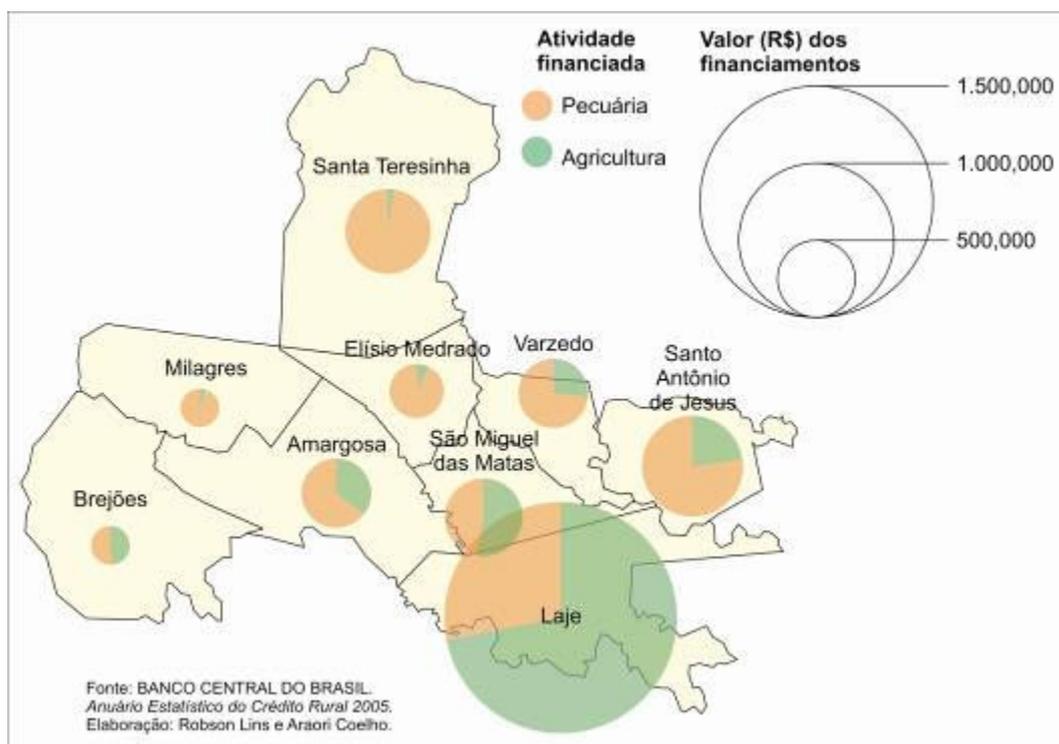
Municípios	Cul- turas	Área plantada (ha)		Produção		Valor da produção	
		Hectares	% da região	Toneladas	% da região	Mil reais	% da região
Amargosa	16	5.696	18,23	71.858	21,30	12.039	17,79
Brejões	10	8.462	27,08	20.710	6,14	23.042	34,06
Elísio Medrado	13	1.404	4,49	17.600	5,22	3.196	4,72
Milagres	5	542	1,73	3.989	1,18	471	0,70
Santa Terezinha	11	668	2,14	2.884	0,85	618	0,91
Santo Antônio de Jesus	16	3.963	12,68	61.365	18,19	7.863	11,62
São Miguel das Matas	14	8.671	27,75	134.375	39,83	17.112	25,29
Varzedo	12	1.839	5,89	24.600	7,29	3.313	4,90
Região de Amargosa	23	31.245	100,00	337.380	100,00	67.654	100,00

Fonte: IBGE. *Produção Agrícola Municipal 2005*. Elaboração: Robson Lins.

O mapa da figura 58 a seguir ilustra o crédito rural (agrícola e da pecuária) concedido aos municípios da região de Amargosa. Com base em dados do Banco Central do Brasil, a maior parte do dinheiro injetado na região está empenhado na pecuária, mostrando que há um esforço maior para promover as atividades de criação de animais, que certamente mostra-se mais lucrativa do que as plantações. A exceção é Laje – o maior beneficiado, recebendo mais de 1 milhão de reais em um ano – e São Miguel das Matas.

A pecuária extensiva é a principal atividade econômica do médio e grande produtor rural, sendo a leiteira intensiva, inserida nos municípios nos anos 1970. O mapa da figura 59 espacializa a bovinocultura na região de Amargosa, com o total dos rebanhos efetivos municipais e a produção de leite que é beneficiada pelas micro-usinas de produtores ou comprada por usinas em Amargosa, Salvador e Cachoeira. Atualmente, esta atividade tem passado por grandes dificuldades devido ao custo dos insumos, grande parte dos produtores inclusive já abandonaram a atividade.

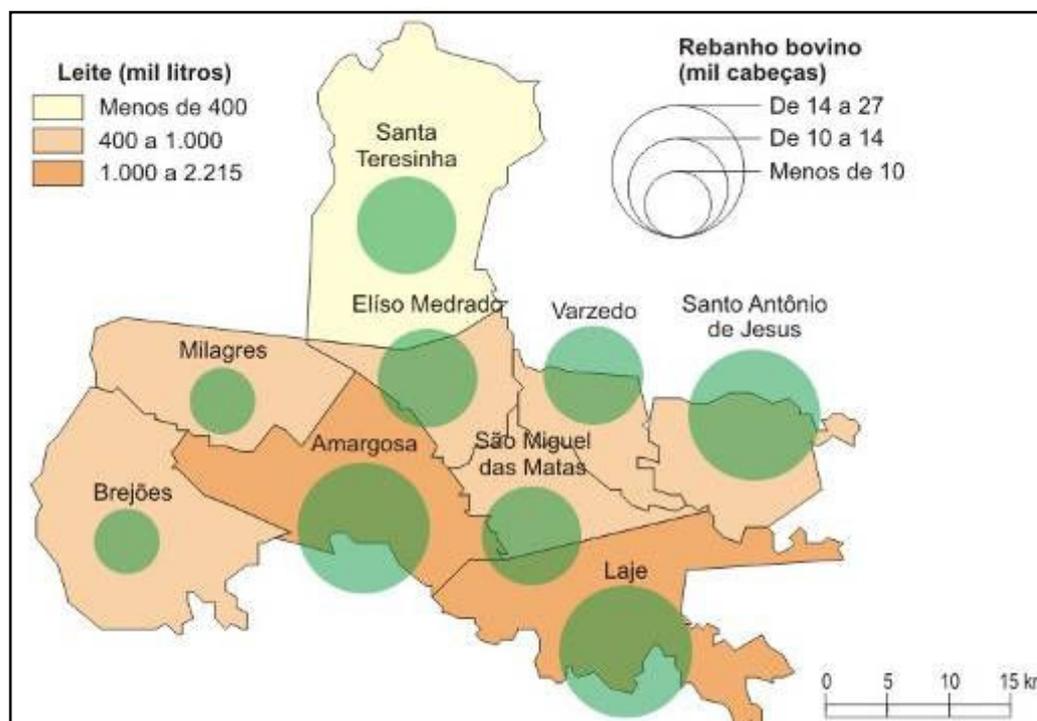
**Figura 58 Região de Amargosa – Municípios
Crédito Rural – 2005**



A configuração espacial regional desta atividade está concentrada em Amargosa (com 27 mil cabeças, o 121º maior rebanho da Bahia) e Laje (com 18 mil cabeças), que possuem o maior rebanho, juntamente com Santo Antônio de Jesus (15 mil cabeças). A região totaliza 124 mil bois, ou seja, o mesmo que o município de Itarantim, no sudoeste do Estado, seu 7º maior efetivo baiano, que corresponde a 1,18% dos mais de 10,5 milhões do total do Estado. Atualmente, Amargosa e seus vizinhos não possuem relevância na pecuária baiana.

As 21 mil vacas ordenhadas na região forneceram 7.259 litros de leite, ou seja, 1,18% dos 650 mil litros feitos em toda a Bahia, que, por sua vez, responde por nada mais que 2% do total brasileiro (32,5 milhões de litros). Laje tem o maior rebanho leiteiro, com 6,8 mil vacas registradas pela pesquisa trimestral do leite, parte integrante do LSPA anteriormente mencionado e da Pesquisa Pecuária Municipal.

Figura 59 Região de Amargosa – Municípios
Produção da pecuária leiteira e rebanho bovino – 2005



Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal 2005. Elaboração Robson Lins e Araori Coelho

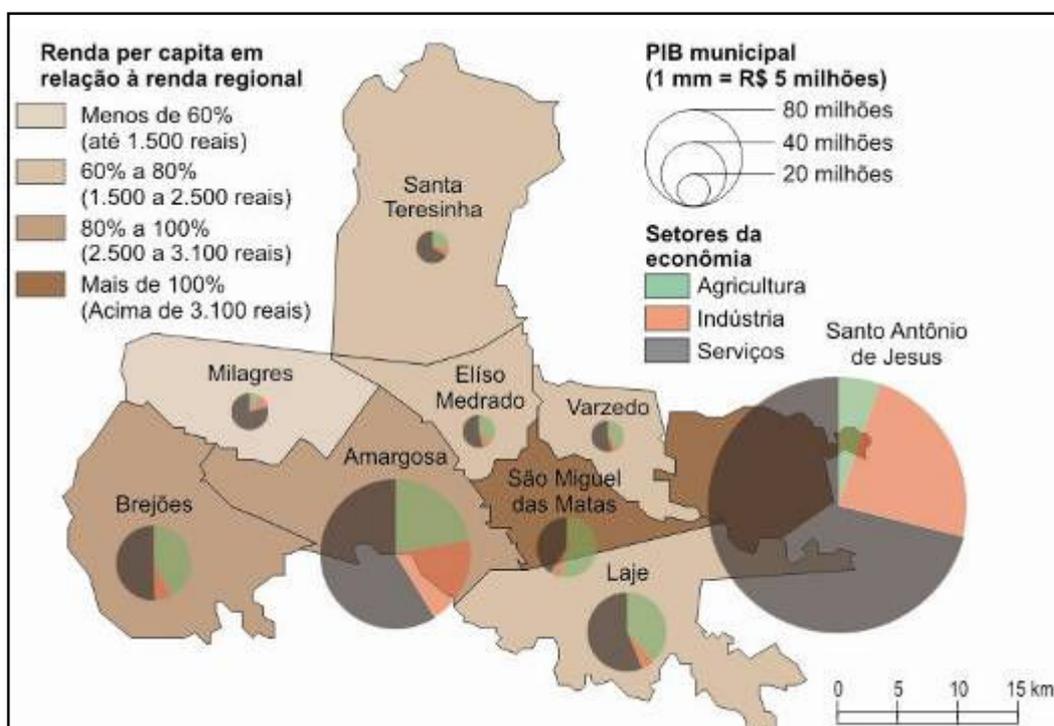
Com tudo, o que foi mencionado e analisado até então, tem-se a falsa impressão de que Amargosa e seus vizinhos constituem-se numa região rural, quando na verdade sua base econômica está fincada nos serviços, como pode ser observado no mapa da figura 60, com a renda per capita municipal em relação à renda regional, ao PIB dos municípios e a contribuição de cada setor da economia na formação do PIB.

A região evidencia liderança persistente do setor terciário, em quase todos os municípios que a compõe, exceto em São Miguel das Matas, em que setor primário tem um peso maior. Os dois principais destaques da região são os municípios de Santo Antonio de Jesus e Amargosa um PIB estimado acima de 80 milhões.

O setor secundário apresenta-se com um reduzido número de indústrias, a maioria de pequeno porte, com a produção consumida no município e em outros circunvizinhos, refletido na baixa participação do PIB. No município de Amargosa podemos destacar a recente implantação do pólo calçadista em parceria

com Sudic e a instalação da Daiby, que fabrica sapatos femininos para exportação e emprega aproximadamente 400 pessoas.

**Figura 60 Região de Amargosa – Municípios
PIB por setor da economia e renda *per capita* municipal
em relação à renda regional – 2004**



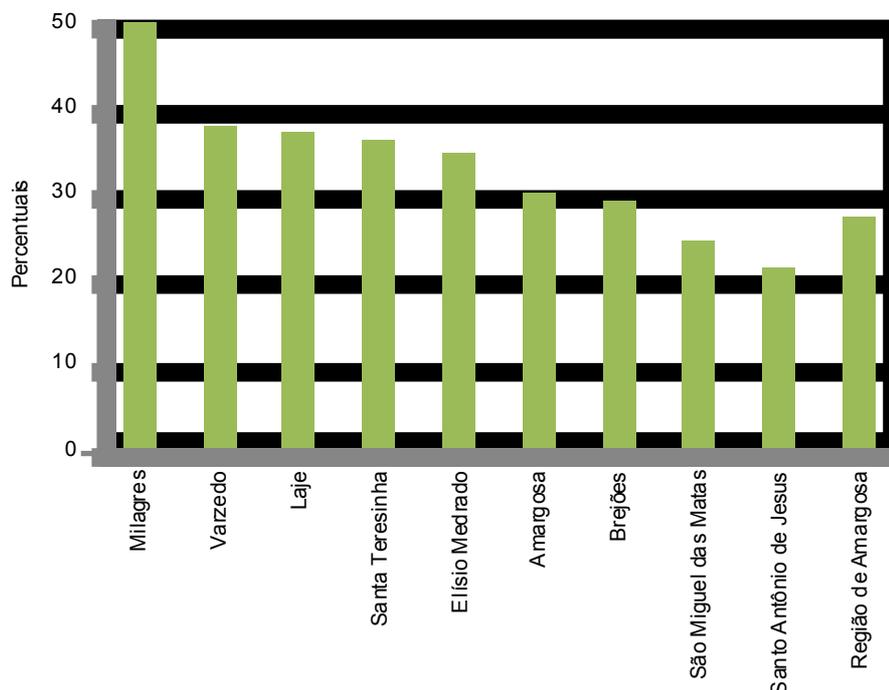
Fonte: IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios – 2004*. Elaboração Robson Lins e Araoni Coelho

**Tabela 11: Região de Amargosa – Municípios
Participação do PIB por setor da economia – 2005**

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviço
Amargosa	22,30	18,93	58,77
Brejões	42,27	7,36	50,37
Elísio Medrado	36,34	9,30	54,36
Laje	38,98	4,87	56,16
Milagres	9,72	10,60	79,68
Santa Teresinha	25,38	9,21	65,42
Santo Antônio de Jesus	5,18	23,67	71,16
São Miguel das Matas	53,77	5,25	40,98
Varzedo	38,84	6,99	54,17
Região de Amargosa	19,03	17,19	63,78

Fonte: IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios – 2004*.

Figura 61 Região de Amargosa – Municípios
Percentual de dependência da economia municipal
a administração pública – 2004



Fonte: IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios – 2004*.

A figura 61 acima mostra o estágio de vício das economias municipais na administração pública, incluindo a federal, estadual e local. Milagres é o caso mais grave, com 50% de dependência do dinheiro público, seguida por Varzedo, Laje, Santa Teresinha e Elísio Medrado, com mais de um terço de sua economia rotulada como setor público.

A região tem um índice de dependência acima de 25%, traduzindo baixo dinamismo na economia regional. A maior parte da produção, nos três setores da economia possui caráter doméstico, ou seja, os que visam garantir o mercado local não inserindo a região em que um contexto econômico maior (global ou mesmo estadual), como outrora já esteve incluída com o café no século XIX e começo do XX.

4.3 Equipamentos funcionais e hierarquia dos centros

Na busca de estabelecer uma hierarquia urbana ou uma diferenciação entre as cidades que compõe a Região de Amargosa, se fez necessário analisar as combinações de elementos essenciais que possibilitasse diagnosticar seu sistema urbano-regional. Corrêa (2000) aponta como variáveis-chaves para a análise das redes urbanas: a gênese, localização, tamanho, densidade e funções dos centros urbanos, a natureza e o alcance das relações espaciais mantidas por esses centros. Operacionalizando algumas destas variáveis, é possível delinear o subsistema urbano-regional do recorte espacial estudado, identificando as principais cidades, suas funções e o papel que desempenham na região.

4.3.1 Tamanho da população das cidades

Considerando que o tamanho da população das cidades está diretamente ligado a sua importância no contexto regional, é possível, portanto, a partir deste critério, propor uma hierarquia urbana e especializá-la. Uma vez que a cidade é o centro distribuidor de bens e serviços, logo, quanto maior for a cidade, maior será o número de bens e serviços que distribui, ou seja, maior será sua área de influência.

Na tentativa de traçar um panorama regional de crescimento demográfico urbano e entender como ocorreu a evolução de cada cidade da Região de Amargosa nos últimos 60 anos, segue a tabela 12 e 13, que ilustram a população absoluta das cidades e quanto estas se multiplicaram no período entre 1940 e 2000. A partir desta análise, pode-se iniciar a discussão do papel de cada centro urbano no contexto regional.

Nota-se o quadro de desigualdade no crescimento das cidades, pois, casos muito díspares convivem lado a lado, cada um com sua dinâmica específica. Elísio Medrado é o mais notável em termos relativos, multiplicando a sua população 15 vezes em 60 anos. Porém, sua população passou de 156 para 2.308 pessoas, formando um núcleo urbano pouco expressivo na região.

Tabela 12
Região de Amargosa
População das cidades entre 1940 e 2000

(*) A partir de 1960.

(**) 1940 a 1980 Dados dos distritos. Elaboração: Robson Lins

Cidade	Intervalo de tempo em anos						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Amargosa	4264	4744	6059	7679	11111	14946	20928
Brejões	928	1162	1347	2075	2415	3352	4576
Elísio Medrado	156	115	800	768	887	1838	2308
Laje	1230	1326	1591	1750	2359	3068	3980
Milagres*	-	-	2005	4788	5522	6588	9495
Santa Teresinha	382	690	713	1093	1063	1378	1859
Stº. Antônio de Jesus	8518	11417	14902	21500	33741	52855	66219
São Miguel das Matas	1109	1086	1327	1315	1525	2040	2771
Varzedo**	533	422	584	671	872	1536	2424

Tabela 13
Região de Amargosa
Tempo em anos necessário para multiplicar a população entre 1940 e 2000

Cidade	Intervalo de tempo para multiplicar a população de 1940 (em anos)			
	2 vezes	3 vezes	4 vezes	5 vezes
Amargosa	32	44	54	-
Brejões	27	44	53	60
Elísio Medrado	12	14	17	19
Laje	40	56	-	-
Milagres*	8	25	38	-
Santa Teresinha	21	43	54	60
Santo Antônio de Jesus	23	33	39	45
São Miguel das Matas	52	-	-	-
Varzedo	43	51	57	-

Fontes dos dados: IBGE. *Censos Demográficos*, 1940/2000. Elaboração: Robson Lins e Araoni Coelho.

(*) A partir de 1960.

Santo Antônio de Jesus multiplicou seis vezes a sua população urbana em 60 anos, passando de 8.518 para 66.219 habitantes, constituindo-se um centro urbano dos mais importantes do Recôncavo Sul, principalmente a partir da década de 60 do século XX. Neste momento, Amargosa começa seu período de estagnação econômica que é refletido diretamente em sua zona urbana que leva um intervalo de 54 anos para quadruplicar sua população.

Para visualizar o crescimento absoluto destes aglomerados urbanos, fez-se a figura 64, com o eixo Y padronizado com um mínimo de 0 e um máximo de 20 mil habitantes. Santo Antônio de Jesus, que é uma cidade muito grande em

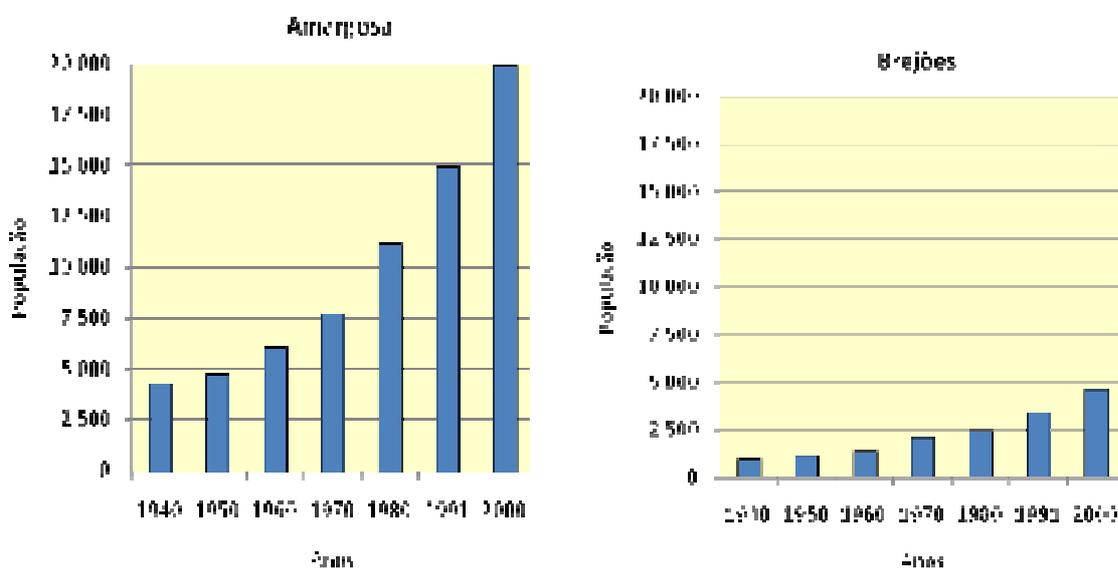
relação às demais, recebeu um gráfico à parte, com o eixo Y exagerado até 70 mil habitantes.

Ao analisar os gráficos, observa-se que a Região de Amargosa tem cidades muito pequenas, com um momento de crescimento rápido seguido por um período de estagnação ou com uma expansão lenta. Santo Antônio de Jesus e Amargosa, com 66 mil e 20 mil habitantes, respectivamente, despontam como as maiores, seguidas por Milagres, com seus 9 mil moradores. As demais não alcançam sequer cinco mil habitantes, sendo que a menor de todas é Santa Terezinha, justamente a aglomeração mais antiga da região.

O padrão de crescimento e tamanho da população das cidades sugere um panorama parecido com o encontrado por Santos em 1963. A região como um todo teve um crescimento populacional muito pequeno, refletindo diretamente em seus núcleos urbanos. O cenário não é mais agravante devido Santo Antonio de Jesus obteve um aumento considerável em sua população e principalmente no seu núcleo urbano.

Figura 62 Região de Amargosa
Evolução da população das cidades – 1940/2000

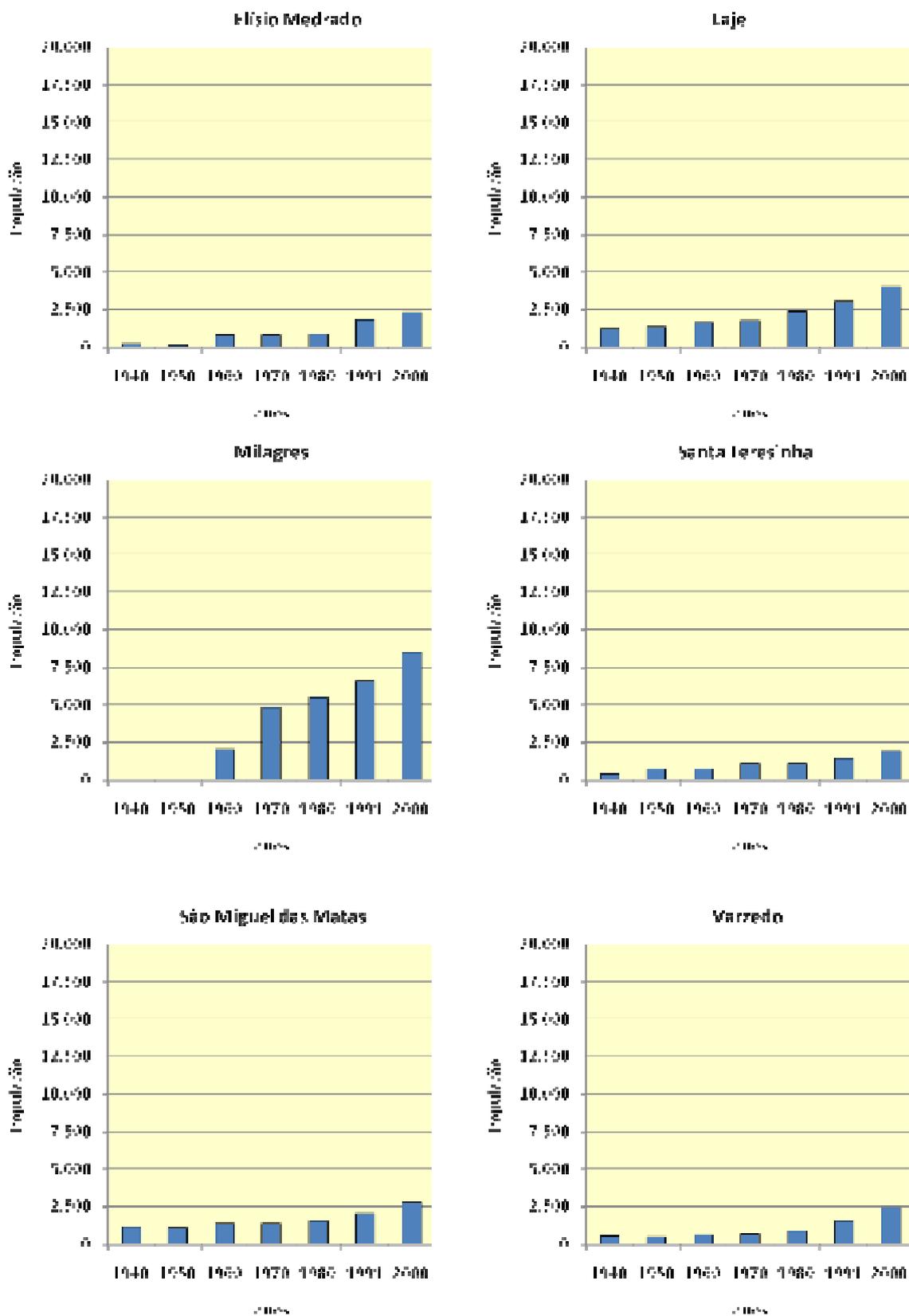
(continua)



Fontes dos dados: IBGE. Censos Demográficos. 1940/2000. Elaboração: Robson Lins e Araoni Coelho.

Figura 62 Região de Amargosa
Evolução da população das cidades – 1940/2000

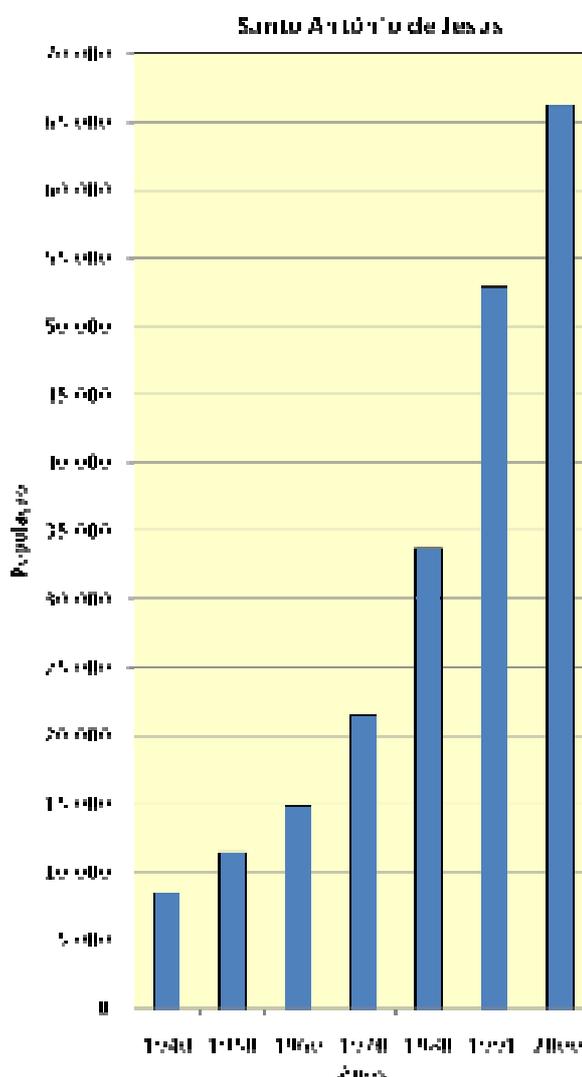
(continua)



Fonte dos dados: IBGE. Censos Demográficos. 1940/2000. Elaboração: Robson Lins e Araoni Coelho.

Figura 62 Região de Amargosa
Evolução da população das cidades – 1940/2000

(conclusão)



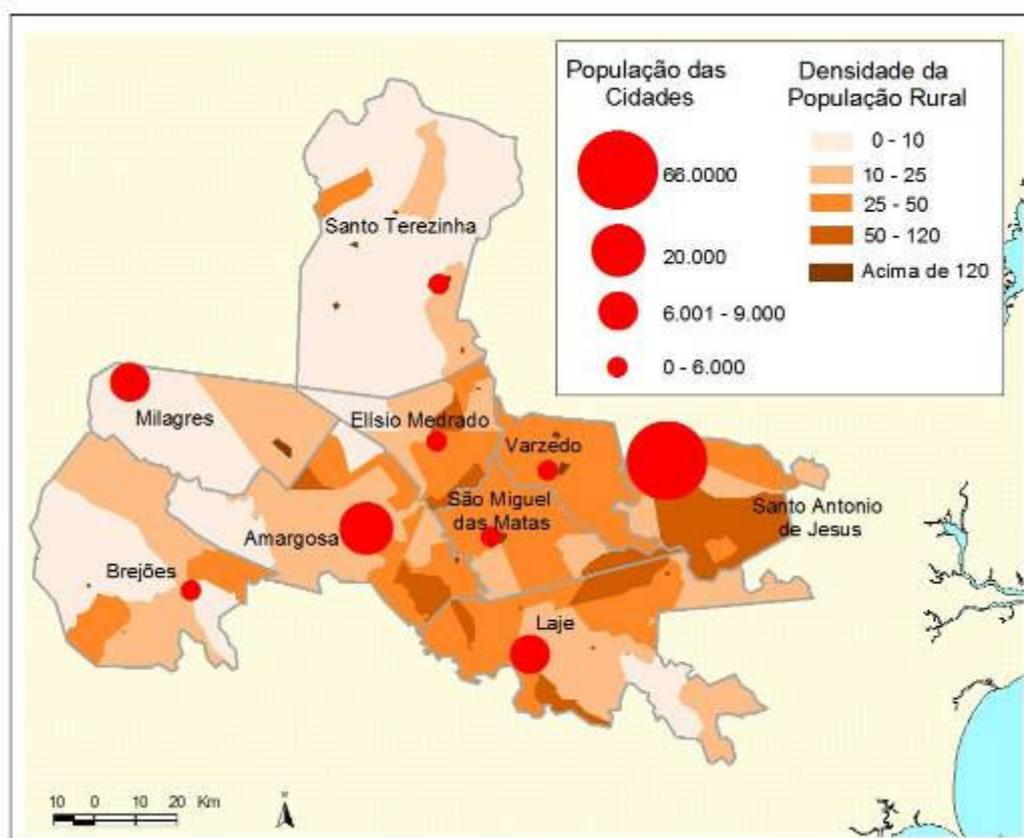
Fonte dos dados: IBGE. Censos Demográficos. 1940/2000. Elaboração: Robson Lins e Araori Coelho.

Esta configuração espacial pode ser observada através da figura 65 que consiste em um mapa na base de setor censitário, ratificando o tamanho atual das cidades e a densidade da população rural dos municípios da região. A partir de sua análise pode-se afirmar a existência de dois pólos populacionais atuando sobre demais municípios, Santo Antonio de Jesus e em menor escala Amargosa.

A elevada concentração da população rural próxima à cidade de Santo Antonio de Jesus sugere a capacidade de gravitação populacional que o mesmo exerce sobre a região. A diferença do tamanho da população entre os núcleos urbanos são bem significativas, uma vez que o primeiro possui três vezes

o tamanho do segundo, que tem o dobro do terceiro, revelando um forte desequilíbrio intra-urbano.

**Figura 63 Região de Amargosa
Tamanho das Cidades e Densidade Rural – 2000**



Fonte: IBGE, *Censo demográfico 2000*. Concepção. Cartográfica: Robson Lins

Pelo acima exposto, a estrutura urbana da região é reflexo da estagnação econômica sofrida durante o período identificado por Santos (1963). Portanto, cabe indagar sobre a importância de Amargosa neste contexto, pois, na dinâmica atual dos centros urbanos não houve mudanças significativas no conteúdo urbano exceto por Santo Antonio de Jesus que se transformou efetivamente em principal centro urbano.

Aparentemente, Amargosa possui um papel secundário ou complementar, no do atual cenário regional. A veracidade desta afirmação só poderá se confirmar através da análise de outros elementos intra-urbano, a exemplo da estrutura do setor terciário, tema abordado no próximo tópico.

4.3.2 Equipamentos do setor terciário

Como afirmamos anteriormente, a cidade é o centro distribuidor de produtos e serviços, portanto, existe ainda em termos gerais uma relação direta entre o tamanho da sua população e a concentração da atividade comercial. Através do estudo mais aprofundado da estrutura comercial dos dois principais núcleos populacionais da região, Santo Antonio de Jesus e Amargosa, pode-se mensurar o grau de centralidade urbana exercidas por ambos e, por conseguinte, estabelecer uma hierarquia que possa contrapor ou reafirmar a análise do tópico anterior.

No caso do Município de Amargosa, a estrutura comercial é fruto do seu histórico de importante núcleo agroexportador, função que deixou marcas significativas em seu espaço citadino, visto que, o município apresenta hoje uma boa estrutura de comércio e de serviços (Figura 64). Contudo, não oferece a mesma dinâmica do início do século XX quando era importante núcleo regional e último ponto de troca com o sertão.



Figura 64 Área comercial de Amargosa. Fonte: Robson Lins

A

estrutura urbana do Município de Amargosa conta com um Posto de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 03 agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica). No que se refere à segurança, Amargosa conta com a 2ª Companhia de Polícia Militar, 14ª Batalhão, e as Delegacias de Polícia Regional e Local. No Judiciário, o município é comarca de 3ª Entrância. Na agricultura, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e a

Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB compõem a estrutura de atendimento aos rurícolas.

O setor hoteleiro dispõe de um hotel fazenda, três pousadas e três pequenos hotéis, com uma capacidade de 230 leitos, além de diversas pensões. Na área de saúde, o atendimento é realizado pelas clínicas particulares (Assistência Médica Cirúrgica – AMEC, Hospital Coração do Vale, Clínica Vida e a Clínica São Bartolomeu), os centros de saúde da rede pública (município e estado), um Hospital municipalizado e a Santa Casa de Misericórdia.

No entanto, em uma escala regional mais abrangente, Santo Antonio de Jesus representa o maior pólo comercial do Recôncavo Sul. Segundo Associação Comercial e Industrial de Santo Antonio de Jesus (ACISAJ), em 1997 verifica-se a existência de 908 empresas cadastradas no setor comercial, sendo que destas 56 empresas são atacadistas e 851 são varejistas. Já o setor de serviços aparece com 248 estabelecimentos. Dentre os estabelecimentos atacadistas destaca-se o ramo de produtos alimentícios, com 28 empresas. Quanto ao comércio varejista, os ramos mais representativos quantitativamente são os de tecido, artigos de cama e outros (195); armazéns e mercearias (172); peças e acessórios para veículos (82); farmácias (51) e armarinhos (42) (Figura 65).



Figura 65 centro comercial de Santo Antonio de Jesus Fonte: Robson Lins

Ainda segundo ACISAJ, os cafés e bares constituem o grupo mais numeroso das empresas do setor de serviços, com 121 estabelecimentos, sendo seguido pelas padarias e pastelarias, restaurantes e pizzarias. A cidade ainda possui um Shopping Center (Shopping Itaguari, ver figura 66), com 3 pavimentos, 50 lojas de diversos ramos, praça de alimentação, agência da receita federal, a DIREC/04 – 4ª Diretoria da Secretaria de Educação do Estado, Agência do

HSBC Bank, unidade do SAC - Serviço de Assistência ao Cidadão (Governo do Estado) e dois cinemas. Este empreendimento é relativamente recente, inaugurado em 2000 hoje é o principal centro comercial do município.



Figura 66 Shopping Itaguari, Santo Antônio de Jesus. Fonte: Robson Lins

Para medir o grau de centralidade destas duas cidades por meio da sua infra-estrutura comercial e de serviços, foram levantados dados referentes à quantidade de alguns aparelhos básicos ligados ao setor terciário, como: quantidade de leitos hospitalares, estabelecimento de ensino médio e fundamental, estabelecimento de ensino superior, número de estabelecimentos comerciais e Instituições financeiras (ver tabela 14). Estes equipamentos são importantes indicadores urbanos, pois estão associados à satisfação de algumas das necessidades sociais tidas como básicas ligadas à educação, à saúde e equipamentos econômicos de apoio às pessoas e às atividades (comércio e bancos).

Vale salientar que no caso dos estabelecimentos comerciais não foram avaliados o seu grau de especialização, ou seja, não houve diferenciação entre os pequenos estabelecimentos (barbearia, padaria...) e as grandes casas de comércio (lojas de departamento, Supermercados...). Desta forma, parte do pré-suposto de que a concentração da atividade comercial, de bens e serviços que núcleo urbano possui são diretamente proporcionais a sua importância urbano-regional.

Tabela 14 Região de Amargosa
Número de ocorrências serviços ligados ao setor terciário

Municípios	Estabelecimentos Comerciais	Instituições financeiras (Bancos)	Leitos Hospitalares	Estabelecimentos de ensino fundamental e médio	Estabelecimentos de ensino superior (público e privado)
Stº. Antonio de Jesus	1.877	5	156	48	3
Amargosa	360	3	60	11	2
Milagres	204	1	21	6	0
Brejões	136	1	25	5	1
Laje	123	1	38	6	0
São Miguel das Matas	80	0	25	4	1
Elísio Medrado	36	0	13	8	0
Santa Terezinha	33	0	20	5	0
Varzedo	22	0	0	4	0

Fonte: IBGE, cidades@; Elaboração: Robson Lins

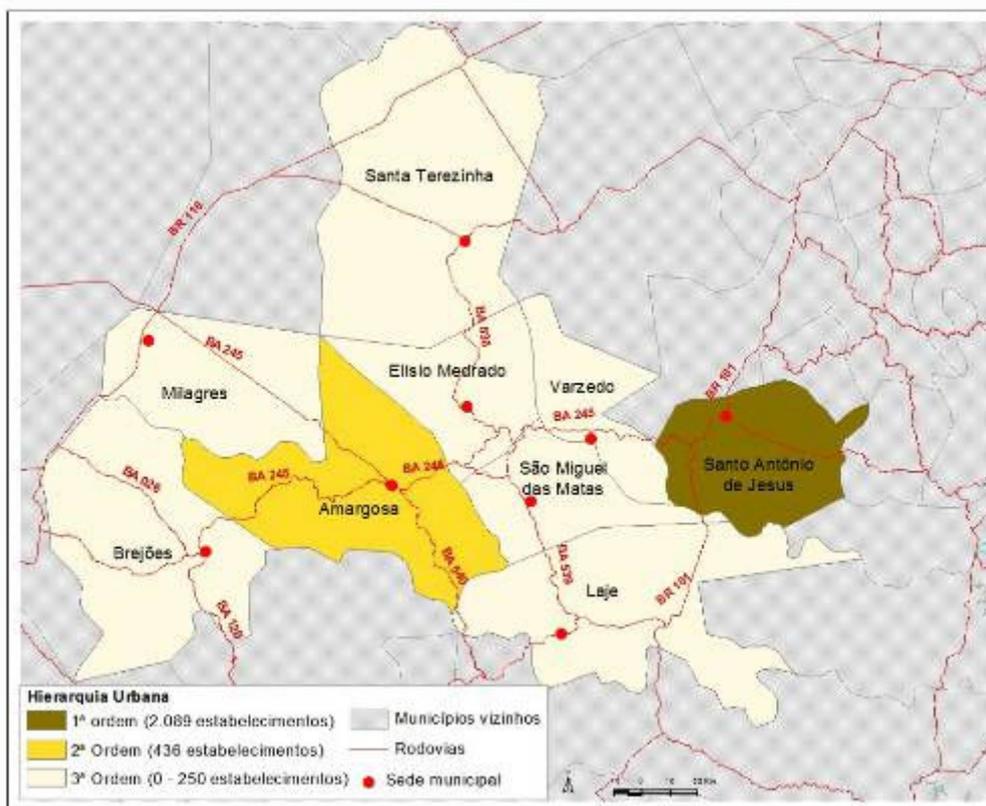
Através da análise da concentração destes serviços foi possível mapear e estabelecer, ainda que de forma simplificada, uma hierarquia urbana com 3 ordens de grandeza e, assim, caracterizar os principais centros urbanos da região. O resultado pode ser visualizado na figura 67, em que é possível notar a existência de municípios com completa rarefação de alguns serviços, que denota o desequilíbrio da região e o alto grau de dependência no setor terciário.

O forte descompasso entre os indicadores selecionados confirma a centralidade exercida por Santo Antonio de Jesus, principalmente no setor de comércio, que possui 1.877 estabelecimentos. O papel desta cidade como o novo centro regional é reforçada não apenas no plano logístico do comércio e na sua fácil acessibilidade pela BR 101, mas também na esfera financeira, com o maior número de estabelecimentos bancários (5). A concentração deste tipo de serviço, pelas suas próprias características, incentiva as atividades econômicas em diversos setores. Para Santos (1999), à medida que Santo Antonio de Jesus se firma como Pólo Comercial, atrai a poupança regional e a população de uma extensa área do Recôncavo Sul (Figura 70).

Diante do cenário exposto, pode-se constatar a forte influencia regional de Santo Antonio de Jesus, principalmente no recorte espacial estudado. O indicador de movimetação financeira deste é resultado da acessibilidade criada pelo eixo viário que a corta e seu principal tronco, a BR-101, que o deixou

relativamente mais próximo a Salvador e Feira de Santana. Esse elemento influi de modo favorável no desenvolvimento de atividades de comércio e serviços na cidade de Santo Antônio de Jesus, que resulta na sua atuação enquanto supridora das demandas terciárias de uma microrregião.

**Figura 67 Região de Amargosa
Hierarquia Urbana**

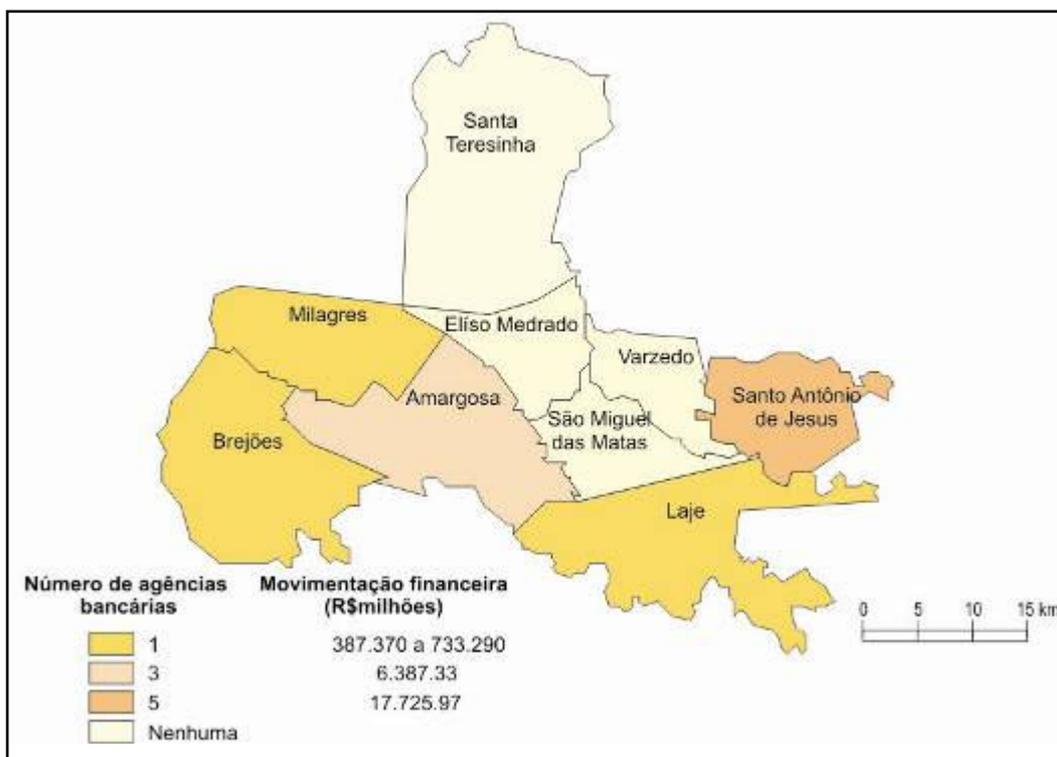


Fonte: IBGE, cidades@; Elaboração: Robson Lins

Em relação ao recorte microrregional, Santo Antonio de Jesus divide funções com Amargosa, que aparece como um pólo regional de menor escala, porém desempenhando funções complementares. Sua importância é bastante relevante, pois sua posição geográfica e a sua infra-estrutura lhe coloca em uma posição estratégica em relação aos demais municípios. É importante lembrar que tais fatores são remanescentes do período apogeu econômico da região, em que a malha rodoviária possuía, e ainda possui, uma confluência em direção a Amargosa, atribuindo um caráter de centro de convergência comercial e de serviços. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Amargosa - SINTRACAM - o comercio de Amargosa atende aos moradores dos municípios

de Brejões, Laje, São Miguel das Matas, Elísio Medrado e Milagres. Alguns comerciantes afirmam que os consumidores que residem nos municípios citados, se deslocam para Santo Antonio de Jesus quando não encontram o produto ou serviço que procuram em Amargosa.

Figura 68 Região de Amargosa Estabelecimentos bancários



Fonte: IBGE, cidades@; Elaboração: Robson Lins

Deste modo, cabe analisar também as funções administrativas relacionadas com a organização e gerência de alguns serviços ligados ao poder público que os núcleos urbanos de Amargosa e Santo Antonio de Jesus desempenham. Para que desta forma, delinear a importância destes dentro do cenário regional baiano.

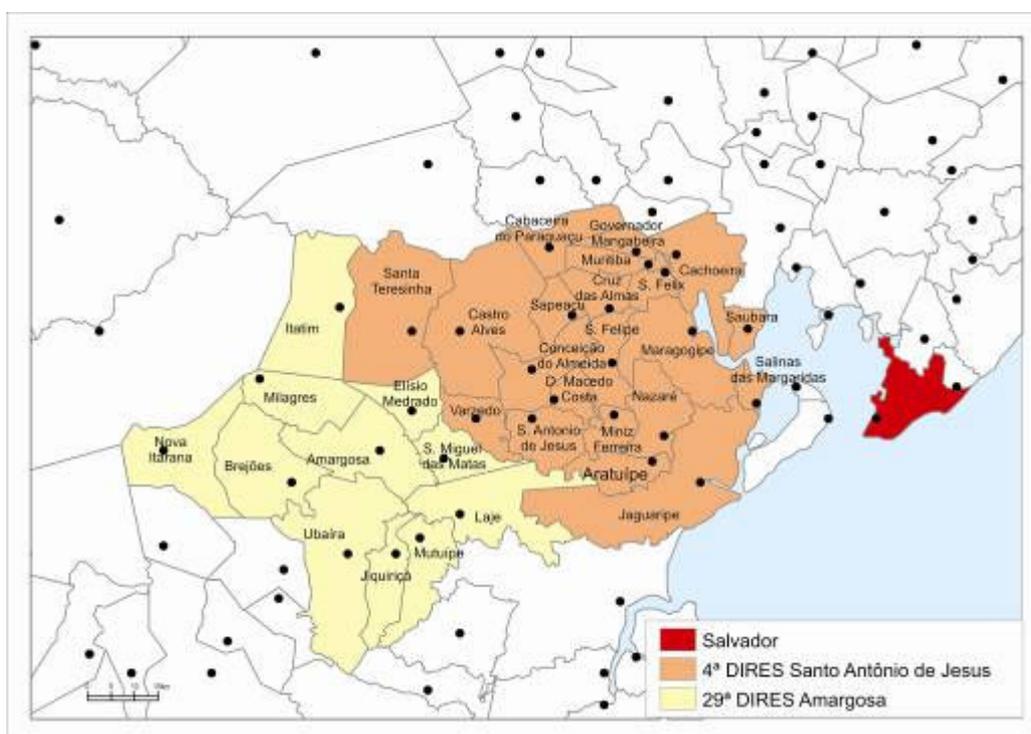
4.3.3 Funções administrativas.

O sistema de administração regionalizada do Estado da Bahia, que torna viável a descentralização executiva dos serviços de saúde e educação, apóia-se atualmente em 30 Diretorias Regionais de Saúde (DIRES) e 31 Diretorias

Regionais de Educação (DIREC). Cada diretoria cobre um grupo de municípios, sendo que as cidades sede se constitui em um Centro Exetivo Regional.

Assim, considerando a importância regional das cidades de Amargosa e Santo Antonio de Jesus, pois, ambas são sedes de Regiões Administrativas, 29ª e 4ª respectivamente. Desta forma, desempenham atribuições de Diretoria Regional de Saúde – DIRES – e de Diretoria Regional de Educação – DIREC -, atendendo uma vasta área do Recôncavo Sul, como pode ser visto nas figuras 69 e 70.

Figura 69 Estado da Bahia 4ª e 29ª Diretorias Regionais de Saúde



Enquanto sede da 29ª DIRES, Amargosa recobre 11 municípios que compõe parte do vale do Jiquiriçá, atendendo uma população estimada 78 mil habitantes. Já Santo Antonio de Jesus, sede da 4ª DIRES atende quase o dobro de municípios, 21 no total, atendendo uma população estimada de 290 mil habitantes. Juntos, Amargosa e Santo Antonio de Jesus centralizam a administração do serviço de saúde de quase todos os municípios da Região do Recôncavo Sul baiano, exceto por Santo Amaro que faz parte da DIRES de Salvador.

Em relação ao serviço de educação os municípios de Amargosa e Santo Antonio de Jesus são também sedes de 4ª e 29ª DIREC respectivamente. Ao

habitantes (Figura 71). Essa redução se deve à criação das Dioceses de Vitória da Conquista em 27 de julho de 1957 e a de Jequié, em 07 de novembro de 1978.

Figura 71 Área de abrangência da Diocese de Amargosa



Fonte: Diocese de Amargosa. Concepção cartográfica: Robson Lins

Até o presente capítulo pode-se concluir que a posição geográfica das cidades de Amargosa e Santo Antonio de Jesus foram alteradas no sentido da inversão hierárquica. Num primeiro momento, um conjunto de elementos socioeconômicos inseriu a região em uma lógica agroexportadora, possibilitando uma organização espacial que privilegiou Amargosa, que se constituiu em foco de aceleração do processo de modernização para uma porção espacial do Recôncavo Sul baiano. Num segundo momento, outro conjunto de transformações que se fez presente a partir de segunda metade do século XX, promoveu uma reversão na posição geográfica dessas cidades, conferindo a Santo Antonio de Jesus uma posição privilegiada e subordinando a cidade de Amargosa, que agora aparece com função complementar a esse novo centro.

Portanto, apesar do quadro de relativa estagnação econômica explicitado neste capítulo, o município de Amargosa interage e divide funções importantes com Santo Antonio de Jesus. Tal situação garante uma complementaridade das funções regionais, determinando a emergência de uma divisão intraregional articulada aos interesses socioeconômicos desses dois núcleos de polarização.

5. NOVOS VETORES DE CRESCIMENTO

Como foi visto no capítulo anterior a região de Amargosa atualmente apresenta um cenário adverso de relativa estagnação econômica e social. O objetivo deste capítulo é identificar e apontar os novos vetores de crescimento que apresente perspectivas de revitalização sócio-econômica da região. Neste contexto o turismo que é apontado como sua vocação natural devido diversidade ambiental e importância histórica. Além do turismo outros vetores de desenvolvimento também são identificados neste capítulo, como a diversificação da produção agrícola e a criação do campus universitário da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB).

5.1 O Setor turístico na região de Amargosa

O turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil e no mundo, movimentando, direta ou indiretamente, mais de US\$ 3,5 trilhões (DUTRA, 2003). Os números do turismo denunciam a importância desta atividade para a economia mundial e, principalmente, para as economias dos países emergentes com aptidão natural e histórica para atração de montantes significativos de investimentos de capitais externos.

Nos últimos anos do século XX, o turismo aparece como estratégia de desenvolvimento e/ou revitalização de áreas economicamente retraídas. O Estado baiano não dista desta lógica, aproveitando o seu potencial paisagístico e sua diversidade cultural como um grande pólo atrativo na questão turística. Segundo Silva; Silva (2003), no estado da Bahia cresce a atividade turística em vários lugares, cresce o interesse pelo turismo por parte de diferentes setores (setor público, setor privado, organizações não-governamentais, imprensa, universidades, etc.). Segundo os autores a expectativa de que o turismo possa ser de grande significado para o desenvolvimento do Estado como um todo e de muitos municípios e regiões.

Dentro desta lógica, a região de Amargosa busca no setor turístico uma das vias para retomada para o desenvolvimento econômico.

Estando localizada na região Recôncavo Sul, uma das mais antigas ocupações do território brasileiro e encravada no vale do Jiquiriçá a região de Amargosa possui uma vocação natural para o desenvolvimento da setor turístico. Pode-se citar a prática do turismo cultural, apoiado na sua relevância histórica e pluralidade cultural que inclui sua sociedade com todas as suas tradições. Segundo Fonseca (2006, p. 5), este segmento de turismo representa uma possibilidade de desenvolvimento para a região, pois “como centro original e irradiador da civilização brasileira, tem o mais profundo significado para a memória e identidade do país”.

O turismo ecológico é outro viés explorado pela região, uma vez que o Vale do Jiquiriçá é um verdadeiro mosaico, onde as belezas naturais (cachoeiras, nascentes de rios, recantos bucólicos, serras e muito verde) atraem os baianos e visitantes de outras regiões do País.

Alguns fazendeiros da região de Amargosa tomaram iniciativa e já exploram o turismo ecológico e rural. O cenário sociocultural é bastante favorável para o desenvolvimento deste tipo de turismo, pois as propriedades rurais conservam traços marcantes da época em que a economia agrária era predominante na estrutura produtiva (Figura 72). As Extensas áreas verdes que serviam de pastagens para o gado se transformaram em quadra de esportes, piscina e área de lazer. Desta forma, diversos empresários rurais vêm diversificando suas atividades tradicionais com o turismo através do incremento de suas propriedades para criação de hotéis-fazenda.



Figura 72 Fazenda da região de Amargosa

Para fomentar o turismo rural, histórico, ecológico e de negócios em Santo António de Jesus, a prefeitura, através da Secretaria de Turismo e da Associação Comercial e Empresarial (Acesaj) organizaram um evento denominado “famtour” com o objetivo de avaliar a infra-estrutura do município. Na matéria do Jornal Atarde do dia do dia 13 de setembro de 2007 Tau Tourinho, coordenador municipal de eventos, reafirma a necessidade melhorias na infra-estrutura. "Necessitamos de abertura de novas estradas e melhorias das existentes, além de segurança. A proposta é reunir os parceiros e fazer um catálogo turístico da região e criar uma fundação de turismo rural para divulgar o potencial do município de Santo António de Jesus", afirma.

5.1.1 O Setor Turístico no município de Amargosa

O município de Amargosa, com uma rica história de esplendor econômico, reaparece no cenário regional do Estado como um centro polarizador de fluxo turístico. Amargosa ganha destaque no final do século XX como eixo turístico junino, competindo diretamente com cidades circunvizinhas de igual valor histórico, como Cachoeira e Cruz das Almas.

O Nordeste como um todo inaugura, num intervalo de tempo reduzido, um formato festivo atrelado aos padrões empresariais, ou seja, arraigados aos mecanismos de intenso poderio econômico, investimentos maciços em publicidades, parcerias com grandes empresas dos mais diversos segmentos; dentre outros fatores de menor amplitude. Cria-se, então, um modelo festivo que alia o traço cultural nordestino de passagem das festas juninas no interior ao modelo empresarial turístico.

Na Bahia, esse tipo festivo ganha ainda mais incrementos empresariais e um grau de profissionalismo ainda maior, já que se trata de um Estado reconhecidamente empreendedor em se tratando de festa. A influência da capital (Salvador) é notória na organização festiva destes megaeventos juninos, pois reproduz com fidelidade o modelo festivo empregado no carnaval soteropolitano, no qual temos uma grande festa ocorrendo a esforço do dinheiro público e, concomitantemente, o confinamento de um grupo economicamente favorecido que pode pagar pela utilização e consumo de espaço exclusivos.

Segundo a Bahiatursa em 2005 dos 417 municípios baianos, 320 festejaram o São João, movimentando cerca de R\$ 5 milhões nos municípios mais tradicionais.

A inserção do município de Amargosa no mega circuito dos festejos juninos acontece durante a administração municipal de 1993 a 1996. A perspectiva do poder político local consiste em tentar tirar a cidade de Amargosa da inércia espacial e econômica a qual estava submetida há décadas, aproveitando o avanço do setor turístico no início de 1990, em que ganha força os valores de consumo e emerge de forma mais sólida a atividade turística, através de planejamentos públicos setoriais, a prefeita na época percebeu que o crescimento econômico da cidade poderia ser possível mediante a empresarização ou mercantilização da festa junina como meio de fomentar a atividade turística e desenvolver o comércio local (CASTRO; SOUZA, 2007).

Para tanto, procurou-se aperfeiçoar a “festa de largo”⁴ iniciada na administração anterior, organizando o festejo nos moldes da Indústria Cultural, isto é, da cultura enquanto mercadoria de consumo. Iniciando assim uma estratégia de revitalização regional que tenta conduzir a uma nova realidade, muito diferente do seu passado áureo.

Segundo Santos (2004, apud CASTRO, SOUZA, 2007),

[...] na proporção em que os representantes de Amargosa inserem na festa de São João local um presente globalizado e despreza um passado identitário, eles ameaçam tornar irrelevante, desprezível, as tradições dos festejos e todas as histórias pertencentes a esse passado (SANTOS, 2004, p. 08).

A atual festa não está baseada na riqueza cultural da região e sim numa nova roupagem direcionada para um público específico, principalmente, o público de alto poder aquisitivo. Diante disso, desenvolve a estratégia de massificação do evento, através de intensivas campanhas publicitárias em rádios, *outdoors* e outros meios comunicação, principalmente na capital baiana, de onde vem o maior percentual de visitantes (ver figura 78).

As cidades de Santo Antonio de Jesus e de Santa Teresinha também aparecem como alternativa para os festejos juninos, no entanto, não possuem a mesma envergadura do São João de Amargosa, que desponta na região

⁴ Festa de largo são eventos realizados em praça pública de grande apelo popular

do Recôncavo Sul como um dos mais cobijados pontos de atração turística no período junino, ao lado das cidades de Cruz das Almas e Cachoeira.

Para medir o alcance da festa em Amargosa seguem os dados da Tabela 15, que mostram a origem, gênero e faixa etária dos visitantes de Amargosa no período de São João. Tais dados são oriundos de pesquisa feita pela prefeitura de Amargosa no São João de 2006, com amostra de 207 entrevistados.



Figura 73 Panfleto do São João 2007
Fonte: www.amargosa.ba.gov.br

Com base na tabela, Salvador e Jequié são os dois primeiros municípios de onde mais chegam visitantes, 53% e 19% respectivamente. A participação dos jovens é bem significativa, uma vez que a faixa etária predominante está entre 16 e 24 anos, com predomínio de pessoas do sexo feminino. Através da análise da origem dos visitantes, percebe-se que o alcance da festa se restringe a Salvador e aos municípios mais próximos a Amargosa como: Jequié, Feira de Santana, Mutuípe, Valença. Recebe também visitantes de outros Estados que juntos totalizam o percentual de 3,9 % da amostra.

A partir da Tabela 15 foi possível mapear a área de influencia do São João de Amargosa (Figura 74) e concluir que apesar de todo do investimento em publicidade a festa ainda possui um contorno bastante regional, diferente das cidades de Campina Grande, na Paraíba e Caruaru, em Pernambuco, que constituem um importante pólo turístico nacional no período junino.

**Tabela 15 Origem e idade dos visitantes em Amargosa
São João – 2006**

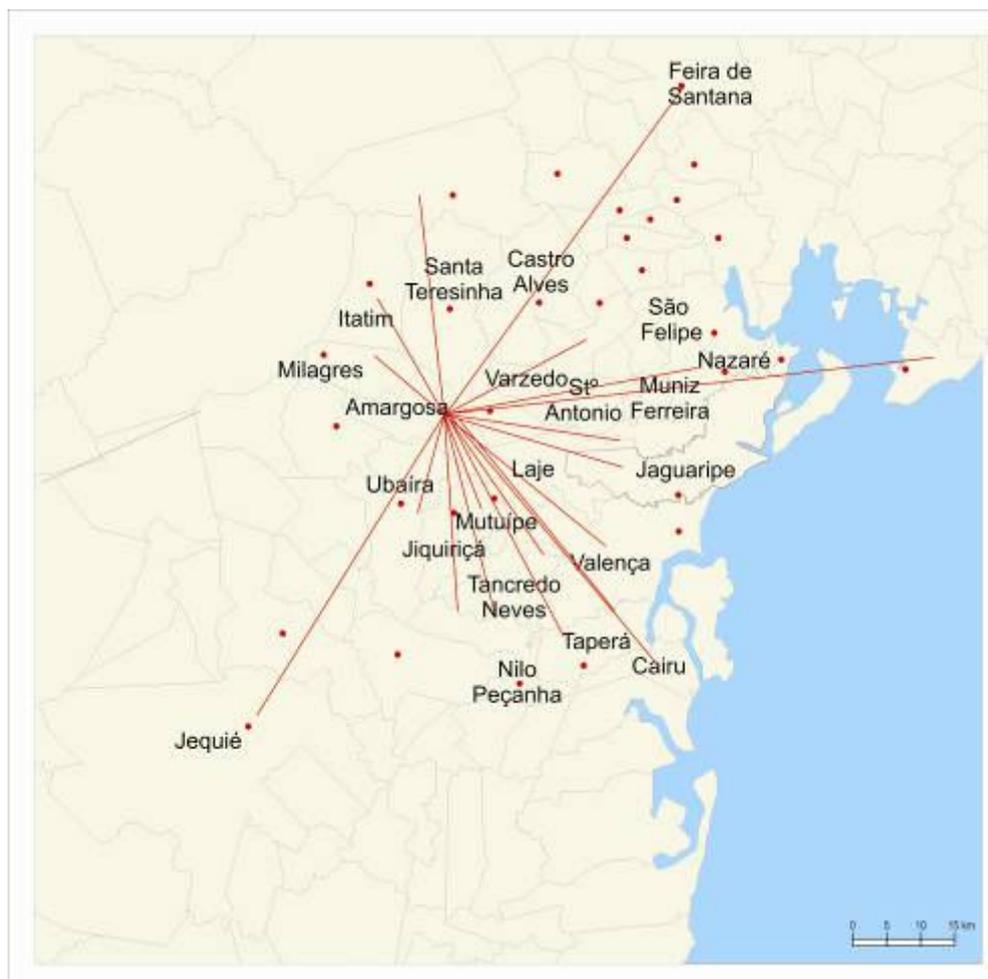
	TOTAL	SEXO		IDADE		
		Masculino	Feminino	16-24 anos	25-44 anos	45 anos ou mais
Salvador	53,6%	41,7%	66,7%	53,2%	54,3%	52,6%
Jequié	19,8%	24,1%	15,2%	20,2%	17,0%	31,6%
Feira de Santana	5,3%	9,3%	1,0%	6,4%	5,3%	0,0%
Santo Antônio de Jesus	2,9%	4,6%	1,0%	4,3%	2,1%	0,0%
Mutuípe	2,9%	2,8%	3,0%	3,2%	3,2%	0,0%
Valença	1,9%	0,9%	3,0%	0,0%	4,3%	0,0%
Outros municípios da Bahia (menos de 1%)	9,7%	11,1%	8,1%	10,6%	9,6%	5,3%
Municípios de outros Estados(menos de 1%)	3,9%	5,6%	2,0%	2,1%	4,3%	10,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Número de casos	207	108	99	94	94	19

Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa, 2006

A pesquisa constatou que 57% dos visitantes viajaram de ônibus de linha; 42% ficaram hospedados em casas de amigos e parentes; 36% em casas alugadas e apenas 1% em hotel ou pousada (ver figura 75). A infra-estrutura em hospedagem é um dos grandes segmentos que mais lucram com 100% de ocupação (em alguns apartamentos costuma-se receber mais camas para alojar os hóspedes). O gasto médio diário do turista em Amargosa é perto de R\$ 40,00, sendo que 53% destes são destinados a festa em si ficando a alimentação e hospedagem 21% e 13% respectivamente.

A estrutura que Amargosa dispõe para acomodação do público visitante é bastante restrita, existindo apenas, segundo registro da prefeitura, 01 hotel fazenda (Colibri), 03 pequenos hotéis, 03 pousadas e diversas pensões para dar conta de um fluxo de 20 mil pessoas, em média, no período junino. O déficit de vagas em hotéis e pousadas contribui significativamente para a construção da cultura local de alocação de casas neste período específico. É desta forma que boa parte da população se insere economicamente na festa, vislumbrando o aumento de sua receita através do uso temporário de seus imóveis.

Figura 74 Área de influencia da festa de São João em Amargosa



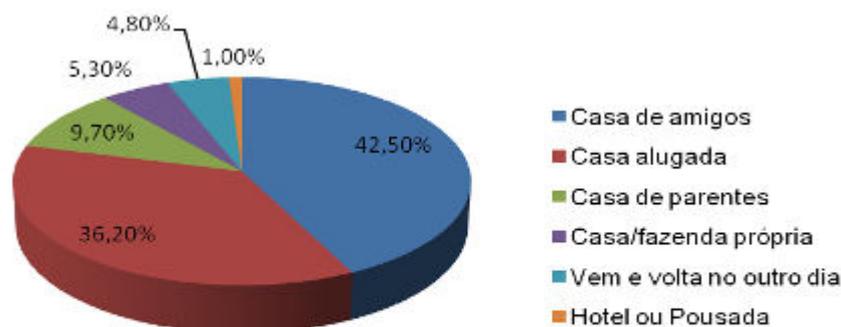
Concepção cartográfica: Robson Lins

Quanto a isto, pode-se enfatizar as sensíveis variações de taxas que envolvem a locação de casas, desde áreas centrais próximas à festa, até bairros mais periféricos. A saber, em porcentagem temos valores que se diferenciam em até 1000%, a depender da localização e estrutura ofertada no imóvel (R\$ 500 a R\$ 5000). Os grupos envolvidos na locação dos seus imóveis, deslocam-se para a Escola Municipal Angelina Moreno, aproveitando o recesso escolar do período junino e outros grupos utilizam casas de parentes e amigos.

É importante salientar que as festividades juninas de Amargosa têm um duplo viés, que são bastante visíveis e antagônicos: um de caráter popular, organizado pela prefeitura local, utilizando diretamente a estrutura urbana cidadina; e outro direcionado para um público de alta renda, organizado pela

iniciativa privada, denominada Forró do Piu-Piu, destinado aos visitantes com alto poder aquisitivo.

Figura 75 Hospedagem utilizada em Amargosa São João – 2006



Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa, 2006

A festa organizada pela prefeitura acontece na “Praça do Bosque”, antigo local da estação de trem, com uma área de 29 mil metros quadrados. Esta se constitui no principal circuito do São João, espaço no qual é montado o palco principal e são realizados os shows com as atrações contratadas pela prefeitura da cidade. O local é especialmente preparado para receber os visitantes, com barracas de comidas típicas, bares, parque de diversões e banheiros (ver figura 76).

Esta parte da festa atrai uma multidão nas noites de show, cerca de 80 mil pessoas segundo a prefeitura no São João 2006, intensificando as relações sociais e econômicas do espaço citadino (Figuras 77 e 78). A estimativa da Prefeitura do município, para este mesmo ano, é geração de negócios na ordem de R\$ 7 milhões durante o período, movimentando o comércio local. Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo, a festa proporciona a geração de mais de mil empregos diretos e indiretos, isto levando em considerando as alocações de imóveis e o aumento de postos de trabalhos no comércio local.

Figura 76 Organização da Praça do Bosque Amargosa



Fonte: Elaborado sobre imagem de satélite Ikonos 2006 - Cedida pela Prefeitura Municipal de Amargosa. Adaptado por Robson Lins



Figura 78 Movimentação do comércio local Fonte: Robson Lins



Figura 77 Festa na Praça do Bosque 2005 Fonte: Robson Lins

A festividade movimenta diretamente, por temporada, cerca de 300 mil reais (dados da prefeitura) de encargos para o cofre público, ou seja, sem levar em consideração as despesas indiretas com limpeza, segurança e pessoal de apoio.

No entanto, o retorno financeiro para a cidade de Amargosa se realiza através do aumento da receita de impostos municipais, através do montante de dinheiro deixado pelos visitantes no consumo do espaço local, principalmente no comércio e Hotéis.

Vale ressaltar a importância da participação dos patrocinadores, que visam ter a imagem de suas marcas atreladas ao São João da cidade. Em 2005, Amargosa foi patrocinado pela Petrobrás, Caixa Econômica e a empresa de telefonia celular Claro. Os patrocinadores correspondem a 30% do montante gasto pela prefeitura, amenizando assim, uma boa parte do investimento realizado via cofres públicos.

Paralelo a festa realizada pela Prefeitura acontece o chamado “Forró do Piu-Piu” realizado desde 1997, de cunho particular em ambiente fechado no Hotel Fazenda Colibri, distante a 3 km da Praça do Bosque (ver figura 79). Produzido pela empresa de eventos “Pequena Notável”, com sede em Salvador, o Piu-Piu reúne cerca de 8 mil pessoas no Hotel fazenda, em uma área 2500m², dispostos a pagar cerca de 150 reais nas camisas que dão acesso à festa, ou um pacote de R\$ 600 por pessoa para hospedagem no próprio hotel. Este segmento da festa adota a estratégia de estabelecer parcerias com diversas empresas de vários segmentos, desde recursos humanos, *Buffet*, logística, cervejarias e principalmente com blocos de carnaval de Salvador, com os quais fizeram promoções casadas e de onde partiram várias excursões para a festa.

A escolha da cidade de Amargosa para realização deste empreendimento se deve à sua posição estratégica relativamente próxima a Salvador e de já abrigar um dos mais tradicionais festejos Juninos do Estado.

Apesar do apoio ao evento por parte da Prefeitura da cidade, a relação entre ambos não se constitui em uma parceria, uma vez que os gastos na divulgação da cidade como pólo festivo é por conta da administração pública. Desta forma, o “Piu-Piu” consome a cidade enquanto produto de publicidade, porém não utilizando plenamente seus mobiliários urbanos.

Figura 79 Hotel Fazenda Colibri

Fonte: Elaborado sobre imagem de satélite Ikonos 2006 - Cedida pela Prefeitura Municipal de Amargosa. Adaptado por Robson Lins



Figura 80 Forró do Piu-Piu São João de 2006. Fonte: Robson Lins

Em entrevista ao Jornal Correio do Vale, publicada em Junho de 2006, o Sra. Zenilda Novais, proprietária do Hotel Amargosa (localizada próxima a Praça do Bosque) garante que a maior parte dos seus hóspedes vêm em excursões para o “Piu-Piu” e que não participam da festa promovida pela Prefeitura de Amargosa. “Eles vêm mais pelo evento Piu-Piu na Fazenda Colibri (Figura 80), a festa de rua é prestigiada mais pelos moradores da cidade e regiões vizinhas. Podem observar que no dia do Piu-Piu a cidade ganha um fluxo muito grande de gente de fora, depois todo mundo vai embora”.

Desta forma, pode-se afirmar que a simbiose entre a cidade e o Forró do Piu-Piu não acontece de fato, como seus organizadores pronunciam. Tal empreendimento se apropria do prestígio da cidade sem, no entanto, dar retorno como era de se esperar de um evento com este porte. A população local fica à margem desta festa, uma vez que o consumo da cidade é ínfimo gerando lucro apenas a uma pequena parcela de comerciantes do setor hoteleiro e de restaurantes.

Em termos gerais os festejos juninos, pela mediação do poder político local, a fim de promover uma alternativa de desenvolvimento ainda é pouco expressivo. A relação entre o investimento promovido pela prefeitura na organização do São João e a receita de arrecadação da população nativa não condiz, de maneira eficaz, às negociações de mercado. Ocorre um grande déficit na balança municipal, amenizado pelo ganho puntiforme de alguns populares na arrecadação via aluguel de imóveis.

O rebatimento da atividade turística no período junino em Amargosa ainda não gerou a revitalização da economia de forma satisfatória, visto que no capítulo anterior, os índices econômicos apresentam-se sem opulência. No entanto, a prefeitura pretende investir ainda mais neste segmento como forma de promover o desenvolvimento regional. A idéia é extrapolar o período junino, divulgando seu extenso calendário de festa populares e belezas naturais, a fim de se consolidar neste filão da economia (ver figuras 81 e 82). A exemplo do projeto Timbó que busca fomentar o turismo rural e ecológico na região de Amargosa. A prefeitura, junto com o Ministério Público, é parceira do Projeto Timbó, que foi encaminhado ao Ministério do Meio-Ambiente com a proposta para criação de unidade de conservação da serra, em área doada pelo proprietário da Fazenda Timbó. Em entrevista ao Jornal Atarde do dia do dia 13 de setembro de 2007 o prefeito de Amargosa, Valmir Sampaio afirma que, ao final de três anos teremos criada a primeira Unidade de Conservação do Vale do Jiquiriçá. “Vamos atrair o público já existente para o turismo rural e ecológico para conhecer as belezas naturais de Amargosa e levar para fora da Bahia, oferecendo algo a mais para o visitante. Temos um povo hospitaleiro e vamos abrir trilhas para o turismo rural e ecológico”.



Figura 81 Riacho da Cachoeira da Pancada – Amargosa Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa



Figura 82 Carnavale– Amargosa Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

Quadro 3 Calendário de Festa populares do Município de Amargosa

Janeiro	
Fevereiro	Carnaval antecipado “Camavale”, promovido pela Prefeitura Municipal de Amargosa, com manifestações populares características da região como a Burrinha, Jaraguá (fantasias), o Cão (homens melados de óleo) e as batucadas em seu ritmo característico.
Março	Início das manifestações religiosas com a Procissão do Senhor morto.
Abril	Festa da padroeira da cidade “Nossa Senhora do Bom Conselho”. Como é tradição em Amargosa, a comissão planeja por um ano a festa profana e a religiosa, que encerra no dia 26 de abril (dia da padroeira), um dia de festa com alvorada, queima de fogos e quermesse em área próxima ao bosque.
Maiο	Mês de Maria, com manifestações religiosas em toda a cidade.
Junho	Mês de São João, Santo Antonio e São Pedro. Além das manifestações religiosas, temos a melhor festa junina da Bahia. Interessante para Amargosa pelo fluxo de visitantes que impulsiona a economia do município com reflexo positivo por alguns meses.
Julho	Festa de São Cristóvão.
Agosto	Festa de São Roque, comemorada tanto na sede do município quanto nos distritos de Diógenes Sampaio e Itachama.

Continua...

Setembro	Festa da Independência do Brasil, com desfile cívico com participação dos alunos das escolas do município. Há sete anos o “Grito dos Excluídos” promovido pela Igreja Católica com as organizações da sociedade tem levado às ruas grande presença do povo a este evento. Festa de Cosme e Damião (27/07), período de rica manifestação popular / cultural / religiosa, onde o forte sincretismo se faz presente. Os terreiros de candomblé fazem festas, as casas onde existem filhos gêmeos promovem reza e o caruru para Cosme e Damião.
Outubro	Exposição Agropecuária de Amargosa: realizada pela cooperativa, produtores e comerciantes, sendo época de grande movimentação na cidade, impulsionando o comércio, e com grande lazer para todos.
Novembro	Festa do cavalo e cavaleiro, realizada pela ACIAPA – Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Amargosa. Esta festa tem forte participação popular e promove a diversão para os amargosenses e moradores da região.
Dezembro	Reveillon na Praça do Bosque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

5.2 Projetos de infraestrutura

Em contato com o trabalho elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, foi possível identificar o Programa Prosaneamento – PROSANEAR, que realiza o esgotamento sanitário urbano em 14 das 25 cidades que fazem parte do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jequiriçá (CIJ). Os recursos para realização do programa são financiados pela Caixa Econômica Federal e com contrapartida (11%) do Governo do Estado – Recursos do Tesouro. Entre as cidades contempladas com esse projeto estão: Laje, Brejões Amargosa, São Miguel das Matas e Elísio Medrado.

O Consórcio Intermunicipal da Bacia do Jequiriçá (CIJ), consiste em uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundado em 1993, que atua como agente mediador e articulador nas áreas política e técnica entre as esferas governamentais, iniciativa privada, instituições financeiras e os diversos segmentos sociais.

O CIJ, também se propõe a atuar no processo de desenvolvimento das bases para a gestão participativa dos resíduos sólidos urbanos nos Municípios

da bacia. Incluindo projetos de Ressocialização dos Catadores e Geração de Renda, a partir da reciclagem dos resíduos sólidos. Através das atividades de educação ambiental com o enfoque dos resíduos sólidos; implantação do Programa.

Na área de habitação o CIJ possui o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, financiado pela Caixa Econômica Federal, e pela Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais – SECOMP. O objetivo é atender à demanda por habitação para a população com renda mensal inferior a R\$ 580,00. Em 2003, treze municípios conseguiram atender às solicitações do programa e se inscreveram na primeira etapa, entre eles estão: Brejões e Elísio Medrado.

5.3 Projetos na Economia

Em relação aos projetos ligados à economia o CIJ busca desenvolver ações que potencializem as características regionais, respeitando suas limitações técnicas e financeiras, mas contando com as vocações de cada município. Com base em estudos sobre as condições socioeconômicas da região, desenvolvidos pelo próprio Consórcio em 2002, resultou no Mapa de Oportunidades Regionais com foco nos eixos temáticos político-institucional, social e econômico. A partir daí, foram direcionadas linhas de atuação em duas áreas para as quais a Bacia do Jiquiriçá parece melhor vocacionada: o turismo e o agronegócio.

Através de parceria com o SEBRAE, o CIJ elaborou o Projeto de Desenvolvimento Setorial da Região do Jiquiriçá incluindo duas vertentes econômicas: o agronegócio contemplando sete cadeias (Apicultura, Cana-de-açúcar, Mandioca, Fruticultura, Hortaliças, produção de leite e derivado e Floricultura) e o setor turístico.

Nos municípios que compõe a Região de Amargosa, foram identificadas cinco atividades agrícolas (Mandioca, Floricultura, Fruticultura, Produção de leite e derivados) que são potencialmente viáveis economicamente, além da atividade turística direcionada aos festejos juninos. Adaptando o Mapa de

Oportunidades Regionais ao recorte microrregional estudado, foi possível espacializar suas vertentes econômicas representadas a seguir na figura 77.

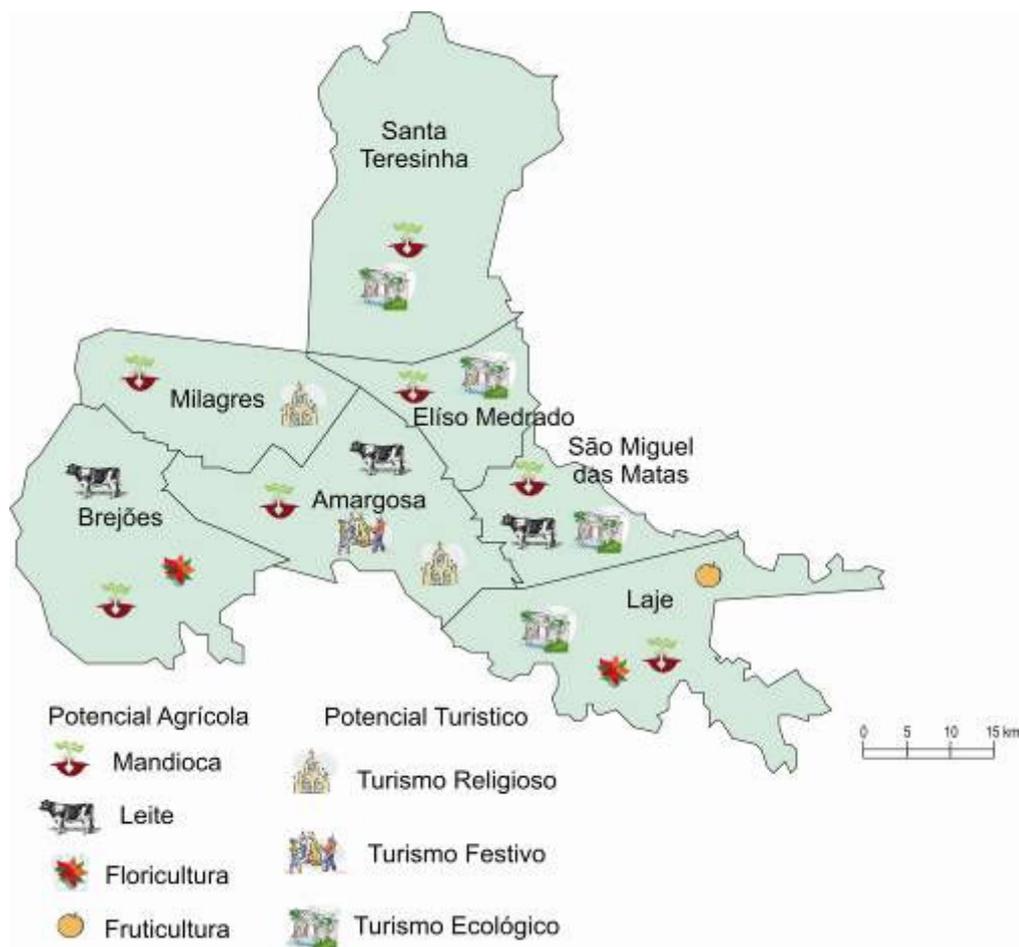
No Plantio da mandioca, produto com maior área plantada na região, foi proposto o lançamento de um projeto de industrialização da farinha e outros derivados, com elevado padrão de qualidade que viabilize sua comercialização em escala nacional.

A floricultura já é bem desenvolvida em alguns Municípios, com uma Associação Regional de Floricultores razoavelmente eficiente nos Municípios de Mutuípe, Ubaíra e Brejões. Falta um projeto de porte que garanta financiamento ao pequeno produtor. Maracás tem sido um bom exemplo na produção de flores com o incentivo dado pela Prefeitura, através da doação de sementes e mudas, adubo químico e orgânico, assistência comercial e técnica, cestas básicas (durante três meses até que as famílias possam comercializar sua produção).

Para CIJ, a fruticultura e a olericultura são consideradas as mais expressivas possibilidades para o desenvolvimento da bacia, tanto na comercialização dos produtos in natura como no processamento industrial, nos ramos de bebidas e alimentos. Na Região de Amargosa a ocorrência desta atividade acontece somente no município de Laje, no entanto sua produção é inexpressiva, pois predomina o cultivo de mandioca, cuja área plantada é de 4 mil hectares.

O plano desenvolvido pelo Consórcio objetiva promover o desenvolvimento setorial do turismo nos Municípios da região. A intenção básica é aprofundar o estudo das potencialidades turísticas regionais, procurando promover o aumento do fluxo de visitantes e ampliar o seu período de permanência, gerando um crescimento do emprego e da renda regional. Para isso, faz-se necessário aumentar e qualificar a infra-estrutura turística que já vem se instalando na região, preparando-a para responder a uma crescente demanda, fato este que já vem acontecendo em Amargosa.

Figura 83 Região de Amargosa Potencialidades Econômicas



Fonte: Adaptado de Batista 2003, p.76 Concepção: Robson Lins

A atuação do Consórcio, integrada às atividades da população local, das Prefeituras e do empresariado, se caracterizará por oferecer estímulos a estas ações de maneira sustentável, trazendo o aporte de experiências mais abrangentes através de diversas parcerias. Será marcada pela atuação dos fóruns municipais, garantindo a participação efetiva das populações locais no seu planejamento e implantação.

Evita-se, assim, um processo de descaracterização cultural e de degradação dos ecossistemas, o que poderia resultar num turismo convencional com finalidade apenas de lucro financeiro e com perda da base dos recursos naturais. Acoplado ao Plano de Desenvolvimento Setorial do Turismo, está sendo desenvolvido um projeto de rotas turísticas para a Bacia do Rio Jiquiriçá, buscando adequar as potencialidades de cada conjunto de Municípios com facilidades operacionais para visitação e permanência dos turistas.

A abrangência das ações do CIJ e os resultados já obtidos com a execução das obras de saneamento básico, a realização do Diagnóstico do Vale do Jiquiriçá, as primeiras oficinas pedagógicas, os cursos de multiplicadores ambientais e os primeiros Fóruns locais evidenciam a magnitude dos impactos que já se fazem sentir no quadro ambiental da região. O desenvolvimento regional a partir destas ações se torna viável uma vez que envolvem, de forma participativa, diversos setores da sociedade: Governo federal, Estado, Prefeituras e população local. Desta forma o CIJ cria boas perspectivas a uma porção do território baiano a muito deprimida economicamente.

5.4 Universidade e desenvolvimento

Tradicionalmente os dois principais papéis de uma Universidade, estão centrados na qualificação da mão-de-obra e na realização de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. A implantação dessas instituições, em determinadas regiões, pode vir a significar um passo importante para o seu desenvolvimento, promovendo o estoque de capital humano qualificado, e, ao mesmo tempo como âncora para atrair investimento nos diversos setores econômicos, a exemplo, nas indústrias de alta tecnologia.

A principal mudança que ocorre nesta área é a maior demanda de pesquisa com aplicações industriais diretas, que decorre da multiplicação de parcerias universidade-empresa (WOLFE, 2003 *apud* BRITO, 2005). Dito de outro modo, as universidades são instituições importantes na oferta de serviços intensivos em conhecimento, e também em serviços sociais como educação e saúde. Quando estas dispõem de infra-estrutura e pessoal qualificado, podem prestar serviços tecnológicos em sentido estrito.

Paralelo a isto, a implantação de uma instituição de ensino superior pode apontar para uma outra perspectiva, na qual, segundo Asselrad, (1999 *apud* Favero, 2002), o conceito de desenvolvimento é deslocado do campo econômico e trazido para o campo das relações sociais. Aqui, o desenvolvimento resulta, sobretudo, na cooperação entre os atores individuais e coletivos, e não da competição entre eles. Ao contrário da concepção econômica, nesta, a cidadania é um pressuposto ou uma condição do desenvolvimento, e não o seu resultado.

Nas perspectivas a implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UFRB ano de 2006, constitui em uma avanço importante na tentativa de dinamizar e revitalizar essa importante Região do estado da Bahia. Segundo Neto (2005), a perspectiva de desenvolvimento social sustentável é a mais adequada ao contexto social, político e econômico, que marca a realidade cotidiana do povo do Recôncavo Baiano uma vez que possibilita um desenvolvimento econômico, com justiça social, centrado nas necessidades de homens e mulheres e com respeito à natureza.

5.4.1 Campus Universitário de Amargosa

O processo de instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) em Amargosa, é fruto de uma campanha que mobilizou diversos setores da comunidade amargosense. Neste processo, várias comissões foram constituídas, sendo uma delas encarregada de elaborar a *“Proposta de Implantação de um Campus da Universidade Federal do Recôncavo em Amargosa”*, a fim de expor as pretensões do município em abrigar um *campus* universitário.

O documento tem como proposta principal transforma o município em um pólo de formação de professores com implantação inicial dos cursos de Licenciatura em: Ciências Biológicas, Física, Química e Matemática e um curso de Bacharelado (Ecologia) e, gradualmente, aumentar o número de cursos oferecidos. A proposta se baseia em dados da DIREC 29 de 2002, indicando que, dos 641 professores estaduais em atuação na região administrativa de Amargosa, 437 têm formação de nível médio, 204 têm formação superior, sendo 20 bacharéis, 41 pedagogos e apenas 143 licenciados, dos licenciados, 108 são graduados em Letras, Geografia ou História, todos formados pela UNEB em Santo Antônio de Jesus. Esses dados demonstram uma carência na região de profissionais licenciados, principalmente nas áreas de Matemática, Química, Física e Biologia. Essa realidade se torna ainda mais grave quando se considera o quadro de professores da rede municipal de ensino.

Em virtude de argumentação, no ano de 2006 é instalado o Campus da UFRB em Amargosa, que atualmente abriga os cursos de licenciatura em:

Física, Matemática, Filosofia e Pedagogia, atendendo em parte à reivindicação do documento, hoje funcionando provisoriamente em uma escola municipal.

Na realidade da região, o Campus de Amargosa deve se transformar em dos vetores de desenvolvimento local num sentido mais direto, fazendo parte da expansão e diversificação da economia urbana, produzindo empregos e renda, atraindo estudantes de outras regiões e principalmente, de municípios vizinhos.

A localização estratégica de Amargosa, muito mencionada ao longo do trabalho, lhe permite transitar entre duas regiões importantes do Estado da Bahia (litoral e o sertão), e pode significar o acesso ao ensino superior de uma parcela significativa da população. destas áreas. Resalta-se que para tanto se faz necessário, a implantação de um sistema de transporte eficiente, a fim de permitir aos estudantes continuarem a residir nos seus locais de origem. Ao analisar o quadro 3, observa-se que a distância média entre Amargosa e municípios mais próximos é de 45km.

Quadro 4 Distância entre o campus de Amargosa e Cidades circunvizinhas.

Cidade	Cidade	Distâncias (km)
Amargosa	Brejões	32
Amargosa	Castro Alves	64
Amargosa	Elísio Medrado	25
Amargosa	Iaçu	63
Amargosa	Itatim	55
Amargosa	Jiquiriçá	42
Amargosa	Laje	37
Amargosa	Milagres	33
Amargosa	Mutuipe	27
Amargosa	Rafael Jambeiro	79
Amargosa	Santa Terezinha	50
Amargosa	São Miguel das Matas	16
Amargosa	Ubaíra	35
Amargosa	Varzedo	31

Fonte: EBDA – Escritório Local de Amargosa

A grosso modo, a instalação desse *campus* em Amargosa em conjunto com o campus da Uneb de Santo Antonio de Jesus pode contemplar uma população de mais de 400 mil pessoas, em um raio menor que 100 km, sendo

que destes, 300 mil residem no Recôncavo Sul e o restante nas áreas próximas do Baixo Sul, Sudoeste e Paraguaçu.

Enfim, a implantação do campus de Amargosa representa para a Região a possibilidade de uma ligação com o mundo do trabalho qualificado, através da formação de recursos humanos. É importante destacar a importância de sua instalação do ponto de vista de sua territorialidade, ao engendrar o acesso ao ensino superior no interior da Bahia, descentralizando um serviço que antes se restringia a áreas de maior respaldo econômico.

6. CONCLUSÃO: UMA NOVA DEFINIÇÃO PARA A REGIÃO DE AMARGOSA

As transformações ocorridas no espaço mundial por conta do fenômeno da Globalização, principalmente no que refere-se a organização produtiva, possibilitam o surgimento e a consolidação de áreas mais dinâmicas, interferindo diretamente na organização dos espaços regionais. Atualmente as regiões podem ser montadas e desmontadas em apenas algumas décadas com aporte de capitais públicos e privados.

Esta lógica de mundialização da economia capitalista exige das regiões uma adaptabilidade e dinamismo que, em áreas periféricas, geram impactos negativos devido à incapacidade de assimilarem as novas formas de produzir. Como consequência, tais regiões entram em processo de estagnação ou até mesmo, de decadência de suas estruturas produtivas gerando e depreciação do arranjo político e social.

No estado da Bahia este processo é bem evidente na Região do Recôncavo que outrora gozou de intenso dinamismo político econômico no início do século XX. No entanto, suas estruturas políticas, econômicas e sociais bastante rígidas não acompanharam os padrões produtivos baseado na flexibilização e na utilização crescente de tecnologia, essenciais para um bom funcionamento no moderno capitalismo mundializado.

A Região de Amargosa até por fazer parte do Recôncavo Sul, compartilha de todos os seus problemas. Esta surge como uma promissora região cafeeira no começo do século XX. Seu dinamismo promoveu significativos avanços técnicos, a exemplo da instalação da rede ferroviária que facilitou escoamento da produção agrícola de exportação, assim como as demais economias anexas a este sistema de transporte, que atendia de Nazaré até o sertão de Jequié. Este é o período de maior crescimento demográfico regional no qual o Município de Amargosa se consolida em importante centro regional.

A crise econômica da década de 1930, cujo ícone mais significativo é o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, provocou uma reconfiguração econômica em todo o Brasil, o que prejudicou bastante a Região de Amargosa, até inviabilizar a atividade cafeeira ao final desse decênio. O processo de estagnação econômica apontada por Santos (1963) é refletido também na estagnação

demográfica regional. Neste palco, Santo Antônio de Jesus é a exceção. Dinamizada na década de 1960 com a sua articulação no sistema rodoviário nacional através da BR-101, privilegiado pela sua localização central dentro do Recôncavo Sul, reafirmando-se também como centro dominante do recorte microrregional.

Desta forma a Região de Amargosa com a qual nos deparamos hoje não difere muito da região visitada por Milton Santos em 1963. As estruturas enrijecidas continuam atuando até os dias atuais. A baixa mutabilidade dos sistemas produtivo do passado ainda atua na região, isto reflete diretamente na atividade agrícola de alcance restrito, como no caso da mandioca. A pecuária, apesar de vir substituindo as áreas das lavouras, ocupando expressivas extensões do espaço regional, não supera a importância econômica da produção vegetal que foi responsável pela prosperidade da região. Isto reflete diretamente no baixo crescimento das cidades com números expressivos de crianças e idosos, que denota o alto grau de migração da população economicamente ativa.

No entanto, apesar desse cenário desfavorável, a região não pode ser mais caracterizada como uma “ilha de inércia”, como apontou o professor Milton Santos. Diferente de 1963, a região hoje possui perspectivas de desenvolvimento, devido à existência de vetores de crescimento baseados no turismo, na recente inauguração de um campus universitário da UFRB e nos projetos modernos de gestão participativa implantados pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá, que pode levar, a médio prazo, a Região de Amargosa a retomada de crescimento.

No último parágrafo do trabalho sobre a Região de Amargosa (1963), Milton Santos já apontava para uma solução possível para a região, descrita da seguinte forma:

A única solução à vista parece ser a erradicação das causas atuais do mal-estar rural, com a construção de um novo equilíbrio entre os efetivos humanos, as atividades econômicas, as técnicas utilizadas e o próprio solo em que todos se instalam. Tarefa difícil? Pois seja. Mas, não se pediriam aos homens outras tarefas, se eles não fossem capazes de se distinguir dos outros animais pela inteligência e vontade, que fornecem os caminhos e os meios. (Santos, 1963, p. 40).

Além disso, ressalta-se que os efeitos dos novos vetores de crescimento levam a uma maior interatividade entre os municípios que compõem

a região, ou seja, existe uma coesão política, econômica e social entre os mesmos. A atual organização regional em torno de Santo Antonio de Jesus e Amargosa contribui para criar solidariedades e polarizações no interior de seus limites. Desta forma, as relações passam a ser convergentes em torno de estratégias e práticas visando um desenvolvimento regional integrado.

Em suma, a retomada do desenvolvimento da Região de Amargosa depende de uma política voltada para reorganização do seu espaço produtivo que favoreça uma maior capacidade de identificar, captar e gerir recursos que possibilite alcançar o crescimento econômico e social a partir de suas vocações produtivas.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (org.) **Desigualdades regionais e desenvolvimento**.— São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

ALVES, Glória Anunciação de. **A lógica e os embates na produção da cidade: o caso de São Paulo**. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218 (44). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-44.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Último acesso em 02/03/2007.

BAHIA. Superintendencia de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Apresenta informações textuais, relatórios bases cartográficas digitais, anuário estatístico, censos, banco de dados sobreo Brasil e o Estado da Bahia**. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Último acesso em 12/05/2007.

BATISTA, Márcia Aguiar Nogueira. **Estudo de caso: JQUIRIÇÁ – gestão participativa dos recursos hídricos da bacia do rio Jiquiriçá; os 25 Municípios da bacia do Jiquiriçá/BA /Rio de janeiro: IBAM/CAIXA, 2003.**

BENKO, G e LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis. Vozes, 1977.

BROEK, J.O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Iº centenário das ferrovias brasileiras**. Serviço Gráfico IBGE, 1954

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Apresenta informações textuais, relatórios bases cartográficas digitais, anuário estatístico, censos, banco de dados sobreo Brasil e o Estado da Bahia**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Último acesso em 12/08/2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas digital**. Rio de Janeiro, 2005. 1 CD Rom.

BRASIL. Departamento Nacional de infra-estrutura e transporte. **Condições das estradas**. Disponível em <<http://www.dnit.gov.br>>. Último acesso em 08/04/2006.

BRITO,E.; MENDONÇA, J. e; ALMEIDA, P.H. **Expansão do Ensino Superior e Desenvolvimento da Bahia**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_70/expan_ens_sup.pdf Acessado em 20 de jul. 2007.

CARVALHO, M. R.G. **A presença indígena na porção sul do Recôncavo Baiano no século XIX**: breve histórico e possibilidade de ações pedagógicas. 2002.

CASTRO, Jânio R. B. de e; Souza, H. F. **Os Festejos Juninos na Cidade de Amargosa - BA**: Uma Análise da Ressignificação da Festa e do Fomento da Atividade Turística. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Faculdade de Comunicação : UFBA, 2007.

CASTRO, I.Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____, Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I.Elias de, et al.(Org) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 89-117.

CENSO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 14 de jul. 2006.

CLÉSIA, M D. **Café: histórico, negócios e elite**. São Paulo: OLHO D'ÁGUA, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (org). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001

CORRÊA, Roberto L. Posição geográfica de cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, vol.1, n.2, p.317-326, jul./dez.2004.

_____. **Rede urbana e formação espacial** - uma reflexão considerando o Brasil. *Território*, Rio de Janeiro: Garamond, ano V, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

DINIZ, J. A. ; DUARTE, A. C. (coord). **A Região cacauera da Bahia**. Recife, SUDENE, 1983

DUTRA, Wagner A. V. **Turismo é**. Revista turismo. Publicada em dez. 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>> acessado em 08/10/2006.

FAVERO, A. Celso.Os Movimentos a questão do desenvolvimento.Disponível em < cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.php?id=13 > acessado em 16/06/2007.

FILHO, Antonio Gelis. Áurea C. N. O. . **Análise comparativa do desenho normativo de instituições reguladoras do presente e do passado**. Rev. Adm. Pública v.40 n.4 p. 30 - 31. Rio de Janeiro jul./ago. 2006. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000400005&lng=&nrm=iso&tlng= > acessado em 05/11/2006.

FONSECA, Miguel C. **Aspecto do desenvolvimento regional do recôncavo no sul baiano: o caso do município de Cachoeira Bahia - Brasil.** 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona.

FREITAS, Antônio Fernando G. de. **Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea.** Bahia *Análise & Dados*. Março 2000 vol.09, no.04, p. 24 – 37. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/leiturasba_1/pag_24.pdf> Acesso em: 23 set. 2006. ISSN 1807-1775

GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (org). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. GRIEG, MARIA DILECTA. **Café: histórico, negócios e elite.** São Paulo: OLHO D'ÁGUA, 2000.

HAESBAERT, R. (1998): **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo.** In: Haesbaert, R. (org.) *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo.* Niterói, EdUFF

HARTSHORNE, R. **Questões Sobre a natureza da Geografia.** Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

H. Schlittler Silva; A. Villanova Vilela A e W. Suzigan. por Paul Singer. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional.** Em Boris Fausto. (História Geral da civilização brasileira. 2ª. ed., São Paulo, Difel, 1977. v. 8, p.355

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves. **Geografia ativa.** São Paulo: DIFEL, 1980

LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gubelkian, 1993.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LIPIETZ, Alain. **Le Capital et son espace.** Paris: Maspéro, 1977.

LOPES, Antonio Simões. O espaço econômico. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional.** Coimbra: APDR, 2002. p. 35-59.

MACHADO, L.O. **Sistemas "Longe Do Equilíbrio" E Reestruturação Espacial Na Amazônia.** *Cadernos do IPPUR*, ano IX, nº ¼, jan./dez. 1995: 83-106. Disponível em: < <http://www.eumed.net/tesis/jass/1.pdf> > .Acessado em 20 de nov. 2005.

NEGRI, Barjas. **Desigualdades regionais e federalismo.** In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs) *Federalismo no Brasil — desigualdades regionais e desenvolvimento.*— São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

NETO, L.G. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife, Fundaj/Massangana, 1997.

NETO, R L. Caracterização da degradação e resposta de pastagens com *Brachiaria decumbens* Stapf.; à interação de N:P na região de Amargosa - BA. 2002. 131f. Dissertação (Mestrado em Uso, Manejo e Conservação do Solo e Água) – Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2002.

NOVAIS, Zenilda. Hotéis aproveitam para faturar com diárias. **Correio do Vale**, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul, Jul. 2006. Ano II, nº 23, p. 05.

OLIVEIRA, F.J.Gondinho de. **Reestruturação Produtiva e Regionalização da economia do território fluminense.** Tese de doutorado da usp. S.Paulo.2003

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião. Sudene. Nordeste Planejamento e Conflito de Classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PDRH – **Plano Diretor de Recursos Hídricos - BA:** Relatório síntese - SRH, Governo do Estado da Bahia GEOHIDRO; HYDROS, 1995.

RAMIREZ, M. R. **Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados para Geoprocessamento.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1994. Dissertação de Mestrado.

REGO, R. L. **O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim.** *Acta Scientiarum Maringá*, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001. Disponível em: < http://www.ppg.uem.br/Docs/ctf/Tecnologia/2001/33_206_01_Renato%20Rego_O%20desenho%20urbano.pdf > .Acessado em 26 de nov. 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro;** a formação e o sentido do Brasil. 2.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 páginas.

SANTOS, Miguel C. **A dinâmica urbana de Santo Antônio de Jesus.** 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia, Salvador. .

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton (Coord). **A Região de Amargosa**. Bahia: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SERPA, A.S.P. E qual o lugar da Geografia Regional no Contexto atual da Geografia?. **Caderno de Geociências**, Salvador, nº 6, p.59-79 nov. 2001.

SOUZA, M.L. de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, A.C de. **As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico**. In O espaço interdisciplinar org. Milton Santos e Maria Adélia de Souza. São Paulo, NOBEL 1986.

SILVA, S.C.B. de M. e; SILVA, B. C. Nentwig. **Estudos sobre globalização, territórios e Bahia**. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003, p.182.

_____. Mudanças recentes na organização regional do Brasil: novos enfoques e novos desafios. **Análise & Dados**, Salvador, v.2, n.2, p. 24-33, 1992.

SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica In: SILVA, Marcos (org) **República em migalhas: história local e regional**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

TERRA e alimento: panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil / coordenação editorial Ana Cristina Campos, Maylena Clécia. Brasília : Embrapa, 2000 192 p.

WEBER, Max Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: **Ensaio de Sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979 .

ZANOTTI, P. D. e; NETO, E. M. de Sousa. **O Café no Espírito Santo, no Brasil e no Mundo**. 1ª Ed. Vitória: Condephaat,, 2005. Disponível em:< <http://enetovix.tripod.com/cafe-final.pdf> > Acessado em 14 de janeiro de 2007.

ZORZO, Francisco A. **Ferrovias e rede urbana na Bahia**: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do recôncavo e sudoeste baiano. Feira de Santana. Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999.